

CONECTANDO
SABERES E PRÁTICAS:
**REFLEXÕES SOBRE
REVISÃO DE TEXTO**

ORGANIZADORES

Fabíola Barreto Gonçalves
Francisco Wildson Confessor
Karla Geane de Oliveira
Êmili Adami Rosseti

Reitor

José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor

Henio Ferreira de Miranda

Diretoria Administrativa da EDUFRN

Maria das Graças Soares Rodrigues (Diretora)

Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)

Bruno Francisco Xavier (Secretário)

Conselho Editorial

Maria das Graças Soares Rodrigues (Presidente)

Juditha da Costa Leite Albuquerque (Secretária)

Adriana Rosa Carvalho

Alexandro Teixeira Gomes

Elaine Cristina Gavioli

Euzébia Maria de Pontes Targino Muniz

Everton Rodrigues Barbosa

Fabício Germano Alves

Francisco Wildson Confessor

Gleydson Pinheiro Albano

Gustavo Zampier dos Santos Lima

John Fontenele Araújo

Josenildo Soares Bezerra

Ligia Rejane Siqueira Garcia

Lucélio Dantas de Aquino

Marcelo de Sousa da Silva

Márcia Maria de Cruz Castro

Márcio Dias Pereira

Martin Pablo Cammarota

Nereida Soares Martins

Roberval Edson Pinheiro de Lima

Samuel Anderson de Oliveira Lima

Tatyana Mabel Nobre Barbosa

Secretária de Educação a Distância

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Secretária Adjunta de Educação a Distância

Ione Rodrigues Diniz Moraes

Coordenadora de Produção de Materiais Didáticos

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Coordenadora de Revisão

Aline Pinho Dias

Coordenador Editorial

José Correia Torres Neto

Gestão do Fluxo de Revisão

Fabiola Barreto Gonçalves

Gestão do Fluxo de Editoração

Maurício Oliveira Jr.

Conselho Técnico-Científico – SEDIS

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo – SEDIS (Presidente)

Aline de Pinho Dias – SEDIS

André Moraes Gurgel – CCSA

Antônio de Pádua dos Santos – CS

Célia Maria de Araújo – SEDIS

Eugênia Maria Dantas – CCHLA

Ione Rodrigues Diniz Moraes – SEDIS

Isabel Dillmann Nunes – IMD

Ivan Max Freire de Lacerda – EAJ

Jefferson Fernandes Alves – SEDIS

José Querginaldo Bezerra – CCET

Lilian Giotto Zaros – CB

Marcos Aurélio Felipe – SEDIS

Maria Cristina Leandro de Paiva – CE

Maria da Penha Casado Alves – SEDIS

Nedja Suely Fernandes – CCET

Ricardo Alessandro de Medeiros Valentim – SEDIS

Sulemi Fabiano Campos – CCHLA

Wicliffe de Andrade Costa – CCHLA

Revisão Linguístico-Textual

Fabiola Barreto Gonçalves

Francisco Wildson Confessor

Karla Geane de Oliveira

Êmili Adami Rosseti

Revisão Tipográfica

Fabiola Barreto Gonçalves

Capa

Rafael Campos

Diagramação

Juliana Gomes Atanazio

CONECTANDO
SABERES E PRÁTICAS:
**REFLEXÕES SOBRE
REVISÃO DE TEXTO**

ORGANIZADORES

Fabíola Barreto Gonçalves
Francisco Wildson Confessor
Karla Geane de Oliveira
Êmili Adami Rosseti



Conectando saberes e práticas: reflexões sobre revisão de textos [recurso eletrônico] / organizado por Fabíola Barreto Gonçalves [et al.]. – 1. ed. – Natal: SEDIS-UFRN, 2024.
6692 KB; 1 PDF

ISBN 978-65-5569-449-9

1. Linguística Aplicada. 2. Revisor de Texto. 3. Revisão – Preparo de Originais. 4. Relação Revisor x Autor. I. Gonçalves, Fabíola Barreto. II. Rosseti, Êmili Adami. III. Oliveira, Karla Geane de. IV. Confessor, Francisco Wildson.

CDU 81'33
C747

Sumário

7 Apresentação

12 Tecemos! Elementos para uma história da revisão de textos no Brasil

Luciana Salazar Salgado

27 Revisão de textos: experiências e saberes

Risoleide Rosa Freire de Oliveira

37 Desafios do trabalho do revisor no mundo contemporâneo: formação e visibilidade

Fabíola Barreto Gonçalves

48 Empreender sem precarizar: o trabalho de revisão de textos e o coletivismo de plataforma

Pollyanna de Mattos Moura Vecchio

63 Como nascia e como morria uma revisora empreendedora

Ana Elisa Ribeiro

71 Pesquisa e Revisão: a divisão social do trabalho na esfera acadêmica

Adriana Tulio Baggio

87 As edições CLIMA: uma breve reflexão sobre suas práticas editoriais

Cellina Rodrigues Muniz

105 Comentários dialógico-interativos: reflexões sobre a abordagem

Cindy Mayumi Okamoto Luca

Luan Tarlau Balieiro

118 A leitura multimodal do revisor de textos publicitários à luz da semiótica social

Jessica Camila Soares

Ana Elisa Ribeiro

136 Intervenções realizadas no texto em processo de revisão

Karla Geane de Oliveira

Ysabelly Campelo Lima da Cruz

154 Revisão e Acessibilidade: estudo de caso

Licia Rebelo de Oliveira Matos

Mariana Caser da Costa

172 A revisão de textos em uma Instituição Pública de Ensino

Lidiane das Graças Bernardo Alencar

183 Agradecimentos

Apresentação

Nos dias 24 e 25 de novembro de 2022, foi realizado em Natal, no Rio Grande do Norte, o V Fórum Nacional de Revisão de Textos. Foi a segunda vez que o Fórum saiu do circuito do Sudeste, vindo parar em terras potiguares. O evento é bianual, no entanto, para essa edição, houve um intervalo maior, pois, parafraseando Drummond, tinha uma pandemia no meio do caminho. Tomando os cuidados recomendados à época, o evento foi realizado em caráter híbrido, de modo que havia transmissões síncronas do evento, o que permitiu a presença de profissionais de todas as regiões do Brasil, tanto de modo presencial quanto a distância.

Para registrar as reflexões e discussões fomentadas no evento é que esta obra foi elaborada e disponibilizada ao público interessado. O evento contou, principalmente, com diversos profissionais de revisão discutindo temas voltados a essa prática. Esta obra traz essas discussões.

Durante o Fórum, com tema *Conectando saberes e práticas*, Luciana Salazar e Risoleide Oliveira compartilharam a mesa de abertura do evento. As teses dessas autoras foram as primeiras a discutir o tema de revisão, por isso, são os textos-base de muitas pesquisas sobre o tema.

Como resultado dessa discussão, no primeiro capítulo, *Tecemos! Elementos para uma história da revisão de textos no Brasil*, Luciana Salazar Salgado registra o início dos cursos de formação em revisão de textos no Brasil e as tentativas de se criar uma associação de revisores. A autora faz ainda um relato histórico de todas as edições deste Fórum e traz questionamentos sobre o futuro da revisão de textos.

No segundo capítulo, *Revisão de Textos: experiências e saberes*, Risoleide Rosa Freire de Oliveira, com seu olhar dialógico bakhtiniano, apresenta sua trajetória com revisora e discute sobre o processo de revisão, diferenciando revisão e correção. Para a autora, o olhar alteritário do revisor busca mediar saberes a fim de dar o melhor acabamento possível ao texto.

A segunda mesa trouxe as falas de Adail Ubirajara Sobral, abordando a perspectiva de revisor e tradutor, e Fabíola Barreto Gonçalves que discutiu sobre as suas atividades de revisora. Essa discussão está presentificada no terceiro capítulo desta obra, *Desafios do trabalho do revisor no mundo contemporâneo: formação e visibilidade*, em que Fabíola Gonçalves aborda alguns temas discutidos em sua tese, defendida em 2021. Em sua fala, a autora discute como lidar com o erro de revisão; denuncia a invisibilidade do revisor, que não tem seu nome registrado na maioria dos trabalhos; traça um contexto histórico do processo de revisão no Brasil, com ganhos e perda de direitos desses profissionais; trata da relação nem tanto harmônica entre revisor e autor; e finaliza buscando caminhos para a valorização profissional.

A mesa de encerramento do evento contou com a brilhante discussão de Pollyanna de Mattos Moura Vecchio e Ana Elisa Ribeiro. As autoras mineiras abordaram o tema do empreendimento no trabalho de revisores no Brasil, tema frequentemente discutido em tempos atuais. A temática deu origem ao quarto e quinto capítulos desta obra.

No quarto capítulo, *Empreender sem precarizar: o trabalho de revisão de textos e o coletivismo de plataforma*, Pollyanna Vecchio mostra que a desregulamentação e a precarização do trabalho têm acontecido “em razão de sua crescente intermediação por parte de empresas multinacionais de tecnologia”. Isso não se restringe aos entregadores de alimentos, pelo contrário, muitos profissionais estão perdendo o contato direto com seus clientes e trabalhando a partir de plataformas on-line, sendo mais um braço estendido do capitalismo. Para frear a precarização do trabalho dos revisores, ela aponta o coletivismo como um instrumento, que bem poderia ser adotado por outras classes trabalhadoras.

No quinto capítulo, *Como nascia e como morria uma revisora empreendedora*, Ana Elisa Ribeiro remonta à época de revisora

iniciante, recém-formada; aos trabalhos desenvolvidos com *freelancer*. Apesar da breve incursão na vida de revisora empreendedora, ela nos enriquece quando conta das ações pioneiras de criar espaços para formação de profissionais revisores, com cursos de formação em instituições de educação, como a PUC Minas. Ela encerra apontando alguns pontos para o futuro.

Complementam-se a esta publicação, de maneira primorosa e também muito importante para os assuntos abordados no Fórum, sete textos que apresentam reflexões que analisam diversas ações desse processo de alteridade e que são escritos pelos apresentadores das comunicações coordenadas.

No sexto capítulo, *Pesquisa e revisão: a divisão social do trabalho na esfera acadêmica*, Adriana Tulio Baggio discute o processo de articulação entre pesquisa acadêmica e revisão de textos. Ela propõe conceitos ligados à divisão social do trabalho, diferencia revisão editorial de revisão autoral. A autora defende uma divisão social mais justa no que diz respeito ao trabalho acadêmico, pois há sobrecarga de determinados pesquisadores, com ênfase nos não remunerados e não institucionalizados.

No sétimo capítulo, Cellina Rodrigues Muniz, em *As edições CLIMA: uma breve reflexão sobre suas práticas editoriais*, mostra um conjunto de atividades inerentes à produção de um livro, dando visibilidade ao trabalho que se faz nas “coxias” para que o livro possa adentrar o circuito cultural. Ela dá ênfase à prática editorial potiguar, fazendo um resgate histórico a partir das vivências de Carlos Lima, editor da CLIMA; e de Celso da Silveira, revisor, ensaísta e prefaciador de algumas obras produzidas por essa livraria, gráfica e editora.

O capítulo oitavo, escrito por Cindy Mayumi Okamoto Luca e Luan Tarlau Balieiro, pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá, que tem como título *Comentários dialógico-interativos: reflexões sobre a abordagem*, destaca a importância dos comentários do professor/revisor como contribuição para aprimorar a escrita autoral tanto no contexto escolar como no acadêmico. Para os autores, o processo de revisão não deve ocorrer apenas de modo resolutivo, resolvendo os problemas do texto, mas também de modo dialógico-interativo, para que o autor possa compreender as alterações propostas.

O nono capítulo, *A leitura multimodal do revisor de textos publicitários à luz da semiótica social*, Jessica Camila Soares e Ana Elisa Ribeiro põem suas lentes sobre o texto publicitário a fim de analisar como ocorre o processo de revisão nesse espaço. Os textos publicitários são, em sua maioria, multimodais e circulam em mídia impressa ou digital. Este capítulo traz as reflexões da dissertação de Jessica Soares orientada por Ana Elisa Ribeiro. O(A) revisor(a), nesse processo, deve estar atento(a) ao contexto de produção, de circulação e recepção de cada texto, sugerindo de acordo com o que se espera de cada gênero textual, em uma pluralidade discursiva.

O décimo capítulo traz as considerações de Karla Geane de Oliveira e Ysabelly Campelo Lima da Cruz, no que diz respeito às *Intervenções realizadas no texto em processo de revisão*. As pesquisadoras aplicaram um questionário com autores a fim de identificar o como eles analisam as intervenções realizadas pelo(a) revisor(a) do texto a ser publicado pelo autor, uma vez que esse trabalho traz sugestões e ainda promove reflexões no autor sobre o seu dizer. As autoras apontam ser imprescindível a interação entre autor e revisor para a melhoria da qualidade do texto.

No décimo primeiro capítulo, Licia Rebelo de Oliveira Matos e Mariana Caser da Costa abordam as questões de *Revisão e acessibilidade: estudo de caso*. As revisoras-autoras analisam a produção de material didático da Fundação Cecierj, particularmente o e-book *Acessibilidade em museus e centros de ciências*. Como o trabalho ocorreu em período pandêmico, foi necessário dialogar com os autores dos textos (de diversas partes do país) sobre a diferença entre os processos editoriais de uma equipe multidisciplinar, particularmente no que se refere às funções do preparador de textos e do design instrucional. No que diz respeito ao processo de revisão, elas destacam o trabalho com a audiodescrição, o rigor de elaboração desse tipo de texto acessível e a qualidade do trabalho realizado em um período de distanciamento social.

Por fim, no capítulo de fechamento, Lidiane das Graças Bernardo Alencar lança seu olhar sobre *A revisão de textos em uma instituição pública de ensino*, considerando, particularmente, os textos da esfera da Redação Oficial que circulam no Instituto Federal de Tocantins. Nesse processo, a autora explica que o

trabalho de revisão possui nuances próprias, definidas a partir do local de trabalho. No caso em tela, revisar e editar acabam sendo funções amalgamadas pelo(a) revisor(a). Ela defende que, para que esse(a) profissional assuma o papel que lhe é delegado, é preciso refletir sobre a prática e buscar uma formação contínua.

Estes textos perspectivam a diversidade de espaços que podem ser ocupados pelo(a) profissional de revisão; revelam que as questões do gênero discursivo implicam uma variante da língua, por isso, é preciso flexibilidade e formação contínua e, ainda, capacidade de negociação com o(a) autor(a) do texto. No final de todo esse trabalho, quem ganha é o leitor, que tem uma obra com mais legibilidade, feita a várias mãos, com inúmeros olhares e em etapas diferentes de produção.

Estas reflexões são as contribuições de alguns dos profissionais revisores, professores, editores, tradutores, estudantes e pesquisadores que participaram do V Fórum Nacional de Revisão de Textos, cuja programação está disponível em <https://vforumdorevisor.ufrn.br/>. Boa leitura!

Os organizadores

Tecemos! Elementos para uma história da revisão de textos no Brasil¹

Luciana Salazar Salgado²

Tecendo a Manhã

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.*

¹ Conferência de abertura do V Fórum Nacional de Revisão de Textos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=-jZ-t2k45AY>
Acesso em: 22 abr. 2023.

² Professora Associada, trabalha no bacharelado em Linguística e nos Programas de Pós-graduação em Linguística e em Estudos de Literatura da Universidade Federal de São Carlos, onde coordena a Unidade Especial de Informação e Memória – UEIM, e participa do no GTT Conexões Invisíveis, do Instituto de Estudos Avançados e Estratégicos - IEAE. Atua também no Programa de Pós-graduação em Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/USP e compõe a coordenação do Grupo de Pesquisa Comunica – inscrições linguísticas na comunicação (UFSCar/CEFET-MG, CNPq). É membro da Centro de Pesquisa FEStA - Fórmulas e Estereótipos: teoria e análise, sediado no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas e do GT ANPOLL Discurso, trabalho e ética. lucianasalazar@ufscar.br; lucianasalazarsalgado@usp.br

*De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*

*E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.*

João Cabral de Melo Neto

Estas reflexões retomam minha participação na mesa “Revisão de textos: experiências e saberes”, que compus com a querida colega Risoleide Rosa Freire de Oliveira, na abertura do V Fórum Nacional de Revisão de Textos, uma ocasião muito especial para quem, como nós duas, vem caminhando há décadas nas veredas do ofício de dar tratamento editorial aos textos.

Advirto que se trata de uma fala, que mantenho como tal, sem partes ou subtítulos, preservando o calor do momento e documentando, assim, a honra que me foi concedida, de ser ouvida na abertura dos trabalhos, ladeada por Risoleide e José de Souza Muniz Jr., nosso mediador, para falar do que me encomendaram: a dimensão política de uma história recente, que nos ajuda a pensar o ofício nesta altura em que estamos.

Agradeço por esta oportunidade a todos os componentes da Organização desta edição do Fórum. É sempre muita gente que trabalha para que se viabilize um evento deste porte. Fico, então, muito grata aos idealizadores e aos executores deste encontro, porque me permitem estar com vocês nesta manhã, tratando deste tema, que me é tão caro. E devo dizer que fico grata de um modo muito especial nesta ocasião, explico:

- quando este Fórum foi se desdobrando em edições, a gente* desejava com todas as forças que a pesquisa acadêmica se conjugasse também às práticas do mercado de trabalho externo às universidades, exatamente o que se passa aqui;

*Em 2009, Eliane Mourão, hoje professora na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), propôs a primeira edição do Fórum no âmbito do curso de especialização da Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas), uma referência para todos nós; Maíra Avelar nos levou, em 2015, para a segunda edição na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), em Vitória da Conquista; depois, em 2017, meus companheiros do Grupo de Pesquisa Comunica – inscrições linguísticas na comunicação foram os anfitriões da terceira edição, na Federal de São Carlos; em 2019, Ana Elisa Ribeiro e José de Souza Muniz Jr. do Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Cefet-MG) e Daniella Lopes da PUC Minas nos receberam na Academia Mineira de Letras, em Belo Horizonte, para a quarta edição, em cuja plenária um lindo grupo de “revisores de Natal” se candidatou a fazer a quinta. Cá estamos.

- a gente queria um Fórum itinerante, que passeasse pelos lugares onde fosse desejado e, daí, desses lugares, se desdobrasse em outros tipos de encontro;

Foi em um desses encontros que conheci minha companheira de mesa hoje, quando celebramos onze anos do primeiro encontro: em 2011, nos conhecemos no IV Simpósio Internacional de Gêneros Textuais (Siget), aqui em Natal; trocamos livros – acabavam de sair as primeiras edições dos títulos *Revisão de textos: da prática à teoria*, de autoria de Risoide, e *Ritos genéticos editoriais: autoria e textualização*, que eu lançava naquela altura, ambos livros que receberam reimpressões e reedições e vieram convivendo com muita coisa interessante que de lá para cá se produziu.

E devo dizer, também, que nos conhecemos nessa edição do Siget porque Ana Elisa Ribeiro tinha me convidado para propor ao Siget um GT que tratasse, na nossa grande área Letras e Linguística, dos estudos da edição. A princípio, houve recusa da proposta, porque essas questões editoriais eram bem mais negligenciadas na nossa área, e daí se segue uma história de, digamos, aceite aos poucos, uma história bastante instrutiva

sobre como a revisão de textos e os temas correlatos causam espécie entre os estudiosos da linguagem... Mas a história é divertida com a Ana Elisa contando, aqui apenas sublinho que ela inventou um nome lindo para o GT: “Escritas Profissionais e Processos de Edição”, que virou um grupo de pesquisa liderado por ela, e que deu origem, em 2017, como consequência da terceira edição do Fórum, a um laboratório interinstitucional, o Laboratório de Escritas Profissionais e Processos de Edição (Labeppe), uma parceria do Cefet-MG com a Federal de São Carlos, do qual são membros o grupo que criou o Observatório da Literatura Digital Brasileira³ e o Grupo de Pesquisa Comunica, que eu tenho o prazer de coordenar com José de Souza Muniz Jr., que criou, dentro do Comunica, um grupo de estudos que reputo como importantíssimo para todos os interessados no trabalho editorial com os textos: “Glotopolíticas da edição”, cujas reuniões são remotas e congregam profissionais de toda parte, trabalhadores acadêmicos e do mercado corporativo, incluindo autônomos⁴.

Vão vendo quanta coisa pode um Fórum! Que sementeiras é capaz de fazer!

- a gente desejava com todas as forças que os profissionais que dão tratamento editorial aos textos se apropriassem desse Fórum e garantissem esse lugar permanente de trocas – o nome *fórum* era a expressão desse desejo. E hoje estamos aqui, na quinta edição, organizada fundamentalmente por revisores de textos.

Vejam só quanta vitória!

Eu só posso estar muito grata por compor esta mesa de abertura.

³ Esse Grupo de Pesquisa se formou no processo de criação de um Observatório que suscita muitas questões editoriais novas, relativas às experiências nativamente digitais. O acervo constituído e os trabalhos que levaram a sua construção, bem como os trabalhos que dela resultam, estão disponíveis em acesso livre no portal Ctrl-S, em <https://www.observatorioldigital.ufscar.br>, último acesso em 24 jan. 2023.

⁴ As indicações desse grupo de estudos, assim como outras atividades do GP Comunica podem ser encontradas em <https://grupopesquisacomunica.wordpress.com>, último acesso em 24 jan. 2023.

Ainda sobre esta edição do Fórum, gostaria de mencionar um episódio recente de sua história: a mudança de seu nome. Na origem, chamava-se “Fórum Nacional sobre a Formação e a Atuação Profissional do Revisor de Textos”. De fato, trata-se sobretudo disto: pensarmos sobre a formação (seus aspectos institucionais e teóricos) e a atuação profissional (o reconhecimento do ofício, de suas características e suas demandas). São os dois pilares do que ainda sentimos necessidade de discutir, basta ver a programação desta edição e de todas as anteriores. Mas o nome do Fórum mudou nesta edição para atender a dois imperativos: i) a economia visual que a celeridade das mídias comunicacionais hoje exige; ii) o entendimento de que era preciso contornar o problema do marcador de gênero no sintagma “revisor de textos”: revisores, revisoras, revisorxs...

A língua é viva, sabemos. É a arena em que se estabelece a correlação de forças sociais que nela se apoiam ou que por ela se impõem. Como é importante que uma mulher seja chamada de presidenta! Que transformação imensa é propor que certas expressões sejam desusadas em respeito a grupos estigmatizados por elas! Que conquista enorme é discutirmos, entre outras coisas, a sexualidade, quando se reivindica o uso de um pronome neutro, como se diz, ou da linguagem não gendrada, como me parece interessante dizer...

Mas é justamente por isso, porque entendo o que está em jogo no modo como se diz o que se diz, que tomo a liberdade de me perguntar aqui, neste raciocínio que lhes proponho, se *Fórum Nacional de Revisão de Textos* não tira da jogada o que era seu centro: o trabalhador, a trabalhadora, e trabalhadore – esse ser que deve se formar e que precisa ser reconhecido na sua condição profissional de atuação, para o que precisa discutir-se como ser no mundo do trabalho. O Fórum é um espaço de trocas – de quem?

Como se vê, essas razões para a alteração do nome do Fórum dão o que pensar. E não considerem que estou fazendo uma crítica feroz às manobras da Organização, tive a oportunidade de participar das discussões que levaram a elas. Em todo caso, o que me parece mais interessante nisso é que são amostras ótimas do que se passa quando trabalhamos com a língua, operando a edição dos modos de uso da língua. Injunções vindas de alhures incidem sobre o que se pode e se deve dizer, historicamente demarcadas,

localizando posicionamentos e ensejando construções, além de mudanças na própria língua – esta, que tanta gente pensa ser algo unívoco, estável, certo...

Lembro-me de uma treta com um contratante (“Tretas com Contratantes” bem podia ser o nome de uma das mesas ou de um grupo de estudos...): um editor insistia em fazer combinados em vez de estabelecer um contrato – uma questão no mercado eivado pela cultura do *freela*, não é? A certa altura, já no volume 5 de uma coleção de dezessete títulos que nós revisávamos, irritado com nossa insistência no estabelecimento de atribuições definidas (portanto de preços e prazos igualmente definidos, evitando aqueles rabichos intermináveis de trabalho que não estavam previstos, a enésima batida de emendas, coisas assim...), nos disse em uma das muitas reuniões de ajuste: “o problema é que vocês se apegam muito às palavras”. O que me ocorreu dizer ali na hora foi: “isso, é por isso que você contrata nosso trabalho”.

Mas, no fim das contas, não é bem *apego*, é o lastro definidor do ofício! Não é apego, é uma relação de intimidade, curiosidade, de pesquisa permanente sobre possibilidades e restrições que cada material textual suscita, por definição. O que não tem nada a ver com ser “uma polícia da língua”, como tantas vezes o senso comum entende o trabalho de revisão de textos... Como se ao revisor coubesse caçar erros... “Erros em relação a que parâmetros?”, perguntaria o revisor.

A ideia de correção, bem sabemos, está ligada a parâmetros que se modificam conforme o projeto textual que vai circular pelo mundo. Em que mundo vai circular o texto? Pronto. É só a partir daí que se pode *corrigir* alguma coisa. Para muito além disso, quem revisa tem de trafegar com muita sensibilidade pelo texto, projetando o que se decide que esse texto pretende ser na sua vida pública. Não se trata de vigilância, a revisão de textos é antes de tudo uma entrega, uma atenta entrega, eu diria mesmo uma amorosa entrega ao texto de um outro. É um trabalho de interlocução. O que me leva a sublinhar que não se trata de coautoria, como também tantas vezes o senso comum entende o trabalho de revisão de textos... Já falamos muito sobre isso em muitos textos teóricos e analíticos: a autoria é constituída por muito mais coisas do que o fato de ter escrito um texto, e o revisor não vira coautor porque mexeu muito no texto; a questão do tratamento editorial

de textos não é *quanto* se mexe em um texto autoral, mas *como* se mexe em um texto autoral⁵. As autorias são pontos em uma rede, não se encerram intransitivamente em si mesmas, e nessa rede, a revisão de textos faz pulsar todo o processo de tratamento do material autoral⁶.

Por isso a formação importa. Ela é a garantia de que possamos reivindicar o reconhecimento de uma atuação efetivamente profissional, estabelecendo a descrição de um ofício, de suas especificidades. Foi precisamente por conta disso que, em 2011, nasceu a Associação Brasileira de Revisores de Textos (ABRT), encerrada em 2018.

Com essas digressões, retomo aqui meu ponto sobre quem está no centro do nosso Fórum, não só desta edição, mas deste fórum permanente que esta bela quinta edição nos diz que veio para ficar. Conto em breves linhas como se instituiu a ABRT. Considero que, mesmo encerrada, é digna de nota.

Nasceu em 2011, na Universidade Federal de Ouro Preto, câmpus Mariana, por iniciativa de alguns professores e estudantes reunidos em torno da criação de atividades sistemáticas, como são as de uma empresa júnior, espaço formativo de imenso valor mas muito custoso de manter na atual estrutura acadêmica, tanto pelos engessamentos burocráticos que têm se sofisticado (sobretudo com as plataformas de gestão digital do trabalho acadêmico), quanto pela falta de entendimento do que seja a revisão de textos (razão pela qual as pesquisas e sua divulgação seguem sendo cruciais).

Naquela altura, ela nasceu vicejante, com um grupo entusiasmado, e foi amealhando pessoas das redes que se constituíam entre colegas, nas bancas de TCCs, dissertações e teses que iam sendo defendidos, sempre se pensando em termos institucionais

⁵ As discussões sobre autoria estão, para mim, no centro da reflexão sobre revisão de textos. Entendemos tratar-se de um tema tabu constitutivo das dificuldades encontradas no mercado de trabalho. Para uma reflexão sobre o tema, menciono um ensaio recente intitulado “Autoria: uma gestão de mitologias – devoção, reconhecimento e fama” (p. 181-198 *in* Gomes, 2020).

⁶ A noção de *transitividade das autorias* pode ser encontrada em um primeiro trabalho sobre o tópico no artigo intitulado “A transitividade das autorias nos processos editoriais”, de 2016 (Cf. Referências).

e também teóricos, porque não existem claras delimitações, legislação específica...⁷. Na Classificação Brasileira de Ocupações, sua descrição está inscrita na família de profissões do jornalismo – e no jornalismo, como sabemos, desde meados dos anos 1990, o revisor de textos foi desaparecendo das redações⁸.

Então, a ABRT tinha dificuldade de amparo legal e também de amparo nos imaginários em circulação. Mas importa, neste breve registro, enumerar o que pretendia, numa hierarquia cronológica que explica como os tópicos se articulam:

1. discutir terminologia – designamos por *revisão de textos* etapas variadas de edição e isso tem consequências igualmente variadas, muitas delas difíceis de administrar no dia a dia do trabalho e certamente na divulgação das pesquisas;
2. firmar um piso para o valor da lauda e a própria lauda como padrão – sabemos como isso faz falta; muitos trabalham como os tradutores, cobrando por palavras, outros chegam a falar em *página* (que é uma unidade gráfica e não de massa de texto), e sabemos como essas flutuações contratuais impedem que se crie um imaginário de atividade profissional consistente, do que decorrem as pendengas remuneratórias, entre outras;
3. estabelecer espaços permanentes de troca para afinar todas essas coisas e definir outros tópicos de interesse;
4. sonhar com um ofício estabelecido, com pesquisa robusta sobre ele e, assim, com chances de constituir até mesmo um apoio jurídico aos profissionais.

⁷ Uma discussão muito interessante sobre a problemática terminológica foi levada a cabo por Mirella Balestero, no trabalho intitulado “Definições terminológicas da Revisão de Textos: estudos iniciais para a elaboração de um glossário”, de 2019 (Cf. Referências).

⁸ Uma apresentação dessa inscrição na CBO pode ser encontrada em artigo de 2013 que segue válido. Intitula-se “Ritos genéticos editoriais – uma abordagem discursiva da revisão e textos” (Cf. Referências). Também pode ser interessante retomar um trabalho sobre o imaginário do revisor sobre seu ofício, em Sousa, 2015.

Em 2014, foi criado um grupo no *Facebook* da ABRT, que chegou a ter quase dois mil e quinhentos membros. É um grupo fechado, e como nunca tive *Facebook*, não sei o que se organizava por lá. Vejam o problema das plataformas, sobretudo dessas a que desavisadamente chamamos de “mídias sociais”... Tratamos esse tipo de plataforma, e também os aplicativos, como se fossem espaços públicos de sociabilidade, mas são arremoinhas excludentes se não vêm acompanhadas de outras formas de contato e organização. Assunto para o próximo encontro, decerto.

Em 2015, na segunda edição do Fórum, começou-se a falar em um banco de dados que reunisse os trabalhos acadêmicos e relatos de trabalho do mercado dos textos. O mito de que há pouca bibliografia sobre o tema tem a ver com estar tudo meio espalhado, publicizadas só as iniciativas hipermediáticas. A disputa nos canais de *Youtube* é um exemplo interessante disso na última década. Pesquisas em curso têm mostrado que há bastante coisa sendo produzida sobre o tema, a questão é sua circulação, sua publicização, seu pertencimento a esta ou àquela rubrica.

Seja como for, devo dizer que já havia, desde aí, um problema com o registro da Associação, que estava ligada ao CPF de uma professora que se licenciaria por questões pessoais, num momento em que muitos dos estudantes que estavam na criação das ABRT se formavam, mudavam de cidade e iam viver as novas demandas de suas vidas... O que nos põe a questão do *locus* pertinente para essa criação. Havia muito conhecimento e muita boa vontade, mas o funcionamento institucional de uma Associação não pode estar atrelado a um CPF e a um grupo que está, por definição, em processo de formação, portanto, em transformação do próprio grupo – que é o que se passa na universidade, lugar de experimentar, explorar possibilidades, criar, seguir adiante.

Em 2017, na terceira edição do Fórum, um estatuto foi apresentado em plenária por Marcos Vieira de Queiroz, que viria a compor a diretoria e que expunha, com sua consistência política, as razões pelas quais importava ajustar o projeto e nutrir a proposta que ajudara a desenhar. Muitos novos afiliados sugeriram, animados pelo calor do momento juntos, mas havia o problema de as contribuições irem para a conta bancária de um dos membros da diretoria, que nesta altura era um estudante que pensava na pós-graduação e queria muito se desvencilhar dessa situação...

Assim, embora nessa edição do Fórum tenhamos feito a eleição de uma nova diretoria que, então, conduziria os ajustes necessários, tudo foi sendo respingado pelo que se passava no país, que mergulhava numa luta frontal contra os trabalhadores, as associações, os sindicatos, as agremiações... Uma série de dificuldades novas, inclusive dentro das universidades, foi tornando o caminho dos ajustes impossível⁹.

Chegamos a desenvolver uma identidade visual, logotipia com aplicações, e a fazer um site, que parecia urgente como ponto nodal de todas as atividades que conseguíamos pôr em curso. Não há mais rastro dele na rede... saiu do ar porque não conseguimos desvencilhar o nome da Associação daquele CPF e era preciso destinar adequadamente as contribuições recebidas, fazendo os pagamentos pendentes: uma Associação paga impostos, taxas etc.

Nesse período, houve decretos extinguindo muitos cargos públicos, como o de revisor de textos; a precarização de todo o mundo do trabalho se acentuava; a conversa sobre *empreendedorismo* dos anos 1990 reaparecia (lá se chamava *empregabilidade*...), e tudo isso, afinal, foi plenamente oficializado com a “reforma trabalhista” por que passamos em 2017, seguida de uma crescente crise econômica que foi trazendo para os *freelas* de revisão de textos jornalistas, professores de português e muitos outros profissionais que, desempregados ou insuficientemente remunerados, precisavam de renda.

Veio a famosa “crise das livrarias”, seguida de perto pela crise das editoras, muitas delas fagocitadas pelos negócios logísticos como os da Amazon, nos quais os livros são reles chamariz, desimportante como objeto cultural.

⁹ Pode ser proveitoso voltar à fala de abertura do III Fórum, em março de 2017, quando nem imaginávamos o que estava por vir, mas denunciávamos o que já se instalara como *modus operandi*. Disponível em <https://forumnacionaldorevisor.wordpress.com/inicio/abertura>, último acesso 24 jan. 2023).

Muitos grupos no *Facebook*, os canais no *Youtube*¹⁰ e uma série de outras formas de reunião de interessados no tema tomaram o espaço do encontro de forma leve e ágil, a um clique, o que uma estrutura como uma Associação profissional não consegue produzir senão apoiada, entre outras coisas, pela força da categoria dos associados... E eis aí meu ponto: que categoria? Que trabalhador se via como revisor de textos a ponto se dedicar a construir a força de uma categoria associando-se a um projeto nascente, em busca de legitimação?

Quase todo revisor de textos, sempre multitarefa¹¹, foi se apoiando em outros ofícios ou foi se fechando na sua condição de autônomo e, embora seja um dos tipos de trabalho que mais cresceu durante os anos de confinamento pandêmico (2020, 2021), acentuou-se nesse período a conversa sobre *revisão de textos*, mas não sobre o lugar de *revisor de textos*, a revisão foi, nesse período, um bico que “salvou o lado” de muitos trabalhadores intelectuais.

Eu diria que, de certo modo, como desde o século XIII, quando os ofícios que estabelecem a versão final de um texto foram se formando e boa parte das tecnologias textuais que hoje conhecemos se desenvolveram¹², esse trabalhador encarregado de garantir com celeridade a boa qualidade dos textos em circulação ficou na sombra.

¹⁰ Embora existam outros mundos (plataformas etc.), a revisão de textos ficou, como boa parte das conversas sobre livros, restrita a esses ambientes *main stream* em que a luta por likes e quejandos transformou muito boas coisas em coisas parecidas com outras nem tanto. Há de se triar, triar, triar e, certamente, no caso de quem faz o trabalho, há de se investir muita energia, tempo e possivelmente dinheiro para se fazer ver como diferente da massa informe de mesmices. De 2022 em diante, o Instagram tornou mais contundente esse jogo de mensagens difusas, embora tratem quase sempre de questões instrucionais – ou da produção de um efeito instrucional.

¹¹ Para uma reflexão consistente sobre as condições de trabalho do revisor de textos, ver a pesquisa intitulada “O trabalho com o texto na produção de livros: os conflitos da atividade na perspectiva ergodiológica” (Muniz Jr., 2010).

¹² Tecnologias textuais de ponta, diga-se: sumário, índice remissivo, notas de rodapé, siglação... toda uma economia textual que visava a estabelecer cópias fiáveis com celeridade – um mercado sofisticado de textos nascia no alvorecer do capitalismo.

O fato é que, além do imbróglio com o registro, a situação fiscal da ABRT ficou insustentável sem a força de afiliados: as pessoas queriam serviços, bancos de dados, parâmetros oficiais para sua prestação de serviços, queriam canais para reclamar direitos, queriam encontrar seus pares, mas não queriam (ou não podiam) contribuir com valores pecuniários nem com seu tempo – duas coisas que tanto nos faltam hoje!

Em 2018, a diretoria eleita em 2017, analisando tudo o que estava em jogo, entendeu que aquele formato não era viável, e a ABRT foi encerrada, laboriosamente encerrada. Pelo menos na sua versão inicial, que considero um belo experimento, necessário para que tudo isso fosse percebido, ruminado, entendido.

Dessa experiência, elenco sucintamente alguns elementos que julgo da máxima relevância, sobre os quais espero podermos conversar muito ainda, neste e nos Fóruns que virão. Penso que a problemática da formação e da atuação profissional do revisor de textos como uma categoria trabalhadora é o x da questão e está imersa, hoje:

5. na precarização do trabalho em geral, que devolveu a revisão de textos para décadas atrás, revogando uma série de ganhos que concernia às contratações, à terminologia, às condições de trabalho propriamente (formas de remuneração, férias, descanso semanal, fornecimento de equipamentos adequados e até mesmo prestígio no ambiente de trabalho);
6. em um desprestígio crescente de toda atividade intelectual, marcadamente das humanidades, do conhecimento produzido experimentalmente nas escolas, nas universidades, na pesquisa... É muito interessante ver como jovens ricos (no sentido de “endinheirados”) não querem mais ir para a universidade, não há interesse no pensamento, em formar-se em alguma coisa, em conviver com colegas, submeter-se a avaliações... Os não ricos que neles se miram também vão nessa direção;
7. no adoecimento da própria universidade, que vem de longe, desde que ela veio abraçando uma lógica

quantitativista de produção exógena¹³, que nos levou a escrever muito mais que ler, a publicar muito mais que estudar, a bater metas muito mais que abrir espaços para a reflexão, e aproximou a universidade do *star system*, no qual as *celebrities* têm seu valor auferido pelos números que arrematam, não pelas ideias que alimentam;

8. também em um adoecimento social que veio sendo eficazmente produzido pelas técnicas de controle que pautaram o desenvolvimento da malha digital que usamos hoje, com massiva coleta de dados, modulação de comportamentos cada vez mais sutil e precisa. Essa estrutura técnica nos individualizou em mundos muitos próprios, o que nos trouxe à fratura social que hoje vivemos (veja-se a perplexidade com que frequentemente constatamos a existência de mundos paralelos – nem os “cardzinhos” de filme da Netflix são os mesmos para todos os usuários...), e também a essa epidemia de depressão (estamos todos muito ensimesmados) e de ansiedade (estamos todos sempre em dívida diante das notificações ininterruptas de todos os aplicativos que somos obrigados a ter).

Diante disso, se me perguntarem se temos de tentar criar uma nova Associação que possa, finalmente, ajudar a firmar esse ofício incrível e suas condições de existência, que possa discutir esses pontos que trouxe aqui e encaminhar soluções coletivas, eu diria que, antes, precisamos nos reconhecer como trabalhadores.

Penso que precisamos, antes, levar este Fórum a muitos lugares, a quem ainda não esteve conosco, e pensar a revisão de textos como um trabalho para o qual é preciso, sim, formação de qualidade que leva a uma atuação profissional reconhecida como tal. Penso que temos de fazer valer o que entendo ser a característica fundamental desse ofício: a sensibilidade para o outro, a capacidade de se abrir para o outro, de contribuir para o outro.

¹³ O caso dos periódicos científicos é emblemático – e didático por isso. Um estudo minucioso da conjuntura que leva à atual profusão de textos publicados e não lidos pode ser encontrado na pesquisa intitulada “Mediação editorial na comunicação científica: um estudo de dois periódicos de humanidades”, de 2017, de autoria de Letícia Clares.

Quando meus colegas linguistas que desenvolvem inteligência artificial (nos sumarizadores automáticos, tradutores e produtores autônomos de artigos científicos ou textos literários) vêm me dizer que o futuro da revisão de textos é este, a automação, eu sempre saco um exemplo de revisão de textos que mostra que não tem como: a inteligência que não é artificial é que tem essa sensibilidade necessária – a da entrega, a da percepção que eu chamei de amorosa de um dizer que se prepara para sua vida pública; desse modo de caminhar pelas palavras de um outro trabalhando para que elas encontrem outros ainda. Aí eu digo para esses colegas que o futuro da revisão de textos é recolocar a gente como interlocutores no mundo, desautomatizando o viver.

Eu ia dizer no comezinho que esta minha fala tem um título: *De onde viemos? Para onde vamos?* Digo agora, para fechar, tentando responder.

Não sei de onde viemos, podemos especular historicamente, do século XIII talvez... Mas eu quero dizer que sei para onde vamos ou para onde devemos ir: a revisão de textos tem um valor pedagógico, a experiência de revisar e de ter um texto revisado ensina alteridade. Então temos, nós, os que damos tratamento aos textos, de partir para a disseminação desse desejo de encontro com o outro, desse modo dedicado com que um revisor se permite transformar-se com o que encontra pelo caminho. Todo revisor de textos é necessariamente um caminhante, como tantas vezes se diz. Então, bora caminhar!

Referências

- BALESTERO, Mirella. **Definições terminológicas da Revisão de Textos**: estudos iniciais para a elaboração de um glossário. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências, Letras e Artes, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2019.
- CLARES, Letícia Moreira. **Mediação editorial na comunicação científica**: um estudo de dois periódicos de humanidades. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.
- GOMES, Letícia Santana (org.). **Edição, livros e leitura no cinema**. Um olhar editorial sobre a tela grande. Belo Horizonte: Contafios, 2020.
- MUNIZ JR., José de Souza. **O trabalho com o texto na produção de livros**: os conflitos da atividade na perspectiva ergodológica. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SALGADO, Luciana Salazar. A transitividade das autorias nos processos editoriais. **Revista da ABRALIN**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 187-2015, 2016. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/322707747_A_TRANSITIVIDADE_DAS_AUTORIAS_NOS_PROCESSOS_EDITORIAIS. Acesso em : 25 jan. 2023.
- SALGADO, Luciana Salazar. Ritos Genéticos Editoriais: uma abordagem discursiva da edição de textos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 57, p. 253-276, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/76289>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- SOUSA, Luciana Rugoni. **O imaginário do revisor de textos nos ritos genéticos editoriais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

Revisão de textos: experiências e saberes¹

Risoleide Rosa Freire de Oliveira²

As reflexões teórico-metodológicas expostas neste fórum acerca do trabalho de revisão têm como base minhas experiências como revisora de textos nas Editoras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal da Bahia e na Superintendência de Comunicação da UFRN, assim como professora no ensino básico na rede estadual do Rio Grande do Norte e no ensino superior na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e na Universidade Potiguar, instituições que possibilitaram minha constituição como profissional da linguagem a partir das práticas de extensão, ensino e pesquisa, subsidiadas pela Linguística Aplicada e pelo Círculo de Bakhtin.

Para início de conversa, podemos questionar: que é mesmo revisão? De que modo pode ser realizada? Existem diferenças entre revisão e correção?

Conforme Oliveira (2016), na perspectiva tradicional, a revisão é vista como uma etapa subsequente à produção escrita, com o

¹ Conferência de abertura do V Fórum Nacional de Revisão de Textos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=-jZ-t2k45AY>
Acesso em: 22 abr. 2023.

² Revisora aposentada pela UFRN; Professora aposentada pela UERN.
E-mail: risoleiderosa@gmail.com

objetivo principal de corrigir o texto e detectar transgressões nas convenções da norma culta. Tal concepção é pautada no senso comum de que revisar resume-se a corrigir ortografia, pontuação, concordância verbal e nominal, de acordo com as normas apontadas em gramáticas, dicionários e manuais.

Na perspectiva dialógica, a revisão procura compreender o texto como um todo, levando em consideração os aspectos discursivos, além dos composicionais e linguísticos, ou seja, de que modo cada autor escreve, que escolhas lexicais elege para compor o seu dizer, pois isso também implica posicionamento axiológico, visão de mundo. Na realidade, a revisão constitui uma das práticas de linguagem mais utilizadas por escritores, professores e estudantes, uma vez que um texto raramente está pronto após a primeira escrita, mas somente com releituras que irão possibilitar possíveis reescrituras.

A revisão escolar/acadêmica pode ser realizada tanto oralmente, na sala de aula, em grande grupo, como em encontro do professor com cada aluno, ou ainda por escrito, com observações do professor no texto do aluno, conforme explica Oliveira (2016, p. 4):

A primeira versão de um texto é apenas o primeiro rascunho. As várias etapas de revisão se configuram como práticas intensas e significativas no ato de escrever; logo, o professor constitui-se como mediador dessas práticas para que os estudantes reconheçam a revisão e a reescrita como atividades que se desenvolvem em inúmeras etapas, uma vez que o texto está sempre em construção.

Já a revisão de livros, revistas, artigos, teses, dissertações, monografias, por sua vez, requer dos revisores atenção para as escolhas estilísticas dos escritores que implicam muitas vezes áreas de conhecimento/atuação do(s) autor(es). Porém, podem também revelar desconhecimentos linguísticos que precisam de ajustes, daí a importância de considerar a proposta do Círculo de Bakhtin resumida no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Movimento metodológico para análise linguística

1. formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas;
2. formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica;
3. partindo disso, revisão das formas da língua na sua concepção linguística habitual.

Fonte: Volóchinov (2017, p. 220).

Tomo de empréstimo essa proposta metodológica para subsidiar o trabalho de revisão na perspectiva dialógica assim como alguns conceitos desenvolvidos pelo Círculo de Bakhtin, em especial, os de **gêneros do discurso**, que, segundo Medviédev (2012, p. 195), estão tematicamente orientados “para a vida, para seus acontecimentos, problemas”; de **enunciado**, o qual, de acordo com Bakhtin (2016, p. 57), é “repleto dos ecos e ressonâncias de outros enunciados”; de **interação discursiva** que, como diz Volóchinov (2017, p. 218-219), proporciona a “realidade efetiva da linguagem pelo acontecimento social”; e de **exotopia**, a seguir explicada pelo próprio Bakhtin (2003, p. 22-23, grifo nosso):

O excedente de minha visão em relação ao outro indivíduo condiciona certa esfera de meu ativismo exclusivo, isto é, um conjunto daquelas ações internas ou externas que só eu posso praticar em relação ao outro, a quem elas são inacessíveis no lugar que ele ocupa fora de mim; tais ações completam o outro justamente naqueles elementos em que ele não pode completar-se. [...]. O **excedente de visão** é o broto em que repousa a forma e de onde ela desabrocha como uma flor. Mas para que esse broto efetivamente desabroche na flor da forma concludente, urge que o excedente de minha visão **complete** o **horizonte do outro** indivíduo contemplado sem perder a originalidade deste.

Para subsidiar o trabalho de revisão como atividade discursiva, o revisor precisa considerar, na interação com autores, a sua posição exotópica, ou seja, seu excedente de visão em relação às escolhas estilísticas e composicionais, uma vez que desse lugar ele pode mediar seus conhecimentos e experiências para que seja dado o melhor acabamento possível ao texto.

Logo, considerando as peculiaridades do trabalho de revisão, destaco que essas noções de interação discursiva, gêneros do discurso, enunciado e exotopia, todas subsidiadas pela perspectiva dialógica de linguagem, podem preencher as lacunas teórico-metodológicas assim como as dúvidas enfrentadas por profissionais de revisão de textos que consideram insuficientes as gramáticas normativas, manuais e materiais afins.

Esses conceitos possibilitam refletir sobre a relação que se estabelece entre revisor e autor, uma vez que a linguagem “é criada, formulada e se desenvolve ininterruptamente nos limites de um determinado **horizonte de valores**” (Medviédév, 2012, p. 187, grifo nosso), daí a necessidade de uma atitude compreensiva do revisor para os dizeres/posicionamentos do(s) autor(es).

Considerando o exposto, insisto no uso do termo gêneros do discurso do Círculo de Bakhtin, porque

[...] os gêneros são **correias** de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de **experimentação** e elaboração de gêneros e estilos (Bakhtin, 2016, p. 20, grifo nosso).

Nessa perspectiva, o revisor também precisa compreender as relações que se estabelecem no texto em revisão, conforme exposto no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Relações linguístico-discursivas

Relações lógicas	Relações dialógicas
Polo da oração	Polo do enunciado
vincula-se aos elementos repetíveis do sistema da língua	vincula-se aos elementos singulares da comunicação discursiva
relaciona-se com elementos linguísticos, ou seja, com recursos lexicais, morfológicos, sintáticos	relaciona-se com a verdade, a bondade, a beleza, a história, ou seja, com visões de mundo, pontos de vista, vozes sociais

Fonte: Bakhtin (2003).

Nessa perspectiva bakhtiniana, o texto é constituído por dois polos: o do sistema da língua, da oração – do repetível, reproduzível e convencional –, e o do enunciado, do acontecimento – do irrepetível, irreproduzível e único. No polo da oração, o texto é focalizado como elemento apenas linguístico, da ordem do material, do dado, ocorrendo assim uma relação intersignica, que se vincula aos elementos repetíveis do sistema da língua, relacionando-se com elementos puramente linguísticos, ou seja, com os recursos lexicais, morfológicos, sintáticos, o que resulta nas relações lógicas.

O polo do enunciado, por sua vez, concebe o texto como discurso, da ordem do singular, do criado, do contexto genuíno, estabelecendo, desse modo, a relação entre pelo menos duas vozes, dois pontos de vista, duas consciências. Vincula-se aos elementos singulares da comunicação discursiva, relaciona-se com a verdade, com a bondade, com a beleza, com a história, ou seja, com visões de mundo, pontos de vista, vozes sociais que implicam as relações dialógicas. Assim, o texto é, ao mesmo tempo, objeto de significação e dialógico.

Logo, considerando essas relações lógicas e dialógicas no trabalho de revisão de textos, seja em âmbito editorial, seja em âmbito escolar e acadêmico, faz-se necessário inter-relacionar os aspectos discursivos e linguísticos para que um texto seja considerado com acabamento suficiente para provocar uma resposta. Para tanto, o revisor precisa levar em conta para quem o autor escreve, sob que condições de produção e recepção, em que gênero, o que possibilita uma interação discursiva entre autores e leitores.

Não desprezando a importância dos aspectos linguísticos, do polo da oração, destaco os aspectos discursivos, do polo do enunciado, no processo de revisão, o que implica o tratamento da linguagem também como discurso e a compreensão dos gêneros do discurso em seus diversos contextos. Na verdade, esses aspectos estão sempre relacionados, segundo a concepção dialógica, assim como as construções composicionais e arquitetônicas de cada texto.

Compreender a construção arquitetônica de cada texto é fundamental para se desenvolver um trabalho de excelência. Desse modo, o revisor pode analisar mais a forma do conteúdo dada pelos autores a seu texto, a qual implica posições avaliativas, que vão além dos aspectos composicionais. Afinal, como afirma Bakhtin (2016, p. 72, grifo nosso), “todo texto tem um sujeito, **um autor**”, em relação ao qual o revisor precisa ter uma atitude compreensiva, seja um escritor experiente, seja um escritor iniciante.

Também com o objetivo de estimular as reflexões sobre as experiências e saberes do revisor, destaco, a seguir, as contribuições de Gonçalves (2022) para fundamentar o trabalho de revisão, as quais se constituem em um processo dialógico.

Quadro 3 – Seleção de competências gerais do revisor

Pessoais	Motivação, preocupação com a ordem e a qualidade, iniciativa, busca por informações	Argumentação estratégica Seletividade	Capacidade de identificar, no texto, pontos fortes e fracos, de modo a sugerir alterações que possam persuadir o autor à mudança Atuação como pesquisador em diversas fontes (gramáticas, manuais, projeto gráfico), construção do conhecimento a partir de pesquisa, da troca de ideias, no feedback do autor, de modo a sugerir a melhor forma de alterar determinado trecho
De ajuda e serviço	Sensibilidade interpessoal, orientação no serviço para o cliente/ usuário	Sensibilidade interpessoal	Compreender o posicionamento do autor e não impor uma mudança (mesmo sabendo que seria a forma correta de acordo com determinado parâmetro)
De influência	Impacto e influência, conhecimento organizativo, gestão de relações	Gestão de relações	Capacidade de estabelecer relações, considerando o processo de idas e vindas para o autor e, finalizado o processo, fazer as sinalizações necessárias para a editoração do material. Manter uma rede de profissionais com quem possa trocar ideias, tirar dúvidas, discutir temáticas etc.
Cognitivas	Pensamento analítico, pensamento conceitual, conhecimentos e experiência, leitura ativa	Razoabilidade	Capacidade para identificar o problema e escolher a melhor forma de realizar a intervenção (de forma interativa, resolutiva)
Psicológicas	Autocontrole, confiança em si mesmo, comportamento positivo em face do fracasso, compromisso com a organização, delegação, trabalho em equipe, flexibilidade	Flexibilidade	Predisposição e capacidade para mudar estruturas considerando fatores como genericidade e estilo autoral

Fonte: Gonçalves (2022, p. 64).

A autora caracteriza a revisão como um trabalho complexo que muitas vezes se desenvolve com pesquisa em diversas fontes para compreender os dizeres dos autores, por isso, o revisor precisa estar sempre atualizado. Além disso, ter uma atitude compreensiva quanto aos posicionamentos autorais, o que requer não impor sua visão ou seu entendimento sobre determinada temática ou escolha linguística. Porém, caso necessário, também é possível recomendar alterações composicionais para proporcionar melhor acabamento ao texto quanto à sua arquitetônica.

Quadro 4 – Resumo das competências do revisor

Conhecimento	Utilizar o conhecimento advindo de sua formação acadêmica e experiência profissional anterior; dominar diferentes tipos de linguagem, formal e não formal, identificar os diversos gêneros; estar informado sobre mudanças da língua; reconhecer as pessoas envolvidas no processo e as hierarquias; identificar trechos com problemas; orientar sobre procedimentos; ofertar respostas às dúvidas; sugerir com base em repertório acadêmico e do cotidiano.
Habilidades	Produzir críticas construtivas; ter preparo técnico.
Atitudes	Compartilhar conhecimento; dar liberdade para o autor fazer suas escolhas; dispor de tempo para realizar pelo menos duas leituras do mesmo texto; valorizar o seu papel de coenunciador; respeitar questões de autoria e genericidade; manter confidencialidade sobre o material recebido; ser compreensivo; ser flexível, quando possível.

Fonte: Gonçalves (2022, p. 63).

Quanto aos conhecimentos necessários ao revisor, a autora enfatiza o domínio da diversidade linguística, assim como a identificação de gêneros diversos e atualização das mudanças linguísticas. Para tanto, o revisor necessita de preparo técnico além de uma atitude compreensiva e flexível, que respeite os posicionamentos dos autores, mas fazendo uso de críticas construtivas, quando necessárias ao acabamento ou à conclusibilidade do texto.

Ao compreender a revisão também nessa perspectiva dialógica, os revisores podem responder concretamente às diversas situações

enfrentadas por eles para as quais não encontram soluções apenas da gramática normativa. Na realidade, o revisor é um pesquisador em potencial, seja de enciclopédias, seja de gramáticas as mais diversas, seja de normas da ABNT e internacionais, seja de livros e revistas em bibliotecas virtuais que abordem a temática em revisão, seja em conversas com outros revisores.

Assim, é preciso que na revisão – além de analisar os aspectos linguísticos, como a estrutura da língua, a organização e o processamento das ideias por meio de elementos composicionais –, o revisor também leve em consideração os aspectos discursivos, que estão relacionados com as peculiaridades da situação interativa, do gênero em que o texto está organizado, das condições de produção e de recepção, das vozes acionadas, daí a importância das estratégias de interação entre revisor e autor no processo de revisão. Ou seja, para subsidiar a revisão como atividade discursiva, o revisor precisa considerar, na interação com os autores, a sua posição exotópica, seu excedente de visão, uma vez que desse lugar ele pode mediar seus conhecimentos e experiências para que seja dado o melhor acabamento possível ao texto.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GONÇALVES, Fabíola Barreto. **Diálogos entre autor e revisor: arena discursiva na ferramenta comentários**. 2022. 195 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, 2022.

MEDVIÉDEV, Pavel. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução Sheila Camargo Grilo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de. **Revisão de textos: da prática à teoria**. Natal: EDUFRN, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21448>.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução Sheila Camargo Grilo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

Desafios do trabalho do revisor no mundo contemporâneo: formação e visibilidade

Fabíola Barreto Gonçalves^{1 2}

Nesses dois dias de evento do V Fórum Nacional de Revisão de Textos, após um período de isolamento devido à pandemia da covid-19, estamos matando a saudade de estar juntos, de ser grupo, de dividir dores, angústias, dúvidas. Vocês, revisores, quando se deparam com um texto problemático, com quem podem contar para trocar ideias? Com o Google? Com a consulta a um dicionário? Vocês têm uma rede de contatos? Como nos conectar uns com os outros? Isso me lembra uma cena do filme *X-men*, em que o personagem, professor Xavier, fica numa sala, com um aparelho ligado ao cérebro, localizando numa tela todos os mutantes existentes. Será possível saber quem somos e onde estamos e, assim, conectar nossos saberes e nossas práticas?

Nesse processo, são inúmeros os desafios que tentam nos atravessar e nos vencer. Talvez o primeiro deles seja a sensação

¹ Mesa redonda *Desafios do trabalho do revisor no mundo contemporâneo: formação e visibilidade*, realizada no V Fórum Nacional de Revisão de Textos, em Natal/RN, no dia 25 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MQhTspN89wY&t=280s>. Acesso em: 25 ago. 2023.

² Doutora em Estudos da Linguagem, revisora de textos da UFRN, e-mail fabiola.barreto@ufrn.br

de solidão. Nessa lida, é o revisor e a tela, e a missão de dar tratamento a uma materialidade linguística que, aos poucos, vai criar asas, ganhar o mundo e esquecer daquele ser que está ali, burilando o texto, linha a linha.

O revisor, por sua vez, está aprisionado a um corpo que transenuncia³. O corpo que revisa demarca uma posição: ele senta, silencia, reflete, digita. Conta-se que o escritor americano Ernest Hemingway, na maioria das vezes, escrevia seus livros de pé⁴. Mas, quando estava revisando o seu próprio texto, era o momento em que ele se sentava... Sentamos para que o nosso corpo se acomode a um projeto de dizer do outro.

Só aparece quando erra

Depois que o texto ganha ares, toma a forma de publicação, ele some, o autor some, e não sabemos mais deles até que um “saci” apareça. Esse personagem é utilizado por Monteiro Lobato para tratar do processo de revisão. Lobato (1955, p. 292) diz que, “durante a revisão os erros se escondem, fazem-se positivamente invisíveis. Mas, assim que o livro sai, tornam-se visibilíssimos, verdadeiros sacis a nos botar a língua em todas as páginas”. Se o saci é pequeno, somos esquecidos e, muitas vezes, nossos nomes nem aparecem nas fichas técnicas. Vocês já viram o nome do revisor em trabalhos acadêmicos, que é o tipo de revisão que a gente provavelmente mais faz? Oh, ABNT, olhai por nós!

Mas se o saci é grande, a culpa é certamente do revisor! Como exemplo, trago uma experiência de Jô Soares, falecido em agosto de 2022. Em 1995, quando foi lançar a obra *O Xangô de Baker Street*, seu primeiro romance, ele convidou o jornalista Pedro Bial para o seu programa e trocou de lugar com ele, passando a ser entrevistado. Assim que Bial iniciou a entrevista, abriu o livro e disse que havia um erro de concordância na primeira página. Era um saci tamanho família, em horário nobre na TV, no livro de uma pessoa famosa.

³ Termo cunhado por Silva (2021).

⁴ Foto disponível em Gonçalves (2021, p. 25), retirada de Gomes (1982, p. 61).

Posso dizer a vocês que Jô Soares nunca mais se recuperou disso. Em duas entrevistas seguintes (2011 e 2018⁵), ou seja, 16/23 anos depois, respectivamente, o escritor, humorista e talvez o apresentador mais famoso do Brasil, ainda contou a história e explicou:

JS: Foi ótimo porque passa por várias fases de revisão, depois Marcia Copola, que é da Companhia das Letras, que ela *é* o Elío Gaspari diz que ela devia ser Ministra da Economia porque ela, ela não deixa passar nada, deixou passar, não adianta, não adianta⁶.

Será que se o saci não tivesse aparecido, saberíamos quem foi a revisora do livro de Jô Soares? Marcia Copola tem mais de 35 anos de profissão e, certamente, por ela, passaram vários *best-sellers*. Mas ela só ficou famosa quando “deixou passar” uma concordância em um trabalho de revisão. Como o autor mesmo disse: “não adianta”. Os sacis vão sempre aparecer.

Sozinho, perde direitos

No Brasil, as primeiras conquistas legais para esses profissionais vieram na década de 1940, no governo de Getúlio Vargas, em que se definiu a carga horária de trabalho de um revisor, o tipo de iluminação adequada para a atividade, o âmbito de atuação, já que havia outros profissionais que também davam tratamento ao texto. Em 1979, na ditadura do governo de Geisel, foram definidas as funções a ser desempenhadas. Nesse caso, apenas um jornalista poderia assumir o cargo de chefe da revisão.

Já na abertura do país ao estado democrático, com lutas populares pelas eleições diretas, com o fortalecimento de forças sindicais, em 2005, no primeiro governo do presidente Lula, houve uma mudança no plano de carreiras e salários dos trabalhadores e o revisor passou a ser considerado um servidor público. Assim,

⁵ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7195079/>. Acesso em: 22 abr. 2020

⁶ Entrevista de Jô Soares a Pedro Bial, no Programa do Jô, já no canal Globo, em 15 novembro de 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xrtDVAWKXYI>. Acesso em: 22 abr. 2020. Transcrição feita de 29min16s a 29min30s do vídeo.

vagas foram destinadas ao revisor de textos e vieram concursos públicos para a contratação desses profissionais, com formação em Letras e em Comunicação Social.

Com isso, assumimos posições importantes nas instituições públicas, em editoras, em reitorias, nos gabinetes. Infelizmente, treze anos depois, não foi só a presidenta Dilma que sofreu um duro golpe, nós também, trabalhadores e trabalhadoras, e particularmente os de revisão de textos, que tivemos o cargo extinto. Foi um sonho que durou muito pouco! Mal tivemos tempo de criar mais espaços de formação, de nos organizarmos como entidade!

Como Luciana Salazar bem disse na mesa de abertura deste evento⁷, as associações, os sindicatos, as agremiações, e qualquer movimento de organização foram desconstruídos, eliminados em um projeto capitalista neoliberal com graves perdas de direitos trabalhistas. A quem recorrer? Como nos organizar diante desse esfacelamento? Como construir forças centrífugas⁸ de resistência?

O cargo foi extinto, mas as instituições não deixaram de necessitar de um profissional para dar legibilidade ao texto. Nos espaços geradores de conhecimento, como as universidades, cada vez mais se exige que os pesquisadores publiquem e deem a conhecer os seus objetos de pesquisa.

Na contramão disso tudo, as condições de trabalho sofreram um retrocesso e enfrentamos a precarização do trabalho, com a nossa força laboral limitada à terceirização ou ao rodízio de bolsistas. Não assumimos o posicionamento de que esses profissionais terceirizados ou bolsistas não sejam competentes, mas na condição de servidores públicos, há plano de carreira e salários para os profissionais, bem como mais oportunidades de cursos de formação, além da estabilidade do profissional em um

⁷ Texto também disponível neste e-book. Conferência disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=-jZ-t2k45AY>. Acesso em: 19 dez. 2022

⁸ Termo cunhado por Bakhtin, com base nos estudos da Física. Nesse sentido, a força centrípeta seria “[...] uma compreensão compartilhada por um grupo social privilegiado, vinculado a uma visão de mundo considerada dominante”, que atua “na vida social, linguística e ideológica” (Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso, 2009, p. 48).

mesmo espaço. Sabemos que o revisor, como o cirurgião, fica com um olhar mais especializado a cada texto revisado. Espero que possamos criar, no futuro, um melhor cenário de lutas para que os bolsistas/terceirizados de hoje, possam encontrar mais espaços de atuação e de profissionalização.

Onde está o revisor?

As leis do trabalho para o revisor de textos, quando estavam em voga, tratavam apenas do revisor que atuava na redação jornalística. Mas esse profissional não é mais encontrado nas redações, por questões financeiras. O trabalho nos espaços dos jornais está precarizado também. Se não há revisor na redação, quem é que faz esse trabalho? Nesse caso, o editor ou o jornalista que estava com a pauta torna-se o responsável por amalgamar essa função, considerando que esse profissional recebe a pauta, vai para a rua, escreve a matéria e revisa, considerando que toda essa ação obedece a um *deadline*.

Em tempos passados, nas práticas editoriais, havia um revisor e um conferente, e o texto era lido em voz alta. Hoje, é olho e tela, com redução de pessoas que dão tratamento ao texto – muitas vezes, há apenas um profissional para dar conta de toda uma demanda do setor –, sendo cada vez mais exíguo o tempo de entrega do material. Além disso, devido ao computador, é o revisor quem tem a função de ter o excedente de visão sobre o texto, conferir, fazer as emendas e, dependendo da situação, ele também orienta o escritor de trabalho acadêmico, em uma espécie de mentoria/orientação; sugere alterações, como sendo um copidesque; sugere cortes ou acréscimos, momento em que “baixa” o editor.

O que dizer dos espaços de formação?

Na abertura deste V Fórum Nacional de Revisão de Textos, Risoleide Rosa⁹ falou sobre como se tornou revisora. Ela

⁹ Mesa de abertura do evento. Texto também disponível neste e-book. Conferência disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=-jZ-t2k45AY>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ressaltou que foi a profissão que ela escolheu, que ela sempre quis exercer. Fiquei pensando com quantos/quantas de nós isso aconteceu, porque sou graduada em Letras (inglês e português) também jornalista e a profissão de revisor de texto nunca entrou em pauta nesses cursos, nunca foi mencionada, que dirá discutida a possibilidade de alguém adentrar tal área. Para completar, são poucas as universidades que ofertam cursos diretamente voltados para essa formação. Mas os revisores continuam brotando desse chão árido, guiados, talvez, pela intuição, pela resiliência. Nós insistimos!

Esta Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) oferta os cursos de Letras e de Comunicação Social. Penso que este auditório deveria estar repleto com a presença desses alunos. Mas, por que isso não aconteceu? Porque não há espaços de discussão nesses cursos, tampouco disciplinas voltadas para essa formação. A profissão de revisor é invisibilizada na maior parte dos ambientes acadêmicos, sem falar que existem formandos que convivem com a culpa de não se identificar com a docência. Não lhes foram dadas alternativas. Por sermos resistentes, nós nos formamos jornalistas ou profissionais de Letras e apesar de os cursos de graduação, em sua maioria, não nos terem dado o suporte necessário para a profissão de revisor, como um atacante, no futebol, cavamos a oportunidade e criamos estratégias para driblar o adversário.

Será que somos mais felizes na pesquisa?

A revisão é uma prática antiga, que tem a invenção de Gutenberg como marco, embora alguns defendam existir revisor desde os copistas da antiguidade e seus textos sagrados. Pelo tempo, seria esperado que houvesse já garantia de espaços, mais ainda, espaços de reflexão, mas há quem diga que há pouca pesquisa sobre o tema. Outros se contrapõem a essa hipótese e indicam não ser verdade. Se, de fato, existe uma ampla reflexão, ela está pulverizada, não temos um repositório que nos dê uma noção real do que já foi publicado, um levantamento preciso do que é mais discutido, não temos revistas especializadas nessas práticas editoriais. Desse modo, o conhecimento científico sobre esses saberes não está conectado.

Na minha pesquisa de doutorado, eu me deparei com a dificuldade de acesso a pesquisas de mestrado e de doutorado que, mesmo constando da lista da Plataforma da Capes, os textos não estavam disponíveis para o leitor, porque estão “presos” nos repositórios de instituições que não dão acesso ao público. Ou seja, o texto só “fala” para quem tem matrícula em determinada instituição. Com isso, tive de tentar localizar os autores por meio da internet, buscar o e-mail deles nos artigos publicados identificar em que instituições trabalhavam e solicitar deles o envio dos estudos, que deveriam ser de acesso público, uma vez que são tão importantes para compor o Estado da Arte de trabalhos que buscam refletir sobre a prática de revisão.

Relação revisor x autor

No que diz respeito ao texto, o revisor estabelece com ele, como diz Bakhtin, uma relação amorosamente interessada. Há quem defenda que o revisor é necessário porque as pessoas não sabem escrever. O que se pode dizer, de fato, é que esse profissional colabora devido ao seu excedente de visão a fim de dar tratamento ao texto. Todos necessitamos de ter um revisor de nosso texto, principalmente os que serão dados ao conhecimento público. Em sua experiência, que vai se construindo com o tempo, o profissional trabalha revisando, por exemplo, o texto poético, que exige sensibilidade, e o texto da redação oficial, que solicita um olhar mais duro, mais orientado por normas. Em ambos os processos, o revisor contribui com as condições exigidas para a boa legibilidade.

Se existe um olhar amorosamente interessado entre revisor e texto, com o autor, essa relação nem sempre é harmoniosa. Alguns autores apenas agradecem a intervenção que foi feita no texto, já graduandos, por exemplo, podem encontrar no revisor mais receptividade e empatia do que na relação com o orientador. Daí vem o amalgamar de funções: é revisor, é psicólogo, é orientador, pois o revisor, em várias situações, faz uma espécie de mentoria, palavrinha tão na moda hoje em dia. Todavia, há autores que julgam o revisor como sendo um autor frustrado, que não tem competência para ser autor e quer preencher essa lacuna reescrevendo o texto alheio. Para alguns, essa intervenção é vista como necessária; para outros, com desconfiança. Contrariamente

a isso, o processo de revisão consiste em um espaço colaborativo, coletivo, compartilhado. A textualização é uma ação intrínseca ao processo de revisão, mas isso não implica necessariamente coautoria. Por isso, a reescrita deve ser vista com moderação, servida em “doses homeopáticas”.

Também não somos fiscais da gramática. Na verdade, essa prática ora exige de nós flexibilidade, sendo sensíveis a questões semióticas e de ideologia, por exemplo, pois se trata de uma atividade crítico-reflexiva; ora somos os que chamam a atenção para as questões do gênero discursivo, dado que esses elementos “relativamente estáveis” garantem a compreensão do texto por parte de seus interlocutores.

O fato é que, na relação revisor e autor, não há como negar a desigualdade de lugares no processo de revisão, “no cronotopo do encontro, o ativismo do revisor sofre influência da posição hierárquica de quem é seu interlocutor” (Gonçalves, 2021, p. 106). Nessa arena discursiva, pontos de vista são continuamente confrontados entre revisor e autor, em um trabalho conjunto que requer negociação.

Ademais, o processo de revisão não é indiferente aos sujeitos que revisam e que escrevem, e sim um espaço discursivo em que o revisor pode refletir sobre sua prática; e o autor sobre o seu projeto de dizer. Mediados pelas tecnologias digitais, essas práticas sociais são constantemente refeitas, promovendo o encontro e o cruzamento de projetos de dizer. Somos todos seres de linguagem e reagimos à palavra do outro. Esses embates com o autor forjam um revisor que aprende a negociar os sentidos que estão no texto. Os diálogos paralelos que ocorrem entre revisor e autor revelam esse palco de lutas. No final, quem ganha é o leitor, que tem um texto, além de fluido, com mais legibilidade.

O fazer da revisão trata-se, pois, de um ato ético, que reflete um conhecimento normativo, do gênero discursivo, do mundo da vida, sendo esse conhecimento refratado em cada intervenção. Esses dois centros de valor – revisor e autor – revelam-se em um processo de coxias, na lateral do palco, escondido do público, em que cada ator se posiciona sobre o fazer do outro, cada um traz uma resposta, um parecer. Dependendo de como se dá a negociação do texto, a voz do revisor, mesmo invisibilizada, funde-se com

a do autor, e perde as aspas. O texto final do autor é, portanto, o resultado de vários processos dialógicos e colaborativos. A palavra se queda não sem luta, mas como fruto de constante debate. O revisor, por sua vez, colabora com conhecimentos, habilidades e atitudes.

Trata-se ainda de um trabalho que também é braçal – não à toa enfrentamos problemas de cansaço, olhos secos, coluna travada, Lesão por Esforço Repetitivo (LER) – mas predominantemente intelectual, por isso, não será possível sermos substituídos por máquinas inteligentes que façam a revisão automaticamente, ou por um aplicativo. As práticas editoriais são arena de vozes que negociam entre si até formarem uma materialidade linguística que ganha corpo e assinatura, porque quando se assina um texto, não se tem alibi, no dizer bakhtiniano, você é responsável pelo dizer do texto.

Buscando caminhos...

Como vencer esses desafios? Como alcançar mais espaços de conexão para diálogos e práticas. Hoje existem grupos na internet para discussão entre revisores, em que há espaço para tirar dúvidas, para trocar materiais, livros; em contrapartida, os administradores precisam banir pessoas que não se alinham ao comportamento esperado no grupo. Luciana Salazar¹⁰ contou bem como foi a tentativa de criar a associação de revisores para que tivéssemos uma entidade a quem recorrer, mas isso implica vários empecilhos, envolve questão financeira, criação de CNPJ, entre outras ações. Nós ficamos tentando nos unir, ter um espaço de debate de ideias, mas forças contrárias vêm ao nosso encontro. Em meio a tudo isso, vem se consolidando este Fórum, em sua quinta edição, um espaço no qual tem sido prazerosa a troca de ideias, as reflexões, os estudos, assim como tem sido possível fazer a conexão entre saberes e profissionais.

O nosso trabalho é muito ético e é muito necessário, no entanto, precisamos construir e cobrar visibilidade. A ABNT deveria criar um espaço nas normas de trabalhos acadêmicos e livros para

¹⁰ Conferência disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=-jZ-t2k45AY>. Acesso em: 19 dez. 2022.

conter o nome do revisor; na Plataforma Lattes, não há uma aba para a inclusão de serviços de revisão como experiência do pesquisador; além disso, nos concursos da área de linguagem, não se prevê pontuação para a experiência de revisão de textos.

Como diz o poeta Thiago de Mello, “faz escuro, mas eu canto”, já Passos e Santos afirmam que “enquanto houver texto, haverá revisores”. Se tentam nos invisibilizar, vamos resistir! Se há precarização das condições laborais e exigência de qualidade no trabalho revisado, criemos trincheiras com mais espaços de qualificação. Se não há ambientes formativos nas universidades, se não nos é possível manter uma associação, este Fórum é um espaço formativo, é um lugar em que temos voz, é o momento do qual dispomos para refletir e encontrar caminhos.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 2. ed. São Carlos: Pedro e João, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. 2. tir. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

GOMES, Eustáquio. **Ernest Hemingway**. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Encanto radical).

GONÇALVES, Fabíola Barreto. **Diálogos entre autor e revisor: arena discursiva na ferramenta comentários**. 2021. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/46620>. Acesso em: 22 abr. 2023.

GRUPO DE ESTUDOS DOS GÊNEROS DO DISCURSO. **Palavras e contrapalavras: glossariando conceitos, categorias e noções de Bakhtin**. São Carlos: Pedro e João, 2009. (Caderno de estudos I – para iniciantes).

LOBATO, Monteiro. **A Barca de Gleyre**. t. 1. São Paulo: Brasiliense, 1955.

MELLO, Thiago de. **Faz escuro, mas eu canto: porque a manhã vai chegar**. 24. Ed. São Paulo: Global, 2017.

PASSOS, João Augusto de Oliveira; SANTOS, Maria Lino. **Leituras, revisão textual e o revisor**. [2011]. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Assessoria Linguística e Revisão Textual) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, [2011]. p. 1.

SILVA, Francisco Leilson. Transenunciação. In: RODAS DE CONVERSA BAKHTINIANA – O grotesco de nossos tempos: vozes, ambientes, horizontes, 8., 2021, Belém [on-line]. **Anais** [...]. São Carlos: Pedro e João, 2021. p. 1.540-1.542.

SOARES, Jô. Entrevista a Pedro Bial no Programa do Jô. **Globo**, 15 de novembro de 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xrtDVAWKXYI>. Acesso em: 22 abr. 2020.

Empreender sem precarizar: o trabalho de revisão de textos e o coletivismo de plataforma¹

Pollyanna de Mattos Moura Vecchio²

Introdução

No dia 1º de julho de 2020, motoentregadores de empresas de aplicativo em várias cidades brasileiras se juntaram em protesto por aumento de remuneração e melhores condições de trabalho. A categoria reivindicava, entre outros direitos, um valor mais justo por quilômetro rodado, forma de pagamento que recebem das empresas de aplicativo. O protesto aconteceu em plena pandemia da covid-19 e, no caso da cidade de São Paulo, as ações foram noticiadas pelo telejornal SPTV Segunda Edição, que foi ao ar no mesmo dia (Rede Globo, 2020)³.

¹ Conferência de encerramento do V Fórum Nacional de Revisão de Textos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MQhTspN89wY&t=280s>. Acesso em: 22 abr. 2023.

² Doutora em Estudos de Linguagens. Revisora, pesquisadora e secretária executiva do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Contato: pollyannamattosvecchio@gmail.com.

³ Disponível em: <http://glo.bo/3JjtB4Z>. Acesso em: 18 jan. 2023.

Segundo a reportagem, havia centenas de motoentregadores reunidos desde a manhã daquele dia em manifestação pelas principais avenidas da cidade em direção, primeiro, à sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-2), depois a um dos pontos de mais visibilidade da capital paulista: a Ponte Estaiada. O local ficou fechado por mais de uma hora enquanto os manifestantes faziam um buzinaço e estendiam uma faixa com a seguinte frase: “A guerra continua”.

Entre as reclamações dos manifestantes, estavam a alegação da redução de R\$4,58 para R\$0,80 na remuneração por quilômetro rodado pago pelas empresas de aplicativo, a prática de bloquear quem se recusa a trabalhar aos fins de semana, a falta de seguro de vida e de equipamentos de proteção contra a covid-19, entre outros fatores que violam a legislação trabalhista. Em resposta ao telejornal, a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), que representa oito empresas de aplicativo, defendeu-se alegando que “[...] as plataformas permitiram que centenas de milhares de pessoas tivessem renda durante essa crise” (Rede Globo, 2020, *on-line*).

A desregulamentação e a precarização do trabalho em razão de sua crescente intermediação por parte de empresas multinacionais de tecnologia não se restringem à categoria dos motoristas ou motoentregadores que trabalham com aplicativos como *Uber* e *Ifood*, entre outros. Esses fatores afetam um grande leque de profissionais que está, cada vez mais, perdendo o contato direto com seus clientes e passando a realizar sua atividade profissional por meio de plataformas *on-line*.

Neste artigo, analiso como essa nova ordem mundial, chamada capitalismo de plataforma, pode atingir os profissionais do texto, como jornalistas, produtores de conteúdo e, no nosso caso, revisores. Em seguida, discorro sobre outros fenômenos contemporâneos que nos ajudam a entender mais por que a precarização do trabalho de revisão de textos não é um caso isolado, mas, sim, uma tendência mundial de uberização da economia.

Discuto sobre a Quarta Revolução Industrial e o surgimento da classe social do precariado. Apresento o imaginário do empreendedorismo e o imaginário da supremacia da tecnologia como os discursos que subsidiam o capitalismo de plataforma. Por

fim, apresento a ideia do coletivismo de plataforma como uma ação de contrafluxo baseada na união das categorias de trabalhadores a fim de gerar questionamentos e fomentar mudanças. No caso da revisão de textos, defendo que o coletivismo de plataforma poderia ser utilizado para que revisoras e revisores pudessem, de fato, empreender nessa área, mas sem precarizar seu trabalho e sua qualidade de vida.

O capitalismo de plataforma

Teorizado principalmente por Srnicek (2016), em livro homônimo, o capitalismo de plataforma seria a fase atual de desenvolvimento da economia em escala global, em que, entre outros fatores, a intermediação das relações da lei de oferta e procura é feita por empresas multinacionais de tecnologia. Está relacionado à penetração de lógicas algorítmicas na produção de vários setores, subordinando as relações comerciais e de prestação de serviços a um refinado rastreamento de atividades por meio da datificação (Van Dijck, 2017), criando uma superdependência de empresas e colaboradores regionais em relação à infraestrutura de monopólios globais; superdependência essa que vai além das dimensões informáticas.

No geral, essa intermediação é centralizada por empresas de tecnologia como as que formam o acrônimo GAFAM, ou seja, *Google, Apple, Facebook (Meta), Amazon e Microsoft* – também chamadas de *Big Five*. Essas corporações são capazes de ditar o funcionamento de vários mercados, como os do livro, do jornalismo, da música, do transporte e, no nosso caso, da revisão de textos e também do *marketing* de conteúdo.

Atualmente, usa-se o termo “uberização” para se referir a formas precarizadas de trabalho subsidiado por multinacionais de tecnologia que tendem a substituir serviços anteriormente prestados por empresas locais. O termo é derivado do nome da multinacional estadunidense *Uber*, que presta serviço de transporte particular de passageiros e mercadorias e é uma das primeiras empresas de tecnologia voltadas para intermediação de transações ponto a ponto entre clientes e provedores de um serviço por meio de uma central acessível por aplicativo para telefone celular.

Essas empresas de tecnologia fazem parte de uma tendência global que estabelece novas formas de organização, gerenciamento e controle do trabalho e, principalmente, de pagamento do trabalhador, que é baseado em uma remuneração reduzida, medida por uma fração mínima do serviço. Por exemplo, no caso dos motoentregadores, o pagamento é feito em centavos por quilômetro rodado.

No caso das profissões do texto, há plataformas que pagam valores irrisórios por página revisada, por página redigida, por palavra ou por caracteres, ou até valores fixos por trabalhos completos, independentemente do tamanho. Há também plataformas que intermedeiam o pedido de orçamento, ou seja, o trabalhador compra créditos para ter acesso à carteira de clientes da plataforma. No caso de plataformas de *streaming*, como o *YouTube* e o *Spotify*, a remuneração é feita por tempo ou número de exibição, por exemplo, de uma música ou de um vídeo. O tipo de trabalho é muito variado, mas a forma de pagamento é igual: uma migalha paga por uma fração mínima do trabalho.

A esse respeito, Bhaskar (2013) afirma que uma forte característica do estágio atual da tecnologia digital é o fenômeno da centralização, isto é, a ocupação de um setor por uma só empresa até a exclusão de todas (ou quase todas) as outras que prestam o mesmo serviço *on-line*. Um traço importante para se chegar à centralização de um nicho digital é a adesão em massa de usuários. Para isso, não basta ter a tecnologia adequada, é necessário que haja adesão pela maioria dos usuários daquele tipo de serviço. E como essa hegemonia pode ser obtida? Uma das opções é ser um serviço mais acessível para o cliente em detrimento das condições de trabalho e da liberdade do fornecedor. É o que acontece, por exemplo, com a empresa *Uber* em relação a outros serviços de transporte de passageiros. É também o que pode estar acontecendo em algumas situações de trabalho de revisão de textos realizado por intermédio de plataformas digitais.

A Quarta Revolução Industrial e o surgimento do precariado

Além do capitalismo de plataforma, Johannessen (2019) defende que estamos diante da Quarta Revolução Industrial, cujo motor seriam exatamente as tecnologias digitais. O autor afirma que tem acontecido uma grande transformação nos ambientes de trabalho e que o ciberespaço é o novo local de trabalho de milhares de pessoas que hoje não ocupam mais os escritórios físicos das empresas, nem convivem presencialmente com seus colegas de trabalho, pois tudo de que precisam para trabalhar é um computador pessoal com acesso à internet, que é exatamente como acontecem hoje muitos dos trabalhos de revisão de textos.

Como consequência, essa revolução tende a aumentar a discrepância entre as remunerações dos trabalhadores, os locais de trabalho e as profissões, que serão quase irreconhecíveis. Nesse sentido, já é possível observar o surgimento e a ascensão de uma nova classe social: o “precariado”, conforme a conceituou Guy Standing (2014 *apud* Johannessen, 2019).

A classe do precariado seria formada por pessoas que trabalham arduamente, muitas vezes em várias ocupações, porém, sua remuneração mal alcança o nível da sobrevivência. Suas condições de trabalho são precárias e não há qualquer garantia trabalhista. Diz respeito a uma classe de pessoas que trabalha sob contratos de adesão ou de curto prazo, que favorecem a empresa em detrimento do trabalhador por serem altamente flexíveis em relação às condições de trabalho do empregado e por não garantirem qualquer direito trabalhista.

Em geral, o precariado é formado por trabalhadores que não se enxergam ainda como uma classe e, portanto, não demonstram solidariedade nem união com os pares. Na maioria das vezes, o precariado ainda não é uma classe com uma ideologia compartilhada. Em vez disso, é composto por indivíduos isolados que se situam à margem da sociedade.

De onde teria surgido o precariado? Um dos motivos seria a acirrada disputa entre trabalhadores fomentada pela ideologia neoliberal do empreendedorismo, compelindo à redução salarial, à

apatia política diante do fenômeno, ao enfraquecimento das lutas sindicais, à baixa escolarização e ao advento da tecnologia digital, que, cada vez mais, substitui os trabalhos humanos por máquinas e faz com que a competição entre trabalhadores se espalhe para escala mundial, especialmente quando se trata de trabalhos que podem ser feitos ou pela internet ou intermediados por ela, como é o caso da revisão de textos, da produção e moderação de conteúdo e de vários outros ofícios. Esse último aspecto está estreitamente ligado ao fenômeno da plataformação do trabalho, que será apresentado na seção a seguir.

A plataformação do trabalho e os imaginários do empreendedorismo e da supremacia da tecnologia

Começo, então, com alguns exemplos de plataformas que funcionam com base em um pagamento muito baixo pela menor fração do trabalho. Nesse sentido, Grohmann e Qiu (2020, p. 3-4) propõem uma divisão desses empreendimentos em três categorias, quais sejam:

a) plataformas que dependem de uma localização específica e transportam pessoas (como Uber) e coisas (como Deliveroo e iFood); b) plataformas de microtrabalho cujos trabalhadores treinam dados para inteligência artificial, como Amazon Mechanical Turk e Appen, e os que exercem atividades de moderação comercial de conteúdo para empresas de mídias sociais; e c) plataformas de trabalho freelance, tais como 99Designs, WeDoLogos e GetNinjas.

Há plataformas ainda mais recentes, como a argentina *Workana*, que, similarmente ao funcionamento da *GetNinjas*, busca a intermediação do trabalho *freelancer*; e a brasileira *Rock Content*, especializada em *marketing* de conteúdo. Esta paga ao colaborador por texto escrito ou revisado e o pagamento, às vezes, é feito com créditos para serem usados em cursos na própria plataforma, caracterizando uma dupla exploração trabalhista que tem atingido vários profissionais do texto, como jornalistas e bacharéis em Letras, além de estudantes dessas áreas.

Para termos uma ideia da baixa remuneração, comparando com o pagamento de R\$ 0,80 por quilômetro rodado contestado pelos motoentregadores de aplicativo, há casos em que as plataformas pagam R\$ 0,50 por página revisada e R\$ 2,00 por texto redigido, em geral, para serem usados em *marketing* de conteúdo. Há também a alegação de plataformas que oferecem a remuneração fixa de R\$ 50,00 para a revisão de trabalhos completos, independentemente do número de páginas, de caracteres ou de tempo necessário para execução do serviço.

No caso das plataformas que intermedeiam o pedido de orçamento, elas funcionam como uma espécie de leilão. Primeiro, o revisor compra créditos para fornecer orçamentos. Em seguida, ele recebe um pedido de orçamento para a categoria que se cadastrou (por exemplo: revisor e produtor de conteúdo). Para dar o orçamento, o revisor gasta uma quota de seus créditos, só então recebe o contato do cliente, o qual poderá ou não aceitar o orçamento, pois receberá propostas de outros revisores pela plataforma.

Em geral, o discurso defendido pelas plataformas digitais é o de que cabe ao colaborador se esforçar suficientemente para trabalhar bastante e conseguir alcançar uma remuneração significativa, pois a plataforma já está lhe dando a “oportunidade” de trabalhar, como alegaram as empresas de aplicativo em relação às manifestações dos motoentregadores em São Paulo. Esse posicionamento reflete o que chamamos de imaginário sociodiscursivo do empreendedorismo. Vale ressaltar que entendemos como imaginário sociodiscursivo aquilo que Charaudeau (2017) propõe como interpretações da realidade compartilhadas por determinados grupos sociais e disseminadas em determinados domínios discursivos.

Em termos gerais, o imaginário do empreendedorismo é um discurso defendido por instâncias neoliberais de poder que se fortaleceram no mundo nas últimas décadas e que defendem a ideia de que cabe ao próprio indivíduo o encargo de empreender sua inserção, manutenção e sobrevivência no mercado, alcançando, por méritos próprios, o sucesso profissional e social, isentando o Estado e os empregadores de responsabilidades sobre direitos trabalhistas, condições adequadas de trabalho e garantia de renda.

Segundo Pandolfi e Lopes (2013, p. 178): “[...] os valores do empreendedorismo propagam o individualismo e a competição, disseminando a ideia de que o sucesso ou o fracasso econômico e social é produto da mentalidade e do comportamento individual das pessoas”. Em uma ponta, a ideia do empreendedorismo é a de que a empresa está fazendo um favor para milhares de pessoas “famintas”, no mundo inteiro, dando a elas pelo menos a oportunidade de juntar moedinhas, de juntar migalhas, de juntar centavos para ter o que comer. Na outra ponta, as multinacionais de tecnologia estão se tornando as empresas mais ricas da história, que é a conclusão a que se chega diante do patrimônio atual de muitas dessas corporações, conforme afirma Foer (2020), por exemplo, em relação à fortuna de Jeff Bezos, excêntrico fundador da *Amazon* que, recentemente, fez uma viagem turística à lua.

O empreendedorismo é, muitas vezes, associado a valores essencialmente positivos, como garra, determinação, iniciativa, proatividade. Ele perpassa o discurso de instâncias políticas, econômicas e até da educação, sem que seus contrapontos sejam questionados. Mas, na verdade, o imaginário do empreendedorismo subsidia ideologicamente o capitalismo de plataforma, por isso, é importante, para as empresas de tecnologia e para o Estado neoliberal, que haja sua adesão e defesa por parte dos trabalhadores em escala global.

Por um lado, quanto mais os próprios trabalhadores defendem a ideia de que a empresa de tecnologia não tem obrigações trabalhistas, de que os Estados não devem regulá-las e de que as oportunidades de trabalho estão à espera dos indivíduos suficientemente esforçados para empreenderem os próprios negócios em um ambiente altamente competitivo e mal remunerado, mais o capitalismo de plataforma se firma como uma espécie de nova ordem mundial. Por outro lado, quando os colaboradores questionam ou refutam esse imaginário é que podem surgir as ideias para as lutas coletivas, as disputas judiciais contra as empresas de tecnologia e a proposição de alternativas aos serviços prestados.

Analogamente ao imaginário do empreendedorismo, está o imaginário da supremacia da tecnologia, o qual também subsidia ideologicamente o capitalismo de plataforma. Segundo Feenberg (2003, 2005) e Cupani (2017), a relação do ser humano com

a tecnologia costuma ser de vê-la ou como neutra ou como essencialmente positiva para a humanidade, e isso ajuda as empresas de tecnologia a serem menos questionadas por seus usuários, sendo algumas vezes até veneradas.

É comum pensar que o avanço tecnológico seja irrefreável e que signifique um caminho inequívoco em direção ao progresso da humanidade em busca da conquista da natureza pelo homem em prol da eficiência e do poder. Ademais, existe na sociedade o imaginário da tecnologia como um território inefável, sem fronteiras, essencialmente positivo, inquestionável pela insignificância do usuário isolado (como se fosse um Davi diante de um Golias), irrefreável, irrepreensível e impossível de ser regulamentado por parte de órgãos governamentais.

Assim como acontece com o imaginário do empreendedorismo, por um lado, a adesão ao imaginário da supremacia da tecnologia serve ao capitalismo de plataforma e ajuda a firmá-lo como uma espécie de nova ordem mundial. Por outro lado, os questionamentos ou recusas a esse imaginário também podem fazer emergir as subversões que poderão pressionar mudanças e é isso que será abordado na seção a seguir.

O coletivismo de plataforma

Diante desse triste cenário, pergunto: há alguma esperança para os trabalhadores? A resposta para essa questão não é fácil de ser dada, tendo em vista as constantes previsões frustradas em relação ao futuro da humanidade diante da tecnologia. Mas o que já pode ser dito é que é preciso resistir. É preciso pensar, individual e coletivamente, em estratégias de contrafluxo, de questionamento e de mudanças, até que as plataformas comecem a demonstrar sensibilidade e ações práticas que tornem a disputa do espaço de produção mais equilibrada. Mesmo que essas ações não consigam abalar as estruturas do capitalismo de plataforma, iniciativas de resistência ajudam a disseminar informações que podem levar a humanidade a um consumo mais sustentável.

Paralelamente às ações governamentais e de organismos internacionais para a regulamentação da tecnologia e das relações de trabalho intermediado por ela, uma das ações de

combate ao capitalismo de plataforma e à precarização do trabalho é o coletivismo de plataforma. Termo proposto em minha tese doutoral (Vecchio, 2022), o coletivismo de plataforma se refere a uma prática de apropriação tecnológica, por meio de fóruns de comunicação, em uma plataforma digital, por usuários com interesses em comum, com o objetivo de fortalecimento mútuo de seus membros no campo de interesse que os congrega. Esse fortalecimento poderia se manifestar no conhecimento compartilhado, na economia da troca de favores (Thompson, 2013), em dinâmicas de produção coletiva, entre outras ações, incluindo troca de experiências e informações sobre o funcionamento da própria plataforma e estratégias para subvertê-la.

No caso da revisão de textos, o coletivismo de plataforma poderia se manifestar em situações simples, como a criação e manutenção de pequenos grupos de revisores de uma mesma região ou que trabalham com um mesmo gênero textual (acadêmico, literário, jornalístico, publicitário, entre outros) e, nesse espaço, trocam informações, como oportunidades de trabalho, tabelas de preços e formas de cobrar, estratégias de *marketing*, técnicas do próprio ofício de revisão; além de, quando possível, dividirem trabalhos grandes e se indicarem mutuamente para clientes, tendo em vista que o crescimento de um pode significar o crescimento do grupo e vice-versa. Esses grupos menores poderiam se expandir ou fazer parte de fóruns maiores e nacionais que, se bem mediados, teriam a possibilidade de pressionar e acompanhar a criação de projetos de leis que beneficiam a profissão, bem como denunciar vagas de trabalho com remuneração exploratória, entre outras ações coletivas.

Obviamente, a simples criação de um grupo em uma plataforma não seria suficiente para que ele fosse usado adequadamente como coletivismo de plataforma, ou seja, para fortalecimento mútuo de seus membros. Também poderia haver usos oblíquos de suas possibilidades, haja vista os recentes fenômenos de disseminações de notícias falsas por meio de grupos digitais em plataformas como *WhatsApp* e *Telegram*, entre outros problemas desencadeados por comunicação em grupos intermediados por plataformas digitais.

Ainda assim, quando há boa mediação e apropriação tecnológica por parte dos usuários, o coletivismo de plataforma pode ser

considerado um dos melhores efeitos colaterais não planejados da tecnologia na fase atual em que ela se encontra. Ele diminui as fronteiras geográficas; proporciona o encontro, a redução de barreiras a grupos minoritários; permite o empoderamento coletivo entre seus membros; e pode, inclusive, subsidiar ações de contrafluxo à submissão dos usuários à própria plataforma que os congrega, com ações jurídicas coletivas e atos políticos contra as empresas de tecnologia, proporcionando, metaforicamente, pequenas implosões do sistema.

Alguns desses grupos de revisores, se bem mediados e quando proporcionam o crescimento mútuo de seus membros, poderiam se transformar em associações, sindicatos ou mesmo cooperativas de plataforma, conforme as conceituou Scholz (2016) e Grohmann e Zanatta (2020), entre outros pesquisadores. O cooperativismo de plataforma (termo derivado da palavra “cooperativa” e não de “coletivo”, como o termo anterior) seria uma reação à uberização, por meio de uma economia digital mais justa, com a criação de cooperativas de trabalhadores para fazer a mesma intermediação digital feita por empresas-aplicativo como *Uber*, *Ifood*, *Airbnb*, entre outras. A esse respeito, Grohmann e Zanatta (2020) afirmam que:

Unindo a organização cooperativista e o potencial das tecnologias digitais, as plataformas cooperativas podem ter vários desenhos institucionais e abrigar diversos setores da economia. É uma espécie de reação à uberização generalizada, valendo-se do seu formato de intermediação tecnológica das relações de consumo e produção para criar arranjos alternativos. Entre os princípios do cooperativismo de plataforma, estão propriedade coletiva, trabalho associado, pagamentos decentes e seguridade de renda, transparência e portabilidade de dados (Grohmann; Zanatta, 2020)⁴.

⁴ Para mais informações sobre o tema, conferir a iniciativa *Observatório do Cooperativismo de Plataforma*. Disponível em: <https://bit.ly/3kleHLh>. Acesso em: 23 jan. 2022.

Conclusão

Até a presente data, parece não existir no Brasil um sindicato específico que congregue profissionais da revisão de textos. Estamos, ainda, subordinados à categoria dos jornalistas. Houve uma iniciativa de criação de uma associação nacional da categoria, porém, foi descontinuada, segundo relato feito por Luciana Salazar Salgado (Salgado, 2022) na conferência de abertura desta edição do Fórum Nacional de Revisão de Textos.

O próprio Fórum Nacional de Revisão de Textos caracteriza-se como um espaço de resistência a essa plataformização do trabalho, da economia, da indústria cultural e à precarização, cada vez mais intensa, das condições de trabalho das revisoras e dos revisores de textos por todo o Brasil. É de instâncias como este Fórum que vão surgir as ideias para se combater esse capitalismo desenfreado e cruel, que atualmente se manifesta, principalmente, por meio de plataformas *on-line*.

Contudo, o Fórum Nacional de Revisão de Textos ainda não é uma iniciativa de coletivismo de plataforma, no sentido de haver trocas que possam realmente se transformar em ganhos materiais e financeiros significativos para os revisores. O que se faz em encontros como este – e que é muito importante – é promover discussões acadêmicas que obviamente empoderam todos os participantes, mas que, de certa maneira, não satisfazem a necessidade de um grupo em que cada revisor ou revisora pudesse voltar para casa e se apoiar, como se fosse uma sociedade de fato, uma parceria, um coletivo ou uma cooperativa.

Concluo este artigo com um convite e uma provocação de que nós, revisoras e revisores de textos por todo o país, pensemos na criação de coletivos de plataforma no âmbito da profissão do(a) revisor(a) de textos. Talvez seja um pouco ousado para o momento pensar em uma instância nacional, única. Mas, talvez, seria mais importante que houvesse vários pequenos coletivos cujos membros se apoiassem, e que o Fórum Nacional de Revisão de Textos fosse, por exemplo, uma forma de esses coletivos se encontrarem de tempos em tempos.

É preciso que cada profissional de revisão de textos pense em como se agregar, regionalmente, ou por afinidades, ou por tipo de

trabalho de revisão. O desafio é fazer com que esses coletivos se transformem em grupos produtivos de trabalho, de forma que seus membros pudessem fazer, por exemplo, parcerias para indicação do serviço de um dos membros quando não for possível atender à demanda de um cliente em determinado momento; fóruns em que haja trocas de experiências, de técnicas, de informações sobre vagas de emprego e outros compartilhamentos.

É comum que alguns revisores se enxerguem como profissionais isolados, como intelectuais estetas que preferem e precisam trabalhar reclusos em seus escritórios, escrutinando como hermeneutas os textos que precisam revisar à exaustão até chegarem a uma ilusória impecabilidade. Também há aqueles que se enxergam como concorrentes e que se ressabiam do encontro e da troca com os pares. Essa visão de individualismo e competição reflete exatamente a ideologia de um empreendedorismo neoliberal que tanto convém às instâncias de poder.

A ideia é empreender sem precarizar. Empreender coletivamente, empreender para se empoderar, individualmente, sim, mas principalmente como grupo, como categoria de trabalhadores que somos. Isso significa lutar na contramão do capitalismo de plataforma, com estratégias de contrafluxo, estratégias para se pensar em um trabalho de revisão menos precarizado, em que pudéssemos retomar a relação direta com nossos clientes, em que pudéssemos receber uma remuneração adequada e com condições dignas de trabalho. Isso pode ser alcançado por meio do coletivismo de plataforma, com ações para transformar nosso engajamento em ganho financeiro e na valorização coletiva da nossa profissão de revisores e revisoras de textos.

Referências

BHASKAR, Michael. **The Content Machine**: towards a theory of publishing from the printing press to the digital network. New York: Anthem Press, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Tradução de André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, [s. l.], p. 571-591, jan./jun. 2017.

CUPANI, Alberto. **Filosofia da Tecnologia**: um convite. 3. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2017.

FEENBERG, Andrew. O que é a Filosofia da Tecnologia? In: CONFERÊNCIA, 2003, Komaba. **Anais** [...]. Komaba: Universidade de Komaba, jun. 2003

FEENBERG, Andrew. Teoria Crítica da tecnologia: um panorama. 2005. **Tailor-Made BioTechnologies**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1-15, abr./maio 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3Fklov2>. Acesso em: 18 jan. 2023.

FOER, Franklin. Jeff Bezos's Master Plan What the Amazon founder and CEO wants for his empire and himself, and what that means for the rest of us. **The Atlantic**, *on-line*, [s. l.], 1 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3gHbPfA>. Acesso em: 18 jan. 2023.

GROHMANN, Rafael; QIU, Jack. Contextualizando o Trabalho em Plataformas. **Contracampo**, [s. l.], v. 39, n. 1, p. 1-10, abr./jul. 2020.

GROHMANN, Rafael; ZANATTA, Rafael. Cooperativismo de plataforma: quais as possibilidades. Ensaio. **Nexo Jornal**, São Paulo, 19 ago. 2020.

JOHANNESSEN, Jon-Arild. **The Workplace of the Future**. Londres: Routledge, 2019.

PANDOLFI, Marcelo de Amorim; LOPES, Roseli Esquerdo. A educação voltada para o empreendedorismo: um levantamento do debate acadêmico. **Revista HISTEDBR On-line**, [s. l.], v. 13, n. 49, p. 177-196, 2013.

REDE GLOBO. Entregadores de aplicativos fazem manifestação em São Paulo. **SPTV**, São Paulo, n. 2, 1 jul. 2020. Disponível em: <http://glo.bo/3JjtB4Z>. Acesso em: 23 jan. 2023.

SALGADO, Luciana Salazar. Revisão de textos: experiências e saberes. In: FÓRUM NACIONAL DE REVISÃO DE TEXTOS, 5., 24 nov. 2022. **Anais** [...]. Natal: UFRN, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3DgPhLc>. Acesso em: 23 jan. 2023.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de plataforma**: contestando a economia do compartilhamento corporativo. Tradução e comentários de Rafael A. F. Zanatta. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante; Autonomia Literária, 2016.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge; Malden: Polity Press, 2016.

THOMPSON, John B. **Mercadores de cultura**: o mercado editorial no século XXI. São Paulo: UNESP, 2013.

VAN DIJCK, José. Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. **MATRIZES**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 39-59, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3SGpCjV>. Acesso em: 18 jan. 2023.

VECCHIO, Pollyanna de Mattos Moura. **O direito de publicar**: autopublicação, fast-publishing e tecnologias digitais no mercado editorial brasileiro. 2022. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

Como nascia e como morria uma revisora empreendedora¹

*Ana Elisa Ribeiro*²

Primeiramente, quero felicitar a organização deste Fórum de Revisão de Textos por sua realização, dando continuidade a uma iniciativa que começou em Belo Horizonte, mais de uma década atrás, e que se consolida a cada vez que um grupo de outra região empreende todas as ações necessárias para que as comunicações, mesas e conferências ocorram. Sei como isso é desafiador e como é, também, importante. A cena dos revisores e das revisoras de textos se fortalece, assim como os laços entre nós. Agradeço também pelo honroso convite para participar, com minha colega Pollyanna de Mattos Vecchio, desta mesa que encerra o Fórum, tratando de um tema tão complexo e urgente quanto este: o empreendedorismo, mas lançando mão de um senso crítico fundamental para que evitemos a precarização que vem ocorrendo no mundo deste nosso trabalho.

¹ Conferência de encerramento do V Fórum Nacional de Revisão de Textos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MQhTspN89wY&t=280s>. Acesso em: 22 abr. 2023.

² Professora titular do Departamento de Linguagem e Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), onde atua no bacharelado em Letras, no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens e no ensino médio. Doutora em Estudos Linguísticos. Pesquisadora do CNPq e da Fapemig. Escritora, revisora e editora. anadigital@gmail.com

Flashback

O tema desta mesa me devolveu memórias de anos atrás, duas décadas, talvez, quando eu, certa de que queria atuar no mercado editorial, em especial, na produção de livros, buscava impacientemente um meio de me inserir profissionalmente, em uma época em que portfólios eram de papel e as editoras brasileiras estavam muito mais concentradas geograficamente. Também em termos de acesso à formação, a vida era muito mais difícil, em especial, para uma pessoa que não desejava emigrar de seu estado, além de eu considerar absurda, já à época, a inexistência de cursos especializados de revisão e preparação de textos, em uma cidade e um estado pujantes, em termos de criação literária, como é o caso de Minas Gerais.

Que faltas eram essas? E o que elas provocavam? Das duas reações mais óbvias possíveis, uma eu já descartara: desistir, frustrar-me completamente. A outra era trabalhar na direção de criar espaços, se não, oportunidades claras, para uma pessoa que desejava ser revisora de textos, entre outras atividades conexas, mas também sabia que não deveria ser a única no mundo a ter esses interesses. Parecia então evidente que outras pessoas com os mesmos anseios pudessem estar discretamente por aí, mas por perto, apenas esperando que o cenário mudasse e os horizontes se expandissem.

Em termos de formação acadêmica, fiz o melhor possível para uma pessoa que queria lidar com a língua portuguesa: um excelente curso de Letras na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No entanto, naqueles quatro anos de graduação, tive exatos *dois dias* de aulas especificamente sobre revisão de textos, um deles, inclusive, dedicado aos famigerados sinais que as revisoras usavam (e talvez ainda usem) em seu trabalho, uma espécie de código secreto que me parecia a chave para um novo mundo, um segredo revelado. *Dois dias*.

No entanto, parte enorme de nossa formação acadêmica não se dá apenas dentro das salas, assistindo às aulas de professores e professoras obedientemente curriculares. Parte imensa e relevante de nossa formação pode se dar nos corredores, nas salinhas de canto, nas mesas de cantina, onde encontramos

pessoas e projetos extraclasse que nos levam a experiências muito menos ortodoxas, e também muito mais criativas e proveitosas, por vezes.

Foi nos corredores que encontrei um edital pregado na parede, que me levou a atuar em um projeto de extensão e a ser orientada por uma professora chamada Sônia Queiroz, militante da edição e da revisão de textos, responsável por uma parte de meu aprendizado na área (a outra parte foi em serviço). Ela foi também a pessoa que me indicou ao meu primeiro estágio em editora (um dos maiores e mais antigos grupos mineiros à época, o Grupo Lê), e me deu diversas oportunidades de atuação, além de me fazer entender que, sim, a revisão de textos exigiria de mim mais do que a formação regular: exigiria minha dedicação e alguma coragem para viver situações profissionais desafiadoras.

Iniciando

Não me lembro do meu primeiro *freelance*. Provavelmente foi a revisão de um texto acadêmico. Essa é a trilha mais provável para grande parte dos revisores e das revisoras em Belo Horizonte, assim como em muitas partes do país. Mas eu já havia vislumbrado os espaços em editoras, assim como revisões para além do texto de teses e dissertações. O texto literário, por exemplo, paixão antiga e eterna, era uma experiência que me desafiava mais e me induzia a uma reflexão que não era, ainda, óbvia: a de que não há revisão, há *revisões*; a de que é preciso enxergar e atuar além da gramática normativa; a de que há margens depois da sociolinguística; e nós aprendemos, ao revisar, tanto quanto pensamos que ensinamos.

Depois de algum tempo atuando como revisora iniciante, inclusive trabalhando para uma editora de livros de arte e outra de livros acadêmicos, resolvi *empreender*. Na rara companhia do meu pai, um profissional liberal que nada entendia de empresas, mas que percebia minha angústia, fui ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Sebrae, no centro da capital mineira, a fim de entender como abrir uma empresa, como me tornar pessoa jurídica, como emitir nota fiscal, como administrar, minimamente, uma vida de microempresária. À época, era o que havia. E meu pai talvez pudesse ser meu sócio minoritário. A figura

do microempreendedor individual (MEI) ainda não existia³ e a vida de pessoa jurídica era muito mais difícil. Na falta de concursos públicos, o caminho era esse e talvez me abrisse portas para novos clientes.

Depois de alguns minutos dentro da loja do Sebrae, fazendo anotações, ganhando folhetos didáticos e ouvindo uma moça dar explicações meio deslocadas e nada convincentes, eu e meu pai saímos dali já desistentes, meio desamparados, frustrados, pensando que não precisava ser tão difícil e arriscado. O jeito, colegas, era fazer revisão e esperar que sempre me pagassem diretamente, sem nota, às vezes com recibos de profissional autônomo, perdendo parte em impostos altos e sem qualquer garantia futura. A falta de nota fiscal me alijava de certas oportunidades, em especial, porque, já naquele momento, anos 1990/2000, o trabalho com carteira assinada ia ficando cada vez mais raro, mais escasso, e as pessoas começavam a discutir com mais vigor o *home office* e o empreendedorismo, em parte resignadas com a frustração de um cenário de parques direitos e enormes riscos, escassas garantias e grandes instabilidades.

Breve morte da revisora empreendedora

Breve nascimento da professora empreendedora

Pois bem, foi assim que não me tornei microempresária. Não tinha, à época, receita suficiente para pagar um contador todo mês. Não

³ A figura do MEI surgiu em 2008 e possibilitou o registro do CNPJ MEI, isto é, formalizou o pequeno empresário individual. Isso ocorreu por meio da Lei Complementar n. 128. As condições para ser MEI são, até o momento: (a) Ter no máximo um empregado; (b) Não ser sócio ou titular de outra empresa; (c) Ter faturamento de até R\$ 81.000,00 por ano; (d) Exercer uma das atividades permitidas ao MEI (segundo a Resolução CGSN n. 140, de 2018). No documento mais recente, não consta a atividade de revisor(a) de textos, mas constam editores de livros, revistas e outros. Em 2023, o Sebrae finalmente iniciou uma campanha de chamamento às editoras, em especial, aos pequenos e independentes empreendimentos. Talvez tenham descoberto um filão a auxiliar e hoje possam compreender melhor a cadeia produtiva que abriga tantos profissionais ligados ao texto e a outras tarefas da edição.

tinha sócios possíveis, não conhecia outras revisoras, ou eles e elas se escondiam, a fim de preservar seus espaços já mínimos. Não havia com quem trocar ideias, sanar dúvidas, organizar ações. Não havia com quem ter uma conversa intercompreensiva, alinhada, generosa, que levantasse questões do nosso tempo. Ser revisora era estar mais sozinha do que acompanhada, a maior parte do tempo. Não havia coletivos, redes sociais, redes de apoio; ou, se havia, estavam escondidas em saletas de prédios de concreto armado.

Mais uma vez, a reação escolhida foi *criar espaços*, propor, inventar. A oportunidade de implementar cursos especializados, de encontrar e reunir pessoas interessadas nos mesmos temas, na solução de problemas comuns, na conversa aberta sobre o campo e as possibilidades chegou. Mas não veio gratuitamente. Apareceu na forma de propostas, convites, redes sociais (pessoas que acionam outras que nos apresentam outras, que se telefonam, que se conhecem em cafés discretos pela cidade, que topam fazer o que ainda não foi feito, que experimentam, com mais coragem do que medo). O curso de revisão de textos da PUC Minas, o de projetos editoriais do Centro Universitário Una e algumas outras iniciativas levadas a termo, inclusive com enorme persistência, foram muito responsáveis por criar inícios de comunidades, reunir pessoas em torno de um objetivo, juntar amantes (não amadores) da revisão de textos, aproximar profissionais e criar oportunidades, além de amizades. No ambiente corporativo, isso tem um nome: *networking*.

Num contexto de conexões digitais e de mobilidade aumentada, foi possível ver surgirem mais iniciativas; assim como a dispersão deixou de ser imperativa para ser algo solucionável ao toque dos dedos. Fazer cliques poderia significar formar coletivos, grupos que trocam informações, ideias, compartilham oportunidades, tentam se organizar, discutem a profissão (tratam-na como profissão, aliás) e polemizam, claro. Essa mudança foi significativa e foi possível acompanhar movimentações no sentido de uma maior organização das revisoras e dos revisores, embora muito ainda precise ser feito. Ainda é necessário pensar nessa tarefa, em aspectos como a feminização do mercado, a precarização vertiginosa do trabalho e do emprego, mas também no crescimento dos mercados para revisores, incluindo o marketing digital, a produção de conteúdos etc.

Alguns pontos para o futuro

O cenário geral não melhorou. Embora a existência do MEI tenha sido um ganho importante para quem atua sozinho e com ganhos instáveis, a pressão sobre o mercado de trabalho, no sentido da precarização e da desarticulação das pessoas, continua. As vagas de trabalho que nos deixam indignadas continuam existindo, mas hoje elas caem nos grupos de revisoras(es) e se tornam objeto não apenas de críticas ferozes, mas também de articulações em sentidos mais políticos e mais organizados. São denúncias, por vezes, e ajudam as novatas e os novatos a perceberem que só mesmo um coletivo para manter as coisas em um patamar minimamente respeitável e digno.

Não foi apenas isso que mudou de quando tentei empreender até agora. As pesquisas acadêmicas se desenvolveram muito, em universidades brasileiras; uma bibliografia se formou (e vem se formando); eventos especializados surgiram; e isso não deve ser visto como se fosse algo periférico em relação à prática profissional. É nesse ambiente que as revisoras e os revisores se encontram, se fortalecem, que seus temas ganham legitimidade, que eles e elas conseguem se formar continuamente, constituem um repositório e um repertório de suas reflexões, percebem evoluções, e se convencem de que não estão sós, não falam sozinhos, não são elos perdidos de uma história fragmentária. A formação e a prática profissional andam juntas, ajudando a manter coesos elementos que nos dão sustentação e força como grupo, quicá como categoria.

Saí do Sebrae, anos atrás, triste com o tamanho do desafio de me tornar empresária, desafio maior do que eu podia aguentar. No entanto, nunca fui ex-revisora. A revisão é uma atividade que atravessa nossas trajetórias, está sempre lá, mesmo que não seja nossa atividade principal, em algum momento (lembra bastante o “ofício” de que trata Natalia Ginzburg em um dos capítulos de seu livro *As pequenas virtudes*, recomendo). Muito recentemente, com a emergência das plataformas de serviços, fui por um ano redatora de uma empresa de marketing digital líder de mercado (como eles gostam de dizer), fiz cursos, obtive certificações (à moda do pessoal de TI), escrevi muito com ganhos mínimos, mirando sempre no montante (de dinheiro, enquanto o de textos

era bem maior), aprendi como esses funis funcionam, revisei também, vi a plataforma mudar e se adaptar a novas demandas e a novos usuários etc. Mas aí já me sentia meio espiã, meio cientista fazendo experiência, discuti muito com a pesquisadora e professora Luana Cruz essas questões, e agora com a Pollyanna Vecchio, duas estudiosas do precariado e da revisão de textos, da redação, da edição, dos textos e das tecnologias. É importante tê-las por perto e pensar, refletir, ponderar, aprender.

Hoje, me parece que, talvez, uma jovem formada em Letras e aspirante a revisora possa encontrar, em quase qualquer parte do país, informação, boas redes de apoio e trabalho. Talvez ela possa emitir nota fiscal com mais facilidade e até garantir uma aposentadoria pelo INSS (se é que vão mesmo nos deixar chegar à aposentadoria). Hoje, talvez eu me sentisse mais acolhida e visse um caminho pela frente, com tropeços mais suaves ou ao menos quem pudesse me segurar na queda; mais vagas públicas, mais oportunidades em empresas pequenas, dispersas e diversas. Ou não? Vejamos o que a Pollyanna Vecchio, excelente revisora, baita pesquisadora, tem a nos dizer.

Referências

CRUZ, Luana Teixeira de S. Reconfiguração das práticas de edição de textualidades em ambiente digital a partir de mediações algorítmicas. **Liinc Em Revista**, [s. l.], v. 17, n. 1, e5696, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5696>. Acesso em: 28 dez. 2022.

GINZBURG, Natalia. O meu ofício. *In*: GINZBURG, Natalia. **As pequenas virtudes**. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 67-82.

VECCHIO, Pollyanna de Mattos M. **O direito de publicar**: autopublicação, *fast-publishing* e tecnologias digitais no mercado editorial brasileiro. 2022. 258 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

Pesquisa e Revisão: a divisão social do trabalho na esfera acadêmica

*Adriana Tulio Baggio*¹

Introdução

A proposta deste capítulo é examinar a articulação entre pesquisa científica e revisão textual, dois dos trabalhos envolvidos na publicização de textos acadêmicos, entendidos aqui como relatos de pesquisa produzidos por pesquisadores. Assim como outros em nossa sociedade capitalista, pesquisa e revisão são trabalhos especializados e parciais realizados por profissionais distintos. Na esfera acadêmica brasileira, porém, é comum (como se verá adiante) as duas funções serem exercidas por um mesmo trabalhador.

Tal situação tem a ver, dentre outros fatores, com o desconhecimento sobre o trabalho de revisão, levando-o a ser tomado como mera correção gramatical/ortográfica e formatação

¹ Publicitária e bacharel em letras italiano-português, com mestrado em letras e doutorado em comunicação e semiótica. É pesquisadora independente e desenvolve, atualmente, um estudo sobre a obra *De mulieribus claris*, de Giovanni Boccaccio, em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Trabalha como revisora desde 2016 e, entre 2022 e 2023, foi revisora do Núcleo de Concursos da UFPR. E-mail: atbaggio@gmail.com.

de texto, tarefas potencialmente executadas por qualquer pessoa com bom nível de letramento. Essa concepção faz da revisão um dos “bicos” para pesquisadores, pois a precarização do trabalho de pesquisa exige que se busque em atividades secundárias a remuneração que não (ou que parcamente) se recebe pela atividade principal. Por outro lado, também acontece de o trabalho de revisão ser prestado gratuitamente como “pedágio” ou “contrapartida” para a obtenção de capital social na esfera acadêmica. Ocorre, ainda, o fato de o trabalho de pesquisa ser mais prestigioso que o de revisão.

Um dos principais efeitos dessa dupla função assumida pelo pesquisador é sobre o tempo. Todo trabalhador realiza seu ofício durante um período limitado de tempo. Pesquisadores que atuam também como revisores precisam distribuir seu tempo de trabalho (daqui em diante, TT) entre o trabalho de pesquisa (daqui em diante, TP) e o trabalho de revisão (daqui em diante, TR). Considerando-se que, *para o pesquisador*, o TR é secundário, o tempo destinado a ele é subtraído ao tempo do trabalho mais importante, que, *nesse caso*, é o TP. Além disso, essa diferença de grau de prestígio entre TP e TR ocasiona uma divisão desigual do TT de cada pesquisador. Maior quantidade de TR é atribuída a pesquisadores com menos poder na esfera acadêmica, levando-os a ter menos tempo para o TP.

Para que se possa entender melhor o funcionamento dessa divisão do trabalho na esfera acadêmica, este ensaio detalha e discute a articulação entre TP e TR a partir de situações observadas pela autora, ela mesma uma pesquisadora cujos textos são revisados *por* pesquisadores e uma revisora que revisa textos *de* pesquisadores. Em seguida ao detalhamento e à discussão, o ensaio sustenta que parte do TR é intrínseco ao TP e propõe uma divisão mais equilibrada do trabalho como condição *sine qua non* para a efetiva valorização e *desprecarização* da pesquisa científica.

Delimitando e propondo alguns conceitos

Antes de detalhar e discutir a articulação entre trabalho de pesquisa e trabalho de revisão, vale apresentar alguns entendimentos a respeito dos principais conceitos mobilizados

nessas operações, a começar por aquele que divide os trabalhos em manuais e intelectuais.

Sobre a divisão social do trabalho

Divisão social do trabalho é expressão de uma das elaborações de Karl Marx a respeito do funcionamento da sociedade capitalista. Sintetizando, de modo muito instrumental, a exposição desse conceito conforme elaborada por Marise Nogueira Ramos (2007), podemos dizer que a divisão do trabalho ocorre em sociedades com distintas formações socioeconômicas. O trabalho se divide por tipo de produção (cultivo, manufatura e comércio), por espécie, e por partes de trabalho realizado — desta derivam o trabalho especializado e os ofícios e profissões. Na esteira dessas divisões surgem outras, como aquelas entre trabalho intelectual e trabalho manual, trabalho complexo e trabalho simples, entre educação superior e científica e educação básica e técnica.

Como, no modo de produção capitalista, a divisão do trabalho implica também uma hierarquização dele, em todos esses pares de divisões o primeiro termo tem mais prestígio do que o segundo. Se pensarmos na operação dessas divisões em nossa sociedade, veremos que a hierarquização acompanha a discriminação social segundo critérios de classe, raça/etnia, gênero, idade.

A divisão do trabalho promove também hierarquização interna, a exemplo da que se dá entre o TP e o TR. Na sociedade, ambos são trabalhos acadêmicos intelectuais; na esfera acadêmica, porém, o TP é visto como mais *intelectual* e mais complexo, já o TR é visto como mais *manual* e mais simples. Todavia, o maior prestígio do TP não faz com que ele deixe de ser um trabalho parcial; assim como o TR, ele não realiza o processo de trabalho em sua integralidade. O resultado do TP depende inevitavelmente de outros trabalhos, sendo um deles o TR.

Trabalho de pesquisa e trabalho de revisão textual

Entendemos por *resultado do TP* todas as situações de publicização textual da pesquisa, classificadas aqui em textos não publicados e textos publicados. Textos não publicados são aqueles produzidos

para avaliação em disciplinas de graduação e pós-graduação; os trabalhos de conclusão de curso, as dissertações e teses; os projetos de pesquisa e seus relatórios; os relatórios de iniciação científica, de estágio, de extensão. São textos que normalmente não recebem um tratamento editorial *após* serem entregues à situação de publicação².

Textos publicados são os artigos submetidos a periódicos científicos e os capítulos propostos para obras coletivas³. Após entregues à situação de publicação⁴, é comum esses textos serem avaliados e selecionados por um comitê e/ou por pareceristas *ad hoc*. Se aceitos, passam então ao tratamento editorial que os prepara para publicação.

Uma das fases do tratamento editorial é a revisão textual (não confundir com a *revisão por pares*, que corresponde à avaliação por comitês e pareceristas). Como bem explica Rosileide de Oliveira (2016, p. 18), a revisão textual consiste na “[...] atividade de rever e retrabalhar um texto [...]”, e no “[...] processo de alteração de um texto com o objetivo de melhorá-lo como um todo [...], em função de critérios de legitimidade e eficácia comunicativa” (Oliveira, 2016, p. 20).

A revisão textual também é feita em textos que não passam por tratamento editorial, ou seja, em textos não publicados. Nesses, ela acontece em apenas uma etapa, aquela a montante da *entrega* do texto. Trata-se da revisão feita pelo próprio autor e que é indissociável da escrita — e indissociável da pesquisa, como veremos adiante. Eventualmente, o autor pode delegar essa revisão contratando um profissional para a execução do trabalho ou atribuindo-o a outro pesquisador (envolvido ou não na realização da pesquisa). Seja ela feita pelo próprio pesquisador, seja ela delegada, é a revisão que chamamos aqui de revisão autoral (daqui em diante, RA).

² São exemplos de situação de publicação a entrega do texto ao professor da disciplina; ao orientador do TCC, da dissertação ou da tese; à banca de defesa; ao supervisor de estágio etc.

³ Livros monográficos propostos a editoras também são textos publicados, mas a revisão deles costuma ser profissional e remunerada. Nesse sentido, escapam da dinâmica entre TP e TR discutida neste ensaio.

⁴ A editora, o periódico, os organizadores da obra coletiva.

Nos textos publicados, a revisão ocorre em duas etapas, a montante e também a jusante da *entrega* do texto. A primeira etapa é, logicamente, a RA. A segunda etapa é a revisão feita pela equipe editorial da situação de publicização à qual o texto foi entregue. É a revisão que chamamos aqui de revisão editorial (daqui em diante, RE).

Sintetizando, o TR na esfera acadêmica divide-se entre revisão dos textos não publicados, que ocorre em apenas uma etapa (RA), e revisão dos textos publicados, que ocorre em duas etapas (RA + RE). Enquanto a RA é feita (ou delegada) pelo autor do texto, a RE é feita pela equipe que atua no periódico ou na organização da obra coletiva. Vejamos, então, em que consiste cada uma dessas etapas de revisão.

Revisão autoral e revisão editorial

Para distinguir RA e RE, tomemos por base a seguinte descrição de Oliveira:

[...] em uma *primeira leitura*, o revisor atenta para quem (destinatário) e por quem (autor) o texto está sendo produzido, observando a sua esfera de circulação, além das relações dialógicas que o conformam. Em uma *segunda revisão*, relê o texto para analisar eventuais questões gramaticais e notacionais, como a concordância verbal e nominal, a ortografia, a pontuação, o enquadramento às normas da ABNT, entre outras. Cumpridas essas etapas, o revisor passa à seguinte, que é *discutir com o autor* as dúvidas e problemas encontrados no texto, para fazer as adequações e mudanças necessárias (Oliveira, 2016, p. 117).

Segundo essa descrição, pode-se dizer que o processo de revisão constitui-se de três fases: a *revisão discursiva*, termo que a autora utiliza em outra passagem da mesma página para se referir aos aspectos observados na “primeira leitura”; a *revisão formal*, que se atenta às questões gramaticais, estruturais e notacionais (“segunda revisão”); e a *adequação*, que envolve a aplicação dos ajustes necessários, previamente discutidos com o autor (“discutir com o autor”).

Idealmente, a RA contempla essas três fases, inclusive a de adequação, que é dialógica. A parte dialógica acontece não apenas na RA delegada a uma outra pessoa, mas também na RA feita pelo próprio autor do texto. Dá-se uma simulação do dialógico quando decorre um tanto de tempo entre uma primeira revisão, feita no texto recém-escrito, e uma segunda revisão, feita depois de o texto *descansar*. Quando o autor retorna ao texto, é como se se desdobrasse em dois: o *autor t1* escreveu o texto e o revisou no tempo 1, o *autor t2* é o que retorna a esse texto no tempo 2 para revisá-lo novamente. A manifestação *autor t2* frequentemente encontra problemas não notados pelo *autor t1*, “dialogando” com este e procedendo então às adequações necessárias.

Já a RE contempla a revisão formal e a adequação. A ausência da revisão discursiva na RE se deve a algumas singularidades da publicação de textos científicos.

Christian Laville e Dionne Jean (1999) afirmam que a pesquisa científica só tem valor quando comunicada; especialmente nas humanidades, a comunicação da pesquisa por meio do relato científico é a própria pesquisa. Se isso for certo, a fase de revisão discursiva é quase como a revisão da pesquisa em si. É a fase na qual se examina se a explicação e a demonstração estão linguística e discursivamente expressas no texto. É só por meio dessa expressão que os pares poderão avaliar se a pesquisa é válida e relevante e se foi conduzida adequadamente.

Essa relação intrínseca entre fazer e relatar a pesquisa torna a revisão discursiva uma atribuição quase que exclusiva da RA (mesmo que delegada). Um texto com problemas de revisão discursiva provavelmente nem chegará à RE, sendo recusado ou retornado para ajustes ainda no momento da avaliação feita pelo comitê editorial ou pelos pareceristas. É por isso que a RE se concentra na revisão formal e na adequação.

Na seção seguinte, trataremos da divisão do trabalho do pesquisador entre RA e RE. Antes disso, fiquemos com uma síntese (Quadro 1) das etapas e características do processo de revisão conforme proposto até aqui.

Quadro 1 – Tipos, etapas, fases e responsabilidades da revisão de textos de publicização de pesquisas científicas

	Etapa 1: revisão autoral	Etapa 2: revisão editorial
Textos não publicados	Responsabilidade: autoria do texto; pode ser delegada	Não tem
Textos publicados		Responsabilidade: equipe editorial do periódico/obra coletiva
Fases do processo de revisão	Revisão discursiva, revisão formal, adequação	Revisão formal, adequação

Fonte: a autora (2023)

Revisão autoral, revisão editorial e a divisão do trabalho de revisão entre pesquisadores

Propusemos, no início, que é comum o TR ser feito por pesquisadores e não por revisores, isso devido à precarização tanto do TR quanto do TP e à falta de conhecimento sobre o TR. Depois, na seção 2, estabelecemos algumas delimitações conceituais sobre o TR na esfera acadêmica. A adoção dessas delimitações permite-nos então especificar a proposição inicial: o TR divide-se em RA e RE. A RA é um TR inerente ao TP, ou seja, todo pesquisador é um RA do seu texto. A RE não é inerente ao TP, mas é comum a RE ficar a cargo de pessoas cuja atividade principal é a pesquisa, e não a revisão. Nesse caso, o TR subtrai tempo ao TP, subtração essa que afeta de modo distinto os pesquisadores. O maior prestígio do TP faz com que a divisão do TR se dê por critérios que privilegiam pesquisadores de maior estatuto, reproduzindo hierarquizações presentes em outras esferas da sociedade capitalista.

No Brasil, especialmente nas humanidades, o pesquisador científico atua em universidades e outras instituições de ensino superior (IES) ou em institutos, museus e órgãos governamentais. No geral, há carência de vagas de TP, e, ao mesmo tempo, dificuldade de exercê-lo fora das instâncias que o oferecem, o que

leva o pesquisador a aceitar condições de trabalho precarizadas (Baggio, 2020a).

Pesquisadores vinculados a IES podem ser estudantes de graduação ou pós-graduação, estagiários de pós-doutorado, técnicos ou docentes. Estudantes e estagiários podem ou não receber bolsas que financiem suas atividades de pesquisa. Técnicos e docentes de universidades têm o TP remunerado. Em IES privadas, é menos comum que o docente atue como pesquisador e receba remuneração pelo TP.

Tanto pesquisadores remunerados quanto não remunerados pelo TP acabam se ocupando do TR na RE (apesar de as consequências para o TP de uns e outros serem bem distintas, como veremos depois). Essa faceta do TP no Brasil foi abordada por Thaiane Oliveira, Ariane Holzbach, Rafael Grohmann e Camilla Tavares (2020, p. 6) em artigo sobre a precarização do trabalho editorial científico:

O trabalho de edição de periódicos no Brasil – diferentemente de outros países – é uma atividade que se soma a todas as outras tarefas de pesquisa, ensino e extensão de um pesquisador. Inclui uma enorme abrangência de atividades e de conhecimentos especializados que vão desde a avaliação da qualidade científica e do conhecimento amplo sobre a área ao domínio ferramental das etapas de formatação e revisão, de técnicas de divulgação científica e de estratégias para indexação.

Os autores também aludem à falta de remuneração específica para esse trabalho editorial. Ao final do texto – um editorial de número da revista *Contracampo* dedicado ao trabalho de plataforma –, há um agradecimento à equipe editorial do periódico, na sua maioria *voluntários* e discentes de pós-graduação. As atividades dessa equipe compreendem várias modalidades de TR, como revisão gramatical e ortográfica e copidesque (Oliveira; Holzbach; Grohmann; Tavares, 2020, p. 8-9). É comum, portanto, que a RE de periódicos e obras coletivas não receba remuneração específica para esse trabalho. Se for professor ou bolsista, recebe indiretamente: a remuneração pelo TP acaba sendo “estendida” ao TR.

Alguns podem se perguntar: atuar com RE não seria uma forma de TP ou de formação para o TP? Poderia ser, se se entendesse a RE como parte do TP. Entretanto, editores de periódicos reclamam que o trabalho editorial permanece com pouco reconhecimento nas avaliações dos programas de pós-graduação e nos *rankings* de qualificação do TP e dos pesquisadores. Ou seja, é a própria esfera acadêmica que considera a RE um outro trabalho, e não parte do TP. E, com isso, volta-se à questão da divisão.

Apesar de professores e pesquisadores terem dificuldade em se compreenderem como trabalhadores (Vieira Pinto, 1979⁵ *apud* Oliveira; Holzbach; Grohmann; Tavares, 2020, p. 6), a pesquisa e as outras atividades acadêmicas são trabalho, e, como vimos, o tempo de realização do trabalho é limitado. Vimos também que o pesquisador que atua como RE subtrai tempo à própria pesquisa. Esse processo, no entanto, afeta de modo diferente o pesquisador caso seja ou não remunerado pelo TP.

Esse pesquisador, quando remunerado pelo TP (salário ou bolsa), tem seu TT dividido em dois: *tempo do TP + tempo do TR*. Quando não remunerado pelo TP (professores de IES privadas, pós-graduandos ou pós-doutorandos sem bolsa, pesquisadores independentes), tem seu tempo dividido em três: tempo do TP + tempo do TR + tempo do trabalho para o sustento (a reprodução da força de trabalho). Considerando-se que o TT é o mesmo para ambos, é evidente que o pesquisador não remunerado terá bem menos tempo para o TP do que o pesquisador remunerado.

Se o TR subtrai tempo a trabalhos mais importantes como o TP ou o de sustento, e se esse trabalho pouco devolve em termos de dinheiro e prestígio, por que então continuar a fazê-lo? Porque o voluntariado acadêmico (RE, emissão de pareceres, atividades docentes em programas sem bolsa) proporciona aos pesquisadores capital social, algo essencial para se galgar níveis na hierarquia acadêmica. São os *pedágios* e *contrapartidas* pagos em forma de trabalho gratuito, já mencionados no início.

Essa *compulsoriedade* do trabalho gratuito na academia é uma das manifestações da precarização do TP e do TR. A precarização, por sua vez, estabelece ou acentua relações nas quais um pesquisador

⁵ VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ciência e Existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

se apropriada do TT de outro, nem sempre de modo deliberado. Para entender melhor como isso ocorre no TR, consideremos duas situações exemplares: a RA deficiente e a RA delegada a um pesquisador subalterno.

A revisão autoral deficiente

É comum que editores de periódicos e organizadores de obras coletivas recebam textos nos quais a RA deu pouca atenção à revisão formal, ignorando, por exemplo, as diretrizes para autores ou mesmo a correção automática do processador de texto. Isso se deve, em parte, ao desconhecimento sobre o TR e à concepção da inferioridade da revisão em relação à autoria. Se o autor concebe o TR como mera correção ortográfica ou de formatação, é mais provável que ele ignore a fase formal da RA, pois, sendo um trabalho mais “manual”, não o considera como incumbência sua.

Se textos com RA deficiente não forem recusados na entrega ou na avaliação pelos pares, passarão à RE. Nessa etapa, o texto pode ou não ser devolvido ao autor para adequação. Se não for⁶, o trabalho da RA acabará sendo feito pela RE, diminuindo a carga do pesquisador-autor às custas da sobrecarga do pesquisador-revisor.

A revisão autoral delegada a um coautor subalterno

Um dos casos de delegação da RA é aquele em que esse trabalho é atribuído a graduandos e pós-graduandos. Se, como afirmamos aqui, a revisão formal do relato científico é parte indissociável do TP, é importante que o pesquisador em formação aprenda e pratique essas competências. Nessa situação, a delegação se justifica como parte do processo de formação do pesquisador.

Outro caso é a delegação a pesquisadores já formados e que são coautores do texto (não entra aqui a delegação ao revisor profissional). Quando um pesquisador considera o TR como

⁶ Há diversos motivos para um texto com revisão formal deficiente não ser devolvido ao autor: questões políticas, corporativismo, importância do texto para a publicação, exiguidade de prazo etc.

inferior, não é raro que o delegue ao coautor *subalterno*. Não vige aqui a hierarquia entre autor e revisor, pois ambos são autores, mas pode se dar aquela entre pesquisadores de diferentes estatutos na esfera acadêmica.

Aqui, assim como ocorre na RA deficiente, a redução da carga de trabalho de um pesquisador sobrecarrega outro. Em ambos os casos, a sobrecarga será ainda maior se os pesquisadores-revisores não forem remunerados pelo TP, pois o TT será dividido por três, e não por dois. Diante disso, agrava-se uma já precária condição de trabalho.

A inerência da revisão formal ao trabalho de pesquisa

considerando as fases da RA, é mais comum que pesquisadores vejam como legítimo se encarregar da revisão discursiva – pois diz respeito à lógica da pesquisa – do que da revisão formal. Esta seria uma tarefa que não lhes concerne, na medida em que normalização de texto e formatação de citações e referências seriam trabalho *manual*, algo menor e inferior ao trabalho intelectual de pesquisa.

De fato, há pesquisadores que contratam revisores profissionais para lhes ajudar com a revisão formal, e há periódicos que condicionam a submissão do texto à sua passagem por revisão profissional na RA.⁷ Essa delegação profissional não é um problema, ao contrário: ela valoriza o TR e economiza TT do pesquisador encarregado da RE, permitindo-lhe o aporte de contribuições mais estratégicas ao texto. Porém, mesmo delegando a RA, é importante o pesquisador ter em mente que formatação e normalização do texto do relato científico são atividades inerentes ao TP.

Quem afirma isso são os próprios pesquisadores. Ricardo Antunes Azevedo, professor da Universidade de São Paulo e editor

7 A *Revista de Ensino em Artes, Moda e Design* (Normas, 2017), por exemplo: “14. A revisão gramatical dos textos deve ser realizada por profissional especializado. Ao realizá-la o autor deve indicar, na última nota de rodapé, o nome, titulação e e-mail atualizado do(a) revisor(a).”

científico, é bastante contundente quanto à responsabilidade dos autores pela formatação e normalização dos textos:

- Formatação? Leia as instruções para autores (isso é “mecânico”, não é ciência, portanto não se admite erros).
- Formatar referências e *garantir a precisão!* [...]
- Seguir as orientações e normas do periódico (Azevedo, 2019).

O entendimento de que a revisão formal é inerente ao TP aparece também em discursos oriundos de cenários acadêmicos menos precários que o brasileiro. Para Laville e Dionne (1999), por exemplo, a revisão formal tem a ver com a eficácia da demonstração da pesquisa. Acompanhemos o raciocínio dos autores a partir de algo já dito aqui: que o valor de uma pesquisa só pode ser julgado pela sua comunicação. No caso da pesquisa em humanidades (os autores citam a história como exemplo), essa dependência é ainda maior, pois sua contribuição social se dá normalmente por meio de interpretações, e não de aplicações concretas (como ocorre mais comumente na sociologia, na economia, na administração, na psicologia). Desse modo, “para que a pesquisa em história e em outras ciências humanas possa exercer sua função social, isto é, dar sua contribuição para a sociedade, é *indispensável que seja comunicada*” (Laville; Dionne, 1999, p. 238, grifo nosso).

Para que a comunicação científica exerça sua função social, o relato de pesquisa precisa atender aos princípios de objetivação e de transparência. A objetivação diz respeito a todos os fatores que o pesquisador “[...] levou em conta, que discutiu, que *objetivou* para si mesmo, quando da concepção e realização da pesquisa; [...]” (Laville; Dionne, 1999, p. 238). Esses fatores são a problemática identificada no fenômeno, os dados coletados e analisados, a perspectiva adotada na análise, e também o modo como esses fatores foram articulados pelo pesquisador para chegar à conclusão. A respeito desses fatores, “[...] desejamos conhecê-los todos, desejamo-los *transparentes*, para poder julgar a pesquisa e o valor de suas conclusões” (Laville; Dionne, 1999, p. 238).

Se o relato de pesquisa (a pesquisa comunicada) é uma demonstração do raciocínio do pesquisador (a *objetivação*), a

regra essencial dessa demonstração é a eficácia (Laville; Dionne, 1999, p. 240-241). Ser eficaz em uma demonstração é dar ao leitor o necessário para ele compreender e julgar a pesquisa. Isso inclui aspectos do estilo, da linguagem e das normas de apresentação textual. É especialmente o atendimento a essas normas o que garante a *transparência* no relatório de pesquisa (Laville; Dionne, 1999, p. 269), normas que devem ser aplicadas “[...] de forma rigorosa, metódica e com homogeneidade” (Laville; Dionne, 1999, p. 253).

Em síntese, se a pesquisa é a demonstração de um experimento, o relatório de pesquisa, especialmente nas humanidades, é a própria realização do *experimento*, é a própria pesquisa. Uma pesquisa é valorada e legitimada segundo sua eficácia, e a eficácia depende da adequada objetivação e transparência da pesquisa. Fazer pesquisa é, portanto, também fazer a formatação e a normalização textual.

Além disso, alguns aspectos dessas duas atividades podem ser estratégicos para o posicionamento epistemológico e político do autor da pesquisa, especialmente no que diz respeito à notação de citações e referências bibliográficas (ver, por exemplo, Baggio, 2020b). Conhecer e dominar as regras de referenciação permite ao autor adensar os efeitos de sentido do texto e se posicionar diante do fazer científico.

Por uma divisão social mais justa do trabalho acadêmico

A revisão formal foi preocupação também de um grande intelectual como Antonio Houaiss, em uma época em que o trabalho intelectual era bem menos acessível e, portanto, mais privilegiado do que hoje. Em *Elementos de bibliologia*, o autor afirma:

A normalização do livro naqueles aspectos que não concernem à substância de sua mensagem, mas que informam a substância de sua mensagem, é, por conseguinte, tarefa que também merece o esforço e a pena de quantos quiserem dedicar-lhe um pouco de boa vontade. A urgência social desse fato, por suas implicações

econômicas, culturais, morais, se manifesta pela profusão de guias impressos para elaboração de livros, de teses, de comunicações, de colaborações, de artigos (Houaiss, 1967, p. 4).

Dando continuidade a essa exposição, Houaiss cita um comentário de André Thérive (pseudônimo de Roger Puthoste) em edição de 1938 da *Encyclopédie française* no qual esse escritor fala de países que estavam publicando guias de normalização:

Citemos ainda [...] os breviários de tipografia e de revisão que proliferam da Rússia Soviética, pela imensa difusão do impresso e pela necessidade de constituir um corpo de artesãos qualificados. Alguns desses manuais são para uso dos autores, que, *lá ao menos*, são advertidos quanto aos seus *deveres* e iniciados na *tecnicidade indispensável* (ENCF, 18.16-2⁸ *apud* Houaiss, 1967, p. 5, grifo nosso).

Em detrimento do seu *aqui* (França), Thérive parece aprovar um *lá* (URSS) onde a normalização é vista como tarefa indispensável ao trabalho dos autores. Naquela jovem sociedade socialista, a divisão e a hierarquização do trabalho entre intelectual e braçal pareciam estar sendo desencorajadas, ao menos no caso da escrita. Houaiss parece concordar com o julgamento de Thérive, pois continua:

Já vimos, entretanto, que nem sempre – muito infelizmente – os autores chamam a si os cuidados de preparação dos originais de forma tal que a sua correlação com o texto impresso já venha pré-figurada e predeterminada. Trata-se, porém, de atitude que, visivelmente, tende a desaparecer com a profissionalização crescente da função escritora e com a divulgação crescente das normas formadoras e informadoras do livro (Houaiss, 1967, p. 5).

Podemos dizer que a tendência quase se realizou. Hoje cabe aos autores grande parte da preparação de originais. Os textos são redigidos e formatados diretamente no computador, as

⁸ *Encyclopédie française*, tome XVIII, *La civilisation écrite*, dirigé par Julien Cain, Paris, Société de gestion de l'Encyclopédie française, 1938 – 1.1.2, 1.5.3, 2.2.2, 7.1.1, 9.

universidades editam *templates* e manuais de redação de textos científicos, e as bibliotecas oferecem capacitação e orientam sobre a normalização e a elaboração de referências. São essas facilidades, portanto, que tornam ainda mais intrigante a permanência de um descuido, por parte de pesquisadores-autores, quanto à fase formal da RA, e que, como vimos, resulta em sobrecarga compulsória de trabalho para outros pesquisadores. Se isso ainda é tolerado, a causa talvez se deva ao benefício que eventualmente se colhe da precarização dos trabalhos de pesquisa e de revisão.

De modo geral, quando crises e projetos levam à vulnerabilidade laboral, é comum que contratantes se aproveitem disso, explorando, por exemplo, trabalhadores domésticos e trabalhadores por aplicativos. Daí o incômodo quando esses conquistam mais direitos e conseguem evitar condições de trabalho indesejáveis.

Em termos de lógica (certamente com efeitos materiais bem diferentes), acontece algo parecido na esfera acadêmica. A precarização do TP cria um reservatório de trabalhadores dispostos ou obrigados a realizar trabalho indesejável ou pouco recompensador em termos de dinheiro e de pontuação nos *rankings*. O TR é apenas um deles, obviamente não pelo trabalho em si, mas pela sua desvalorização.

Diante disso, quando ouvimos os pertinentes apelos de que “precisamos defender a pesquisa!”, talvez seja o caso refletir sobre de que pesquisa e de que pesquisadores estamos falando. “Defender a pesquisa” deve contemplar também a melhoria das condições de trabalho dos pesquisadores precarizados, dos não remunerados e dos não institucionalizados. E isso passa por uma mais justa divisão social do trabalho, incluindo os trabalhos de revisão e de pesquisa.

Referências

AZEVEDO, Ricardo Antunes. **A relação autor-revisor-editor em periódicos internacionais**. Palestra proferida no XVI CEC – Curso de Editoração Científica da Associação Brasileira de Editores Científicos (Abec), São Paulo, 11 e 12 jun. 2019.

BAGGIO, Adriana Tulio. É possível hoje uma carreira de pesquisadora sem vínculo com instituição de ensino? **Adriana Meis**, 2 abr. 2020a. Disponível em: <https://adrianabaggio.medium.com/é-poss%C3%ADvel-hoje-uma-carreira-de-pesquisadora-sem-v%C3%ADnculo-com-institui%C3%A7%C3%A3o-de-ensino-d55d35a1d334>. Acesso em: 31 jan. 2023.

BAGGIO, Adriana Tulio. Como agradecer uma mulher usando a língua. **Adriana Meis**, 19 fev. 2020b. Disponível em: <https://adrianabaggio.medium.com/como-agradar-uma-mulher-usando-a-l%C3%ADngua-d884bac77fad>. Acesso em: 31 jan. 2023.

HOUAISS, Antonio. **Elementos de bibliologia**. Rio de Janeiro: INL, 1967. v. 2.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Adaptação Lana Mara Siman. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

NORMAS para publicação. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/ensinarmode/about/submissions>. Acesso em: 19 jun. 2023.

OLIVEIRA, Thaianie; HOLZBACH, Ariane; GROHMANN, Rafael; TAVARES, Camilla. E se os editores de revistas científicas parassem? A precarização do trabalho acadêmico para além da pandemia. **Contracampo**, v. 39, n. 2, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i2.45574>. Acesso em: 13 nov. 2022.

OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de. **Revisão de textos**: da prática à teoria. Natal: EDUFRN, 2016.

RAMOS, Marise Nogueira. Conceitos básicos sobre o trabalho. *In*: FONSECA, Angélica Ferreira; STAUFFER, Anakeila de Barros (org.). **O processo histórico do trabalho em saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 27-56. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39180>. Acesso em: 31 jan. 2023.

As edições CLIMA: uma breve reflexão sobre suas práticas editoriais

Cellina Rodrigues Muniz¹

Introdução

O livro, esse objeto que remonta aos séculos II e III da Era Cristã, acompanha-nos ainda hoje nestes tempos de comunicação digital. Desde a invenção do códice (uma coleção de folhas unidas entre si e cuja leitura implica o gesto de virá-las), em substituição aos rolos de papiro (uma longa tira a ser desenrolada), passando pelo advento da imprensa no século XV, a difusão do livro em larga escala não parou de fomentar economias, culturas e histórias pessoais (cf. Lyons, 2011), ao que acrescentamos também: reflexões sobre os próprios livros. E é isso o que pretendemos fazer com este capítulo.

Por trás de cada livro, há uma ampla gama de sujeitos e práticas das quais muitas vezes não nos damos conta. Do ofício do fabricante de papel, passando pela escrita do autor até a chegada às mãos do leitor, o livro faz um longo percurso e, nesse trajeto, há uma figura fundamental: o editor. Essa figura tem importância inegável na vida cultural e intelectual de uma cidade ou país, incentivando a elaboração de manuscritos, a sistematização de ideias e a transformação de palpites em projetos (cf. Knapp, 1993).

¹ Professora do Departamento de Letras (DLET-PPgEL) da UFRN. E-mail: cellina.muniz@ufrn.br

Subjacente à figura do editor, há que se pensar em três frentes de ação. Como ressalta o pesquisador José Muniz Jr. (2020), em língua portuguesa não há como distinguir tais frentes tal como na língua inglesa (*edition, publishing, editing*), por isso o mesmo termo *edição* trata de concepções distintas.

Considerando, pois, um conjunto de atividades envolvidas na realização de um livro, apresentamos um caso emblemático na história do livro em Natal, capital do estado nordestino do Rio Grande do Norte. Trata-se de Carlos Lima (1941-1997) e sua livraria, gráfica e editora CLIMA, empreendimento comercial que existiu entre os anos de 1978 e 1997. Sob a sigla da CLIMA edições, Carlos Lima publicou 190 títulos de autores norte-rio-grandenses, mérito que por si só merece reconhecimento.

Conforme pretendemos mostrar, mais do que exercer um papel central entre as funções múltiplas implicadas no *circuito de comunicação* do livro (Darnton, 2010) ou ainda mais que exercer a função de *interpretador-default* (Salgado, 2011, p. 181) cuja primeira leitura vai ser constitutiva da própria textualização, a partir do exemplo de Carlos Lima e sua editora, defendemos a importância do editor pela possibilidade, advinda de sua atuação, de consolidação e continuidade do próprio campo editorial.

Para ilustrar essa importância, como dissemos, é exemplar o caso da CLIMA e das práticas comandadas pelo jornalista, professor, livreiro e editor Carlos Lima. A CLIMA foi fundamental para firmar uma comunidade de autores, editores e leitores em Natal e no Rio Grande do Norte, contribuindo com a continuidade da atividade editorial a partir da ação de alguns dos sujeitos envolvidos com a editora, estabelecendo assim uma tradição em torno dos livros.

Organizamos, pois, este capítulo do seguinte modo: primeiramente, abordamos a questão do circuito comunicativo do livro (Darnton, 2010) e das práticas editoriais envolvidas em sua cadeia criativa (Salgado, 2011, 2019). Em seguida, fazemos uma rápida retrospectiva da trajetória de Carlos Lima, especialmente em algumas considerações sobre suas práticas editoriais e o catálogo da CLIMA. Por fim, apresentamos a importância da CLIMA para o campo discursivo (Maingueneau, 2001, 2010) literário e editorial, bem como para a cultura norte-rio-grandense.

O circuito de comunicação e as práticas editoriais

segundo De Certeau (*apud* Chartier, 1999), o estudo de uma cultura impressa considera tradicionalmente três polos: a análise dos textos (em suas estruturas, objetivos, pretensões); a historicidade propriamente dita (com seus objetos e formas do escrito); e o estudo das práticas, usos e significações envolvidas. É em relação especialmente aos dois últimos polos mencionados que podemos afirmar que, neste capítulo, fazemos convergir a Análise do Discurso e a História do Livro.

A figura do editor emerge a partir de algumas condições. O editor como especialista e empresário (figura na qual se enquadra o caso de Carlos Lima) surge na Europa na transição do século XIX para o XX:

Até o início do século XIX, os trabalhos de publicar, imprimir e vender os livros não se distinguiam, e muitos indivíduos respondiam pelas três funções. Agora surgia o editor: ele organizava as finanças, cultivava um plantel de autores e idealizava estratégias de marketing (Lyons, 2011, p. 131).

Com o passar do tempo e com o desenvolvimento tecnológico, houve um aprimoramento nas formas de impressão e distribuição dos livros, o que se manifestou por meio de uma maior divisão de tarefas e de atividades distintas.

De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações em documento expedido em 2002 pelo Ministério do Trabalho, o editor se insere na grande família de “profissionais da escrita”, aos quais cabe a seguinte descrição sumária (cf. Salgado, 2011, p. 29):

Editam textos e imagens para publicação e, para tanto, selecionam o que publicar, definem pauta e planejamento editorial, coordenam o processo de edição, pesquisam novos projetos editoriais, gerenciam editoria e participam da divulgação da obra. Responsabilizam-se pela publicação.

Todavia, mais do que se tornar o principal agente na materialização do texto de um autor por meio do livro, o editor, como bem assinala Knapp (1993, p. 67), “influencia no que sabemos ou podemos saber através do que é filtrado em seu programa editorial”.

Carlos Lima, ao publicar, de 1978 a 1997, o número de 190 títulos exclusivamente de autores do Rio Grande do Norte, foi o responsável, em seu papel como editor, por fomentar, de um lado, uma comunidade de autores e, do outro, uma comunidade de leitores, favorecendo, em ambos os lados, a difusão de uma literatura potiguar. Os nomes de Carlos Lima e de sua editora são imprescindíveis, assim, no circuito potiguar dos livros.

Ao propor uma história do livro e seu estudo como objeto material, assim explica Robert Darnton (2010, p. 125):

Os livros passam aproximadamente pelo mesmo ciclo de vida. Este pode ser descrito como um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor.

Nesse circuito de comunicação (conforme ilustra a Figura 1), o editor tem função central: se não há texto sem autor, também não há livro sem editor. Em torno dele, organizam-se não só as funções de autores e leitores, mas todas as que estão no entremeio, tais como revisores, encadernadores, gráficos, impressores, compositores, diagramadores, designers, fornecedores, distribuidores, livreiros, divulgadores, resenhistas, publicitários e afins.

Além de centralizar a organização das atividades em torno do livro, pode-se compreender também a figura do editor como um coenunciador. Quando se trata das práticas implicadas num empreendimento como foi a CLIMA, é preciso considerar o que Salgado (2011, 2019) intitula ritos genéticos editoriais, ou seja, pensar a criação como *coconstrução*. Tendo em foco, pois, esse lugar de coenunciador e sua prática de partilha, vejamos, afinal, um pouco mais sobre a história da CLIMA e de seu editor Carlos Lima.

O editor Carlos Lima e as edições CLIMA

Seria impossível dar conta, neste texto, de tantos elementos implicados na história desse ser singular que foi Carlos Alberto de Lima. Fez parte da primeira turma da Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, em 1963). Depois, atuando profissionalmente, integrou a gestão do prefeito Djalma Maranhão, editando, junto com o jornalista Ubirajara Macedo, os 36 números do *Cadernos do RN*. Com o Golpe Militar de 1964, Carlos Lima passou dez meses como preso político. Algum tempo depois, sua família adquiriu uma pequena gráfica no bairro da Ribeira, até então importante centro comercial da cidade. Em 1978, Carlos Lima estabeleceu formalmente a livraria e editora CLIMA, que funcionou até o ano de sua morte em 1997. Mas há muito mais o que se dizer sobre a vida de Carlos Lima, para o que remetemos à leitura do livro *Um editor camarada*, de Geraldo Queiroz (2022).

As edições CLIMA, que em seu percurso assumiram o *slogan* “Prestigiando o autor do Rio G. do Norte”, tiveram início oficial em 1978, com a publicação do título *Ciclos da Pedra e do Cão*, livro de poesia de Rubens Lemos, e tiveram seu encerramento com o título *Gilda*, de Hermenegilda Isabel de Moura, em 1998, publicado já depois do falecimento de Carlos Lima.

Carlos Lima, como editor, assumiu a empreitada de editar exclusivamente autores potiguares, muitos volumes com tiragens de 1000 exemplares. Foram 190 títulos publicados, numa trajetória que implicou vários processos gráficos (linotipo, *offset*), reuniu muitos colaboradores e frentes de atuação e deu voz a diferentes autores e autoras (muitos dos quais iniciantes), em vários gêneros discursivos (poesia, romance, ensaio, teatro etc.).

Figura 1 – Capa do primeiro título oficialmente editado pela CLIMA, em 1978.



Fonte: arquivo da autora

No livro de estreia oficial da CLIMA, na contracapa, o próprio Carlos Lima anuncia a empreitada na qual se lançava, sem deixar de demonstrar suas impressões sobre o campo editorial na capital potiguar:

O normal na apresentação de um livro, principalmente quando se trata do editor, é cair no lugar-comum: “excepcional”. Em “Ciclos da Pedra e do Cão” isto não se faz necessário. Rubens Lemos, figura humana em dimensão maior, não necessita de apresentação. Seu

livro retrata o drama e a ânsia humana. Convicto de que o artista é um homem como qualquer outro, ligado aos problemas do cotidiano, Rubem Lemos testemunha em linguagem poética o seu compromisso com a realidade. A melhor definição é dada pelo próprio autor: “minha poesia gelou os pés em chãos cordilheiranos. Ela pensa em trazer no seu bojo o grito dos angustiados, a vontade de ser pássaro, o mergulho da internidade da mulher amada, o canto dos que resistem, o gosto dos que souberam morrer e, se possível, a corajosa humildade dos poetas”. Com Rubem Lemos, iniciamos um caminho diferente: editar as coisas boas que se faz (sic) em nosso Estado. O campo está aberto. Todos terão vez. Uma maneira, com muita humildade, de tentar divulgar “a bitolada” (em termos editoriais), cultura do Rio Grande do Norte. Estamos prontos para continuar como no “mergulho” de Rubens: “o mesmo gosto de querer de novo” (Lima, 1978).

Podemos destacar então dois aspectos: 1) as relações de afeto e amizade implicadas entre os sujeitos que exerciam as funções profissionais na cadeia do livro (editor, coordenador gráfico, autor, revisor, diagramador); e 2) a oscilação entre o rudimentar e o profissional, o que demonstra uma atividade que se inaugura e se desenvolve pelo pioneirismo da própria prática em exercício (cf. Muniz; Almeida, 2022; Queiroz, 2022).

Contudo, o que queremos enfatizar é o legado que o editor Carlos Lima deixou para o campo das letras do Rio Grande do Norte. Isso pode ser apontado, já de antemão, pelos relatos de Ivan Carvalho Jr., proprietário da OFFSET Gráfica e Editora, empresa que é, acreditamos, uma das principais responsáveis pela impressão de livros em Natal na atualidade. Ivan Carvalho Jr. iniciou-se profissionalmente com a CLIMA (primeiro como vendedor na livraria, depois como coordenador gráfico) e recorda um pouco a linha editorial de Carlos Lima, bem como um pouco de sua percepção dos livros e suas estratégias comerciais para a livraria e editora:

[...] uma coisa interessante é que ele [Carlos Lima] bancava cem por cento as edições. Ele não imprimia menos de 1000 exemplares [...] Tem um livro aqui, *Ciclos da Pedra [e do Cão]*, que, na contracapa, tem um texto pequenininho, que Carlos não escrevia muito, mas nesse

livro tem um texto sobre a expectativa daquilo que se iniciava ali. É muito legal ele ter, por exemplo, impresso um título de Rubem [Lemos], em seguida [Franklin] Jorge, Racine [Santos], [Newton] Navarro, [Bené] Chaves e tantos. No início, ele publicou pessoas que talvez nem tivessem bons culotes, beirou publicar Blackout, mas não deu, devido aos antecedentes criminais. Ele [Carlos Lima] era um cara diferente, ele tentava ao máximo justificar aquele investimento justamente por ser uma empresa familiar. Ele sempre se reunia com a gente para falar o que ele investia em livros, ele investia em publicidade. Os livros são simpáticos, são uma publicidade muito boa. Ele tentava justificar porque os livros não se pagavam, os primeiros que conseguiram vencer o prejuízo foi *Breviário*, *O homem ri de graça*, ou seja, muito poucos trabalhos. Ele sempre fazia uma promoção, a escola compra a lista escolar na CLIMA a cada RS100, o cliente leva um livro de graça para prestigiar o autor local.

Mal sabia Carlos Lima que aquela simples manobra publicitária para agregar mais valor à livraria e à editora iria contribuir para consolidar a comunidade de autores, leitores e editores em Natal, além de difundir a produção literária e cultural do Rio Grande do Norte para além de suas fronteiras. A respeito desse último ponto, como assinala Geraldo Queiroz em *Um editor camarada* (Queiroz, 2022), no acervo da biblioteca americana da Universidade do Novo México encontram-se, por exemplo, 43 títulos das edições CLIMA.

As edições CLIMA: alguns aspectos

Dois aspectos básicos podem ser observados nas práticas editoriais da CLIMA, conforme afirmam outros trabalhos (cf. Muniz; Almeida, 2022; Queiroz, 2022): uma cadeia produtiva que gira em torno das afetividades e um catálogo que implica uma descontinuidade quanto às informações tipográficas e bibliográficas.

Algumas das funções em torno dos livros da CLIMA eram exercidas por sujeitos recorrentes, que se alternavam: o autor de um livro exerceria depois a função de revisor ou prefaciador e assim sucessivamente, num ciclo de intimidade em que, mais do que práticas profissionais (de autoria, de revisão, de apresentação da obra etc.), havia também relações de amizade.

As relações de amizade entre editor e autor podem não ser novidade na história do livro, mas também não são regra. A sua existência no caso da CLIMA se confirma, por exemplo, com o relato de Alex Nascimento (*apud* Queiroz, 2022, p. 106), autor que publicou dois títulos pela editora:

Carlos Lima gostava de jogar autores potiguares pro mundo. Um dia belo, ou um belo dia, eu estava numa daquelas conversas malucas que a gente adorava, quando de repente entrou na sala da Clima um alguém que deve ter pensado “são dois malucos”. Aí me perguntou o que eu era dele (Carlos) e eu respondi “Mulher”. O grande Carlos Lima adotou e sempre que a gente se encontrava ele mandava “diga aí, mulher”, e assim ficou. Daí ele ter feito uma dedicatória ótima num *Dicionário de Rimas* (de José Augusto Fernandes) que trouxe de viagem e me deu:

“Alex querida

Me lembrei de você a 1 hora da madrugada no aeroporto de Guararapes. Depois tomei um porre de saudades. Beijão.

Carlos Lima”

O segundo aspecto observado se atrela à própria materialidade do livro. Segundo Gérard Genette (2009), no entorno do texto propriamente dito do autor, há no livro um conjunto de outros textos chamados paratextuais. Esses textos podem ter sido originalmente criados para compor o livro, tais como epígrafes, dedicatórias, prefácios, posfácios etc. ou podem ser textos de um contexto mais distante, mas que também podem vir a compor o livro, tais como entrevistas, correspondências etc. Os paratextos, segundo essa divisão, então, são formados por peritextos e epitextos.

Entre os peritextos, uma zona de informações tipográficas e bibliográficas é de responsabilidade direta do editor, os chamados peritextos editoriais, tais como definições de formato e lombada, orelhas e sobrecapa, além de indicações editoriais como tiragem, número do volume no catálogo etc.

O próprio Genette (2009, p. 11-13) admite a instabilidade desses paratextos, que não são de modo algum regulares, constantes

e sistemáticos, valendo-se de influências diversas (épocas, por exemplo), inclusive de edição para reedição. O fato é que, a propósito das edições CLIMA, uma descontinuidade se observa em relação aos peritextos editoriais. Assim, por exemplo, se em determinado título houve uma acuidade de informações bibliográficas, em títulos seguintes já não se observou o mesmo.

Por exemplo: enquanto o título *Breviário da Cidade de Natal*, de Manoel Onofre Jr., apresenta um conjunto completo de informações peritextuais (Volume 6, Ano: 1979, Capa: Dorian Gray; Editoria e diagramação: Carlos Lima; Composição: Januário Sobrinho; Fotolitos: José Meira; Impressão: Milton Inácio e Paulo), um título posterior como *Forrobdó*, de Francisco Amorim (que publicou pela CLIMA mais dois livros), trouxe apenas as informações do ano de publicação (1984) e de editoria (CLIMA edições /Edição do Autor).

Certamente, essa irregularidade pode ser atribuída ao menor rigor, àquela época, quanto a disposições da Câmara Brasileira do Livro (por exemplo, a exigência de ISBN). O fato é que a especificidade das configurações (para)textuais de cada livro diz muito sobre uma época, com suas condições técnicas e sociais (Chartier, 2014, p. 236). Desse caráter irregular nas configurações da CLIMA, podemos postular que se tratava de uma prática que, oscilando entre o profissional e o amador, se aprendia por meio da própria prática.

Assim, o exemplo da CLIMA confirma que, do mesmo modo como os textos podem ser compreendidos como inacabados, sempre abertos a novas retextualizações (Salgado, 2011), também os livros podem ser compreendidos como unidades inacabadas, em um processo não linear e descontínuo. Todavia, o que é mais digno de nota diz respeito ao legado da CLIMA para o campo editorial no Rio Grande do Norte, sobre o que esboçamos a seguir algumas considerações.

Desdobramentos da CLIMA: um editor, outros editores

Para discorrer sobre os desdobramentos da CLIMA, convém revisitar, rapidamente, os conceitos de campo e comunidade

discursiva propostos por Maingueneau (2001, 2010). Um tanto mobilizado pela sociologia da literatura de Pierre Bourdieu, Maingueneau (2010) propõe a noção de campo discursivo como um segmento ou nicho de ação e interação das sociedades marcado por especificidades quanto a certos hábitos e práticas, posicionamentos ideológicos e estilísticos, uso de gêneros discursivos preferenciais, modos de formação e ação dos sujeitos. Cada campo tem suas próprias particularidades em relação a ritos e rotinas. Assim, em termos de tipicidade, o que autoriza um sujeito a se dizer e se reconhecer como escritor, por exemplo, não é o mesmo para um cientista, ou um líder religioso, ou um agente político etc., bem como um escritor não divulga seus escritos por meio de artigos científicos, ou sermões, ou comícios etc.

Porém, assim como as sociedades não são estanques e homogêneas, os campos discursivos também não o são. Em sua existência, os campos se compõem de grupos sociais, alguns no centro do poder, outros mais às margens. Trata-se, então, de considerar as comunidades discursivas: qualquer grupo social que produz e administra um certo tipo de discurso (Maingueneau, 2000, p. 29). Essa noção se atrela tanto ao compartilhamento entre modos de vida e normas, como também à assunção de posicionamentos num campo social e discursivo. Assim, os diferentes enunciados, configurados não só em gêneros, mas também em usos nos diferentes campos discursivos, podem ser compreendidos como práticas que mobilizam regras e regularidades por parte de determinados agrupamentos cujos sujeitos agem e interagem conforme condições específicas.

Cada campo tem suas condições específicas. O campo discursivo objeto de interesse de alguns trabalhos de Maingueneau (2001, 2010) é o da literatura, assim como é o nosso caso, para o que se faz necessário pensar sobre a mobilização de uma rede de aparelhos (formas e usos em que os indivíduos se constituem como escritores e como público leitor) e sobre o arquivo (a memória em que se misturam intertextos e *lendas* sobre os sujeitos e suas obras). Logo, mais do que pensar a literatura como um conjunto de representações sobre o mundo e a realidade, convém concebê-la como um campo de atividades e rotinas em dadas condições de enunciação (Maingueneau, 2001, p. 19).

O campo discursivo da literatura potiguar, sob esse viés, passa, portanto, pela CLIMA: foi essa editora que, em torno das funções profissionais implicadas na produção de seus livros (autores, gráficos, revisores, diagramadores, críticos literários) permitiu consolidar um mercado livreiro e literário em Natal nos anos de 1980 e 1990; foi a CLIMA que, ao materializar em livros os textos de determinados sujeitos, contribuiu para legitimá-los no cenário das letras e criar um acervo de obras e histórias sobre essas mesmas obras. O editor Carlos Lima foi, assim, responsável pela consolidação de uma comunidade discursiva em torno dos livros. Ilustramos isso a partir de alguns exemplos.

O primeiro exemplo é o do jornalista, poeta, ensaísta e pesquisador Celso da Silveira (1929-2005). Segundo Queiroz (2022), Celso da Silveira se referia a Carlos Lima como “amigo-irmão”, o que ilustra a tese de que, para além de funções profissionais, a cadeia criativa dos livros também envolve uma rede de afetos entre os sujeitos. Celso da Silveira atuou junto às edições CLIMA não só como autor de alguns títulos, mas principalmente como revisor, além de prefaciá-los também outros livros da editora de Carlos Lima. É o que se pode ver no quadro a seguir:

Quadro 1 – Funções exercidas por Celso da Silveira nas Edições CLIMA

<p>FUNÇÃO: AUTOR</p>	<p>TOTAL: 7 TÍTULOS <i>Glosa Glosarum</i> (1979) <i>O Homem Ri de Graça</i> (1982) <i>Tempo de Rir</i> (1984) <i>No Reino de Arisia</i> (1987) <i>Bocagiana Potiguar</i> (1991) <i>Poesia agora</i> (1984) <i>50 glosas sacanas</i> (1985) AUTOR-ORGANIZADOR: <i>Ave, Myriam</i> por diversos autores (1982)</p>
<p>FUNÇÃO: REVISOR</p>	<p>TOTAL: 14 TÍTULOS <i>Geringonça do Nordeste: a fala proibida do povo</i>, de Geraldo Queiroz (1989) <i>Pouso em Natal</i>, de Stella Leonardos (1984) <i>Cercas da Opressão</i>, de Elma Luzia Mousinho (1993) <i>Circo de Papel</i>, de Maria Lúcia Brandão (1988) <i>Jorge Fernandes: um século depois</i>, de Gumercindo Saraiva (1987) <i>A Arte de Myriam Coeli</i>, de José Jacome Barreto (1988) <i>Galope do cavalo na noite</i>, de Eulício de Faria Lacerda (1988) <i>O Birro de Bronze</i>, de Waldir Espíndola Reis (1987) <i>Crônica da Banalidade</i>, de Carlos de Souza (1988) <i>Derradeiras cartas da praia & outras notas sobre Tibau de Sul</i>, de Helio Galvão (1990) <i>Riscos de Lápis</i>, de Gizelda Braz (1988) <i>Lembranças e Andanças</i>, de Waldir Reis Espínola (1986) <i>Presença de Autores e Livros</i>, de João Wilson Mendes Melo (1987) <i>Sobre Uma Gênese da Filosofia</i>, de Antônio Moreira de Medeiros (1985) <i>Presidentes da Assembleia Legislativa no RN: Império e República</i>, de Raimundo Alves de Souza (1988)</p>
<p>FUNÇÃO: PREFACIADOR</p>	<p>TOTAL: 2 TÍTULOS <i>O Birro de Bronze</i>, de Waldir Espíndola Reis (1987) <i>Cercas da Opressão</i>, de Elma Luzia Mousinho (1993)</p>

Fonte: arquivo da autora

Todavia, Celso da Silveira não se contentou em atuar apenas na CLIMA: em 1992, ele decidiu atuar também como editor e criou a Boágua Editora. Pelo menos até 1995, publicou 18 títulos, de autores como Câmara Cascudo, Anchieta Fernandes, Jarbas Martins e o próprio Celso da Silveira, nomes do cânone local Assim, em *Tempo Passatempo*, livro que deu unidade à dispersão de crônicas do Celsão na imprensa potiguar, autor e editor se fundem num mesmo sujeito, o que, sem dúvida, teve como condição de possibilidade sua participação e experiência na CLIMA.

Outro nome que atesta a importância da CLIMA no campo autoral e editorial em Natal é o de Marize Castro. Poeta, jornalista e editora, iniciou-se oficialmente no campo literário por meio da CLIMA. Conforme ela mesmo relata em entrevista, ao ser indagada sobre como foi sua iniciação como poeta, ela destaca, em seu relato, sua legitimação como sujeito do campo literário por meio da CLIMA, quando publicou seu primeiro livro:

[...] inscrevi-me no concurso de poesia da Fundação José Augusto e recebi o primeiro lugar. Como eu era totalmente desconhecida, passei a acreditar na veracidade dessas decisões. O concurso me deu a chance de publicar meu primeiro livro “oficial”, em *offset* etc. Foi uma coedição da CLIMA com a Fundação José Augusto. O livro chama-se *Marrons Crepons Marfins* e recebeu do Caderno 2 do jornal *Estado de São Paulo* uma crítica muito positiva: a manchete dizia que havia um novo e forte nome na poesia brasileira (Castro, 2019).

De fato, não houve volta. Depois de sua estreia em livro, Marize Castro passou a ter intensa participação no campo literário. Publicou na sequência os livros: *Rito* (1993); *Poço. Festim. Mosaico* (1996); *Esperado Ouro* (2005); *Lábios-espelho* (2009); *Habitar teu nome* (2011); *A mesma fome* (2016); *Jorro* (2020).

Marize Castro também desenvolveu atividades, entre outras, como editora do jornal *O Galo*, periódico cultural ligado à Fundação José Augusto (espécie de secretaria da cultura do Estado) e, algum tempo depois, como coordenadora do seu próprio selo editorial, *Una*, o qual publicou mais de cinquenta títulos

O exemplo da autora e editora Marize Castro nos permite ilustrar a presença relevante da CLIMA na *rede de aparelhos* do campo

discursivo literário local. Além da participação em equipamentos e eventos culturais locais (Galeria do Povo e Festival do Forte) ou em concursos literários (Fundação José Augusto), sem dúvida, publicar um (primeiro) livro pela CLIMA foi elemento determinante na trajetória de Marize Castro.

Por fim, o caso que diríamos mais emblemático é o de Ivan Carvalho Jr., atualmente, sócio proprietário da OFFSET Gráfica e Editora. Antes, é importante frisar que Ivan Jr. iniciou-se profissionalmente em torno do livro com seu tio Carlos Lima: primeiramente como vendedor na livraria e depois como coordenador gráfico da editora. Assim ele relata (Carvalho Jr., 2019) acerca de sua estreia no campo editorial, onde atua ainda hoje:

Quando eu saí da CLIMA, eu vivi um drama, eu adorava fazer livro e estava muito ligado à CLIMA e ao processo todo. Carlos me deu a chave da CLIMA, mesmo eu estando com a OFFSET; eu não tinha máquina de enumerar, por exemplo, então eu ia usar a máquina lá. Era um absurdo eu entrar num mercado em que ele atuava. Eu me afastei do livro. Na época foi complicado porque eu precisei criar uma clientela nova. Imprimi poucos livros, me lembro de imprimir para Daniele Brito o [livro] de Franklin Jorge, “O Spleen [de Natal]”, a primeira edição.

Nesse relato, podemos vislumbrar tanto o aspecto da CLIMA, apresentado antes, sobre a relação de afetividade entre os sujeitos, bem como o papel de Carlos Lima abrindo caminhos no campo editorial de Natal.

Considerações finais

Em tempos de revolução digital – em que vivemos uma revisão radical dos gestos e das noções associadas à palavra escrita (Chartier, 2014, p. 22) –, o livro pode parecer para muitos, a princípio, algo cada vez mais prosaico e em desuso. Entretanto, o livro resiste em existir e, muito além de possíveis considerações sobre mercado livreiro (que movimenta ainda grandes cifras), o livro mobiliza uma gama enorme de ações e situações sociais e culturais, em que tem papel central a figura do editor.

O caso que procuramos esboçar neste capítulo, as edições CLIMA, mostra como, para além do eixo centro-sul (onde se situam e atuam as principais frentes de produção e comercialização), uma pequena editora do Nordeste pode suscitar tantas reflexões em torno dos livros: reflexões sobre as relações movidas pelo afeto em busca de um mesmo projeto; reflexões acerca de um saber-fazer que se molda, irregular e oscilante, pelo próprio fazer; reflexões a respeito da importância do editor na garantia de continuidade das comunidades locais de autores e editores.

Evidentemente, a complexidade da CLIMA e das práticas implicadas em seus ritos editoriais não se resume a essas nossas considerações. Mas elas cumprem, acreditamos, a necessidade de relembrar a presença do livro na memória coletiva do campo discursivo da imprensa, com suas redes e arquivos, bem como a memória da vida cultural de uma cidade, memória essa, aliás, que nem sempre tem a sua devida visibilidade. Este texto, foi, por fim, nossa tentativa de reverenciar a importância da CLIMA e de seu editor Carlos Lima pelo legado que deixou a todos nós, leitores, potiguares ou não.

Referências

CARVALHO Jr., Ivan. **Entrevista concedida a AUTORA**. Natal, 25 de novembro de 2019.

CASTRO, Marize. **Entrevista concedida a AUTORA**. Natal, 18 de novembro de 2019.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. 2 ed. Tradução de Mary Del Priori. Brasília: Editora UnB, 1999.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. Tradução de Geroge Schlesinger. São Paulo: Editora da UNESP, 2014.

DARNTON, Robert. **O beijo da Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Tradução de Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

KNAPP, Wolfgang. **O que é editora?** São Paulo: Círculo do Livro, 1993 (Coleção Primeiros Passos).

LYONS, Martyn. **Livro**: uma história viva. Tradução de Luís Carlos Paiva. São Paulo: Editora SENAC/São Paulo, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave em Análise do Discurso**. Tradução de Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. Campo discursivo: a propósito do campo literário. Tradução de Fernanda Mussalin. In: POSSENTI, Sírio; SOUZA E SILVA, Maria Cecília Perez de (org.). **Doze conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MUNIZ, Cellina Rodrigues; ALMEIDA, Gilvan Araújo. Assim se fez livro em Natal: as edições CLIMA. *In*: BARBOSA, Tatyana Mabel Nobre (org.). **Edição**: memórias, espaços, impressos. Natal: EDUFRN, 2022. p. 16-35.

MUNIZ JR., José. Edição. *In*: RIBEIRO, Ana Elisa; CABRAL, Cléber Araújo (org.). **Tarefas da edição**. Belo Horizonte: Impressões de Minas, 2020.

QUEIROZ, Geraldo. **Um editor camarada**. Natal: Offset, 2022.

SALGADO, Luciana. **Ritos genéticos editoriais**: autoria e textualização. São Paulo: Annablume /FAPESP, 2011.

SALGADO, Luciana. **Quem mexeu no meu texto**: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. 2. ed. Divinópolis: Gulliver Editora, 2019.

Comentários dialógico-interativos: reflexões sobre a abordagem

*Cindy Mayumi Okamoto Luca*¹

*Luan Tarlau Balieiro*²

Introdução

[...] surge o ato de redigir encarado como um trabalho. Essa concepção agrega uma importância em sua aplicabilidade, uma vez que, aqui, o aluno [ou acadêmico] observa uma finalidade para se escrever e compreende que a escrita é um processo trabalhoso que demanda atenção, conhecimento e preparo. O texto configura-se em etapas, tais como o planejamento, a execução, a **revisão** e a refação – reescrita – sempre com o intuito

¹ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Neuroaprendizagem pelo Centro Universitário de Maringá (Unicesumar). Licenciada em Letras pela UEM, com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas Correspondentes. Revisora de Texto na Unicesumar. E-mail: lucacindy4@gmail.com

² Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Educação pelo mesmo Programa e Universidade. Especialista em Docência na Educação Superior pelo Centro Universitário Metropolitano de Maringá (UNIFAMMA) e em Libras pela mesma Instituição. Licenciado em Letras pela UEM, com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas Correspondentes. Revisor de Texto autônomo e Pesquisador Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: luan.tarlau@gmail.com

de aprimorar sua estrutura, o seu conteúdo (Menegassi; Balieiro, 2015, p. 158, grifo nosso).

A citação que inaugura o presente capítulo apresenta a revisão como uma das etapas para o desenvolvimento de um texto (seja no tocante a um aspecto de conteúdo, seja referente a um aspecto formal). Compreendemos a escrita como um trabalho passível a continuidades, justamente em razão de suscitar aprimoramentos à estrutura ou ao teor do texto. Logo, o comentário dialógico-interativo constitui um recurso deveras imprescindível para assegurar devolutivas ou instruções que sejam um pouco mais detalhadas no que tange a tópicos que ocasionam dúvidas a estudantes, por exemplo, as convenções gramaticais, ou assuntos que demandam do(a) revisor(a) mais destreza quanto à análise do conteúdo.

Com a aplicação dessa abordagem, no momento de revisar, estabelece-se o intuito de propiciar ao texto do(a) autor(a) avanços expressivos, como inteligibilidade, coerência, coesão, fluidez linguística, entre outros pontos. Todavia, diante do contexto em questão, demarcamos a seguinte problematização: com certa frequência, o(a) profissional/professor(a) centra a revisão em um caráter resolutivo, sem estabelecer interlocuções com o(a) autor(a) do texto, isto é, não recorre a uma abordagem dialógica-interativa.

Assim, o objetivo deste capítulo consiste em destacar a importância de o(a) revisor(a)/professor(a) produzir, no decorrer da revisão, comentários dialógico-interativos, com o intuito, mais especificamente, de aprimorar a escrita, entendida como um trabalho suscetível à progressão (Menegassi; Balieiro, 2015), a partir de correções textual-interativas (Ruiz, 2001).

Com fundamento nos pressupostos teóricos da Linguística Aplicada e nos estudos sobre a revisão e a reescrita de textos, metodologicamente, o capítulo perpassa por uma abordagem qualitativa, recorrendo à pesquisa bibliográfica (Gil, 2008), de modo a buscar apoio em Fiad e Mayrink-Sabinson (1991), Bakhtin (2003), Balieiro e Hila (2020), entre outros referenciais atinentes à temática.

A primeira seção deste trabalho concerne unicamente à Introdução, a qual expõe os elementos: contextualização da temática; problematização; objetivo; metodologia e referencial teórico. A segunda seção, intitulada “O comentário dialógico-interativo: exposição de breves características”, desdobra-se em duas subseções: “Aplicação do comentário dialógico-interativo em texto escolar” e “Aplicação do comentário dialógico-interativo em texto acadêmico”, a fim de evidenciar a prática dessa estratégia em dois contextos de escrita – o escolar (Educação Básica; redação) e o acadêmico (Pós-Graduação *stricto sensu*; tese de doutorado). Ao final, a terceira seção se refere, de forma exclusiva, às conclusões. Trata-se do momento em que apresentamos as nossas discussões em relação aos exemplos abordados no decorrer do capítulo.

O comentário dialógico-interativo: exposição de breves características

No âmbito da concepção dialógica da linguagem, considerando os pressupostos teóricos do círculo de Bakhtin (2003) e das pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre a revisão e a reescrita, nota-se que a escrita é um trabalho contínuo, com vistas a contribuir para o desenvolvimento textual. Essa contribuição se efetiva por meio de comentários dialógico-interativos que permitem a inserção de novas informações no esboço, a substituição de palavras retiradas de excertos incoerentes, a realização de deslocamentos de frases ou, ainda, a apresentação de orientações de escrita quanto à gramática (Balieiro; Hila, 2020).

Nesse ínterim, faz-se prudente pontuar que a escrita deve ser compreendida como uma atividade de interação. Segundo Geraldini (1996), o texto, na condição de um enunciado concreto, constitui o meio caminho traçado entre autor e leitor, por intermédio do qual os sentidos se arquetam. No ideário de Bakhtin (2003), o texto é o lugar da interação. Fiad e Mayrink-Sabinson (1991) complementam esse postulado ao salientarem que a escrita é uma construção que se demarca na interação. Já a revisão é o momento no qual o sujeito revela a veemência desse processo construtivo, de forma a entender a escrita como um trabalho de reescritas. Mais especificamente, nas palavras das autoras, o texto é “um momento no percurso desse trabalho, sempre possível de ser continuado” (Fiad; Mayrink-Sabinson, 1991, p. 55).

Ademais, Serafini (2004) avança que uma correção pode ser definida como todas as intervenções que o corretor realiza no texto do sujeito por meio de apontamentos, questionamentos e comentários. Diante disso e direcionando esse postulado ao contexto do presente capítulo, pode-se entender que a correção se trata, de modo mais específico, de um conjunto de intervenções que o revisor efetua no texto ao colocar em evidência determinados desvios, sempre com a finalidade de ajudar o sujeito a identificar os próprios pontos fracos e, com isso, melhorá-los.

Concernente ao exposto, pondera-se que o texto não tem o desfecho fixo em uma primeira escrita. De acordo com Balieiro e Hila (2020, p. 288), “é preciso considerar o texto um produto livre para mudanças eficazes que orientem o sujeito aprendiz a entender a escrita como um processo contínuo de aprendizagem”. Assim, para direcionar a produção do sujeito a melhorias significativas em termos de conteúdo e forma, faz-se substancial se pautar em estratégias de revisão.

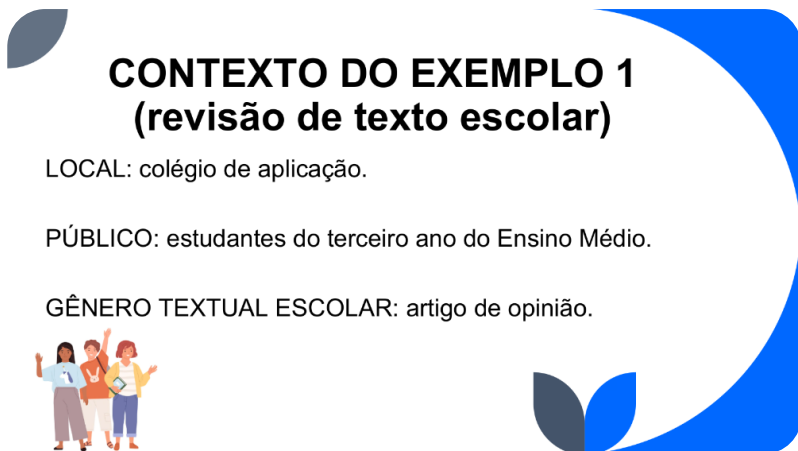
Uma dessas estratégias é justamente o comentário dialógico-interativo, que, diferentemente de uma abordagem de correção de cunho indicativo, resolutivo ou classificatório (Ruiz, 2001), materializa-se por meio de comentários redigidos em sequência ao texto do sujeito ou ao lado de frases e parágrafos que carecem de observações ou orientações no que tange à escrita. Esses comentários podem ser efetivados em formato de bilhetes, sem extensão determinada, assumindo duas finalidades: 1) mencionar a tarefa de revisão pelo estudante (no caso de uma revisão em texto escolar); 2) mencionar a própria tarefa de revisão realizada pelo professor metadiscursivamente (também considerando o caso de uma revisão em texto escolar).

A seguir, será apresentada a aplicabilidade do comentário dialógico-interativo em uma revisão escolar e em uma revisão acadêmica, a fim de analisar, com mais eficácia, suas características.

Aplicação do comentário dialógico-interativo em texto escolar

Inicialmente, cabe explicitar o contexto que permeou a produção e a revisão do texto escolar que será exemplificado.

Figura 1 – Contexto: revisão em texto escolar




**CONTEXTO DO EXEMPLO 1
(revisão de texto escolar)**

LOCAL: colégio de aplicação.

PÚBLICO: estudantes do terceiro ano do Ensino Médio.

GÊNERO TEXTUAL ESCOLAR: artigo de opinião.



Fonte: elaboração dos autores (2022)

Assim como é visível na Figura 1, o texto escolar que será estudado foi produzido por um(a) aluno(a) do terceiro ano do Ensino Médio de um colégio de aplicação de uma cidade localizada no Noroeste do Paraná. Também é mister frisar que o gênero textual da produção selecionada é o artigo de opinião, muito requisitado pelos vestibulares das universidades da região, sobretudo, a Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Antes da produção propriamente dita, foram trabalhados alguns textos de apoio concernentes à temática “redução da maioria penal”, a fim de que os discentes fossem apresentados ao tema e desenvolvessem as ideias iniciais sobre aquilo que deveriam escrever. Depois de explorados os textos de apoio relativos à temática, foi exposto o contexto de produção exibido a seguir.

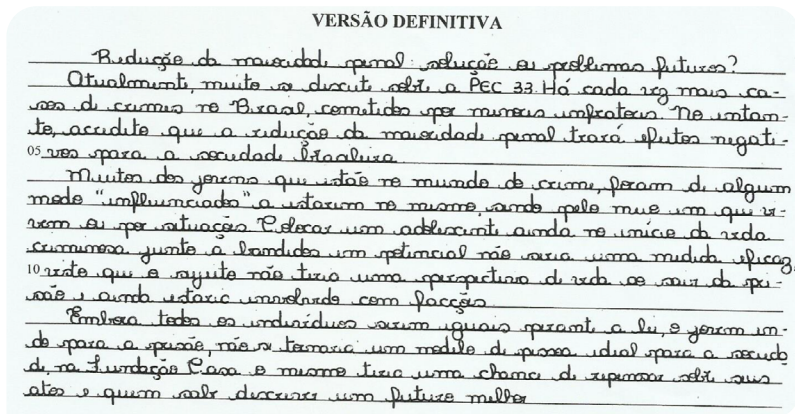
Quadro 1 – Comando de produção textual

Suponha que você seja um colunista de um jornal de circulação nacional e foi convidado para escrever acerca da redução da maioridade penal em uma de suas colunas semanais. Redija, portanto, um **Artigo de Opinião** argumentando se, em sua opinião, a redução da maioridade penal trará efeitos positivos ou negativos para a sociedade brasileira. Não se esqueça de dar um título para a sua produção. Boa sorte!

Fonte: elaboração dos autores (2022)

Na Figura 2, é exibido um artigo de opinião produzido por um(a) aluno(a) com base nos textos de apoio que foram explorados inicialmente e no comando de opinião presente no Quadro 1.

Figura 2 – Artigo de opinião produzido com base no comando de produção



Fonte: elaboração dos autores (2022)

Diante da produção exposta na Figura 2, é possível tecer alguns comentários dialógicos-interativos ao produtor do artigo de opinião, isto é, ao(à) aluno(a). É válido reforçar que, por se tratar de uma produção relativamente pequena, de apenas algumas linhas, e

diante do contexto de aplicação, que é o da Educação Básica, sugere-se a construção, inicialmente, de um comentário que elenque os aspectos individuais do gênero textual que foram trabalhados/atendidos pelo produtor do texto, ou seja, o(a) aluno(a).

Em relação ao texto presente na Figura 2, seria possível frisar o atendimento do(a) aluno(a) à estrutura do artigo de opinião, que exige: i) título; ii) um parágrafo com uma pequena contextualização, exposição da temática e marcação da tese; iii) outro parágrafo com a exposição de argumentos e contra-argumentos; e iv) um parágrafo final com a retomada da temática e da tese. Além disso, seria possível destacar o emprego da linguagem formal, o que é benéfico e necessário, tendo em vista o contexto do artigo de opinião. Um exemplo de comentário dialógico-interativo é exibido a seguir, o qual foi tecido pelo professor responsável pela revisão dos artigos de opinião escritos pelos alunos.

Orientação de escrita: aluno(a), o seu texto está muito bom! Você seguiu perfeitamente a estruturação do gênero artigo de opinião, tendo em vista que apresentou: um título; um parágrafo com uma pequena contextualização, demarcação da temática e da sua tese; outro parágrafo com argumentos; e um parágrafo final com a retomada do tema e da sua tese. Além disso, fez bom uso da linguagem formal, o que é necessário (comentário dialógico-interativo).

Enfatiza-se a importância de, inicialmente, destacar os elementos do gênero textual que foram atendidos/trabalhados pelo aluno, com o intuito de expor a ideia de escrita como trabalho, ou seja, de algo que está suscetível a melhorias, considerando aquilo que já está adequado e pertinente, neste caso, ao gênero textual e ao tema solicitados. Não existem somente erros/equívocos, mas também critérios que foram atendidos e que devem ser explicitados ao autor, para que ele compreenda a escrita como um trabalho que merece ser aperfeiçoado mediante a revisão e a posterior reescrita.

Subsequente à exposição dos critérios do gênero textual que foram atendidos pelo discente, seria possível enfatizar, tendo em vista a produção exibida na Figura 2, a necessidade de o(a) aluno(a) expor, ao menos, um tipo de argumento, como o de

autoridade, a fim de que não haja somente argumentos do senso comum, o que não é positivo para o gênero textual em evidência.

Orientação de escrita: aluno(a), sugiro apenas que apresente, ao menos, algum tipo de argumento, como o de autoridade, para embasar a sua opinião. Um exemplo seria afirmar que, para o doutor Drauzio Varella, ao inserir o jovem na prisão, ele pode se envolver com facções e reincidir no crime. Como você não apresentou o nome do doutor, o argumento se torna de senso comum, pois, aparentemente, é apenas uma opinião sua (comentário dialógico-interativo).

Por fim, seria possível redigir um comentário dialógico-discursivo voltado aos elementos gramaticais da produção. Considerando o texto presente na Figura 2, seria possível frisar a importância de se atentar à concordância e à presença de vírgula entre sujeito e verbo, o que não é adequado, de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa:

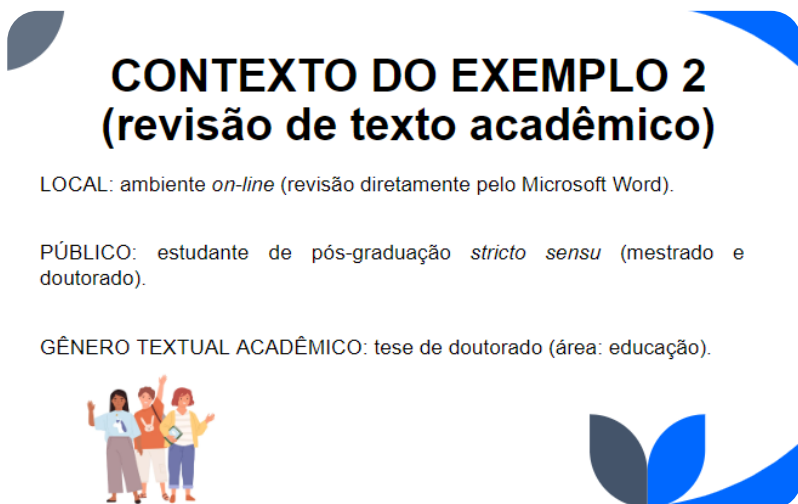
Orientação de escrita: além disso, aluno(a), atente-se à concordância nominal: o mais adequado seria “solução ou um problema futuro”, e não “solução ou problemas futuros”, já que você está tratando da maioria penal. Além disso, cuidado com a vírgula entre sujeito e verbo, assim como acontece em “casos de crimes no Brasil, cometidos por menores infratores”. O adequado, segundo a norma-padrão, seria: “casos de crimes no Brasil cometidos por menores infratores” (comentário dialógico-interativo).

Diante do exposto, é possível afirmar que o docente se atentou em, primeiramente, delimitar as especificidades do gênero textual atendidas pelo discente, para, depois, expor os itens aos quais o aluno deve focar na produção textual em questão. Esse processo evidencia a escrita enquanto um trabalho que é suscetível a melhorias, o que aproxima o discente da organicidade do gênero textual e afasta a noção de que existem apenas equívocos, o que, muitas vezes, desestimula a realização da escrita de textos pelos alunos.

Aplicação do comentário dialógico-interativo em texto acadêmico

Passemos, agora, ao contexto de uma revisão em texto acadêmico.

Figura 3 – Contexto: revisão em texto acadêmico



Fonte: elaboração dos autores (2022)

A partir da Figura 3, verificamos informações referentes ao contexto desse tipo de revisão, em que sua materialidade se concentra em documentos Word. Vale pontuar que, nessa circunstância, o comentário dialógico-interativo pode ser efetuado diretamente na seção “Revisão” do *software*, cujo conteúdo se condensa ora em um aspecto alicerçado ao assunto do texto, ora voltado à apresentação de alguma orientação de escrita, a fim de propiciar ao sujeito esclarecimentos sobre normas gramaticais e demais situações linguísticas.

No Quadro 2, destacamos alguns excertos da tese para análise.

Quadro 2 – Alguns excertos da tese antes da revisão

<p>Excerto 1. “A iniciativa fazia parte do Projeto Educação Digital, com políticas para computadores interativos e <i>tablets</i>, o objetivo era ofertar instrumentos para a formação dos profissionais da educação, professores e gestores, proporcionando aos mesmos o uso intensivo das TICs para o processo de ensino-aprendizagem”.</p>	<p>Excerto 2. “Segundo Hockey (2004), se tem, em 1949, o primeiro registro do uso da computação em Ciências Humanas e, neste ano, o padre jesuíta italiano chamado Roberto Busa deu início a construção de um índice de verbetes de todas as palavras das obras de Santo Tomás de Aquino e autores relacionados”.</p>
---	---

Fonte: elaboração dos autores (2022)

No Excerto 1, é possível aplicar um comentário dialógico-interativo a respeito do uso de “mesmos”, em “[...] para a formação dos profissionais de educação, professores e gestores, proporcionado **aos mesmos** [...]”, informando que o uso dele como um elemento de retomada não está adequado, a considerar as convenções gramaticais. Assim, o comentário poderia ser redigido da seguinte forma:

Orientação de escrita: recomendo que evite o uso de mesmo(a) em casos de referênciação. Quando o objetivo for o de retomar, busque pelos pronomes anafóricos (ele(a), eles(as), esse(a), lhe(s), isso etc.). Proponho o uso de “eles” no lugar de “mesmos”, a fim de demarcar a retomada a “profissionais da educação, professores e gestores”. Veja como fica o parágrafo após revisão: “A iniciativa fazia parte do Projeto Educação Digital, com políticas para computadores interativos e *tablets*. **O** objetivo era ofertar instrumentos para a formação dos profissionais da educação, professores e gestores, proporcionando **a eles** o uso intensivo das TICs para o processo de ensino-aprendizagem” (comentário dialógico-interativo).

No Excerto 2, por sua vez, é possível aplicar um comentário dialógico-interativo a respeito do uso de “nesse” em vez de “neste”, exatamente em “[...] e, **neste** ano, o padre jesuíta italiano chamado Roberto Busa [...]”, de modo a comunicar a diferença entre esses dois pronomes, um assunto que gera uma quantidade expressiva de dúvidas/indagações entre os acadêmicos de graduação e pós-graduação que, assiduamente, carecem de elaborar textos

para pesquisas, projetos, relatórios etc. Verifiquemos como o comentário poderia ser produzido:

Orientação de escrita: gramaticalmente, emprega-se “nesse”, e não “neste”. Explico: “nesse”, no caso em foco, apresenta um valor anafórico, isto é, de retomada, de referência. Em contexto de escrita, usamos o pronome “nesse” sempre com o objetivo de retomar uma informação apresentada anteriormente. Como já foi exposto ao(à) leitor(a) a qual ano você se reporta, prevalece-se, portanto, o uso de “nesse”. Veja como fica o parágrafo após revisão: “Segundo Hockey (2004), **houve**, em 1949, o primeiro registro do uso da computação em Ciências Humanas. **Nesse** ano, o padre jesuíta italiano chamado Roberto Busa deu início **à** construção de um índice de verbetes de todas as palavras das obras de Santo Tomás de Aquino e autores relacionados” (comentário dialógico-interativo).

Mediante o exposto, é possível afirmar que o revisor objetivou não apenas aplicar uma revisão de caráter resolutivo, mas tecer comentários dialógico-interativos, com a finalidade de explicitar ao autor do trabalho a ser revisado o motivo pelo qual as alterações propostas são mais convenientes. Isso confere, além da noção de escrita enquanto um trabalho a ser aprimorado, maior transparência ao serviço do revisor de textos no que diz respeito às modificações solicitadas no documento.

Conclusão

À guisa de conclusão, apresentaremos as nossas discussões, primeiramente, a respeito da revisão de texto escolar. O comentário dialógico-interativo, nesse tipo de revisão, possibilita que o(a) professor(a) estabeleça certa proximidade com o(a) estudante, de forma a evidenciar uma correção minuciosa, com recomendações salutares ao aprimoramento da escrita do artigo de opinião. Em relação ao exemplo trabalhado, destacamos a importância de, inicialmente, serem elencados os aspectos que foram atendidos pelo(a) aluno(a), a fim de que ele(a) compreenda que a produção não está completamente inadequada, mas que é passível de modificações que promovem o aprimoramento, tendo em vista as exigências do gênero textual a ser redigido.

Por sua vez, em uma revisão de texto acadêmico, o comentário dialógico-interativo permite que o(a) revisor(a) apresente orientações de escrita, como vimos, a fim de elucidar ao(à) estudante de pós-graduação as alterações efetuadas e, ao mesmo tempo, propiciar direcionamentos quanto a uma melhor maneira de redigir seguindo os postulados da gramática da língua portuguesa, considerada por muitos estudantes um sistema deveras complexo. Nos comentários concernentes aos excertos da tese, orientações foram concedidas a respeito do uso de “mesmo(a)” como um elemento de retomada, além do emprego de “nesse” em vez de “neste”, tendo em vista uma situação de escrita anafórica.

No que tange ao exposto, acreditamos que o processo de revisão (ora escolar, ora acadêmico) precisa se respaldar em uma abordagem dialógico-interativa, com comentários que possam contribuir para a escrita do(a) autor(a) do texto. O teor desses comentários é diversificado (desde orientações quanto ao conteúdo, como observamos no artigo de opinião, até orientações de escrita referentes à gramática (um aspecto formal), conforme notamos na tese de doutorado).

É sabível que o docente, na Educação Básica, enfrenta vários desafios, como o trabalho em diversos turnos e em turmas com um número grandioso de alunos. Além disso, em muitos casos, o revisor de textos recebe uma carga excessiva de textos para a revisão ou produções que não têm um prazo de entrega adequado. Ambas as situações aparentam ser empecilhos para a redação de comentários nas produções textuais. Entretanto, reforçamos que este capítulo objetiva explicitar a importância de não se centrar apenas na revisão resolutiva, tendo em vista os benefícios dos comentários dialógicos-interativos. Portanto, é possível mesclar, por exemplo, a revisão resolutiva e a elaboração de breves comentários dialógicos-interativos no texto do discente/cliente, a fim de fomentar a escrita e elucidar os aspectos que podem ser aprimorados.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BALIEIRO, Luan Tarlau; HILA, Cláudia Valéria Doná. As operações linguístico-discursivas na reescrita de textos do gênero conto de mistério de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental. **(Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 14, n. 27, p. 287-306, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/29066>. Acesso em: 5 jan. 2023.

FIAD, Raquel Salek; MAYRINK-SABINSON, Maria Laura Trindade. A escrita como trabalho. In: MARTINS, Maria Helena (org.). **Questões de linguagem**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 54-63.

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e ensino**: exercícios de militância e divulgação. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENEGASSI, Renilson José; BALIEIRO, Luan Tarlau. Concepções de escrita no livro didático de português do 4º ano do Ensino Fundamental. **Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 4, n. 7, p. 140-161, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduclings/article/view/6408>. Acesso em: 5 jan. 2023.

RUIZ, Eliana Donaio. **Como se corrige redação na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SERAFINI, Maria Teresa. **Como escrever textos**. Tradução de Maria Augusta Bastos de Mattos; adaptação de Ana Maria Marcondes Garcia. 12. ed. São Paulo: Globo, 2004.

A leitura multimodal do revisor de textos publicitários à luz da semiótica social

*Jessica Camila Soares*¹

*Ana Elisa Ribeiro*²

Introdução

São vários os verbos que podem descrever a atuação do revisor de textos: corrigir, consertar, alterar, retificar, conferir, ajustar, revistar, verificar... Por mais que, de certa forma, essas ações estejam ligadas ao trabalho desse profissional, espera-se, atualmente, um olhar que vá além dos ajustes gramaticais. Se, antes, aplicar as regras da gramática e conferir alterações eram as principais (pre) ocupações do revisor de textos, hoje, além de analisar aspectos mais amplos, como coesão, coerência, ortografia, semântica e sintaxe, espera-se que o profissional observe questões de discurso, bem como o contexto de produção, de circulação e de

¹ Mestre em Estudos de Linguagens pelo CEFET-MG. Bacharel e licenciada em Letras pela PUC Minas e Especialista em Revisão de Textos também pela PUC Minas. E-mail: jessicasoarestextos@gmail.com

² Professora titular do Departamento de Linguagem e Tecnologia do CEFET-MG. Doutora em Linguística Aplicada, mestre em Linguística, bacharel e licenciada em Letras pela UFMG. E-mail: anadigital@gmail.com

recepção dos textos. Em textos do domínio publicitário, foco deste trabalho, a revisão também visa à aplicação da gramática; entretanto, muito além disso, esse campo discursivo proporciona diversos níveis de leitura, desde averiguar se o que foi solicitado pelo cliente foi atendido, passando pelos aspectos gramático-textuais até chegar à conferência de elementos que compõem as peças – grafismos, infográficos, cores da fonte utilizada, imagens inseridas, trilha e tom de voz (em caso de mídia para rádio ou tevê); tudo isso é realizado durante a revisão publicitária.

Para a criação de textos publicitários, as empresas, que, ao demandarem um serviço, tornam-se clientes, contratam agências de publicidade ou organizam seu próprio setor de marketing e comunicação. Para trabalhar a comunicação de uma marca, seja para fins de divulgação, seja para fins de venda, há equipes divididas e com diferentes funções. Por meio do *briefing*, documento que apresenta todos os dados que o cliente fornece ao setor para que ele possa desenvolver o trabalho de acordo com as suas expectativas, é transmitido o pedido de criação a agências/departamentos. Em meio às demandas, é necessário garantir que a criação esteja de acordo com o que foi solicitado pelo cliente no início do trabalho. Após as etapas de criação e de revisão, as peças publicitárias são enviadas aos clientes para validação final. Se estiver tudo conforme as expectativas, os textos então vão a público. Nesse percurso, um profissional pode ser visto como fundamental para garantir que a demanda corresponda ao que foi solicitado e que o texto saia sem inadequações gramático-textuais e discursivas. Trata-se do revisor, que é um importante ator no processo de criação de textos publicitários. Logo, o profissional que atua com revisão de textos publicitários, bem como de qualquer outro campo do discurso, deve ter conhecimentos gramaticais. No entanto, é válido ressaltar que, além desses conhecimentos, ele deve ter um olhar desconfiado e entender de texto e de discurso, e não apenas de aplicação de regras.

Dessa forma, é preciso ver o texto não como um produto, mas como um processo: deve-se aprimorar o texto em vez de apenas corrigi-lo, bem como analisar os demais elementos que compõem a peça publicitária a partir de uma perspectiva multimodal. Assim, neste trabalho, iremos discutir os modos de atuar do revisor no arranjo multimodal de textos publicitários que circulam em mídias impressas e digitais, considerando, além dos aspectos gramaticais

do texto, o todo multimodal de sua composição. Neste trabalho, pretendemos, então, evidenciar os resultados obtidos na pesquisa de mestrado, defendida em setembro de 2022, no CEFET-MG, sob orientação da professora doutora Ana Elisa Ribeiro.

A multimodalidade e a revisão publicitária

A multimodalidade, segundo Ribeiro (2020), considera o texto em sua completude, não analisando apenas uma parte. Apesar de o texto escrito ter sido mais estudado e abordado desde os primórdios, é importante considerar o texto além do verbo, além do escrito, além da oralidade. Para a autora, o texto existe em sua materialidade. Logo, podemos considerar que todos os textos são multimodais. A multimodalidade estuda a forma como um significado pode ser expresso tendo em vista os diferentes modos e recursos semióticos. Vale ressaltar, conforme Natividade e Pimenta (2009, p. 24), que “o processo de produção de significado, mais do que o significado enquanto núcleo em si mesmo, torna-se o foco de nossas análises, pois nos interessa investigar “o quê”, “com qual modo” e “como” o significado foi processado”. Segundo as autoras, esses níveis contribuem para a articulação e a interpretação da mensagem a ser transmitida.

Para Ribeiro (2013), é necessário pensar a leitura de qualquer texto não como uma atitude eventual, mas como uma atuação informada pelos conhecimentos de como eles são planejados e como podem ser recebidos. De acordo com a autora:

Todo texto carrega em si um projeto de inscrição, isto é, ele é planejado, em diversas camadas modais (palavra, imagem, diagramação, etc.) e sua materialidade ajuda a compô-lo, instaurando uma existência, desde a origem, multimodal. Um texto é o resultado de seleções, decisões e edições não apenas de conteúdos, mas de formas de dizer. Há, neles, o produto da costura de intenções, sentidos, linguagens e propiciamentos tecnológicos (Ribeiro, 2013, p. 21).

Durante o trabalho de revisão de textos publicitários, é importante ter um olhar para a multimodalidade, considerando os diferentes

modos semióticos e seus variados recursos de significação para a construção de sentidos. Com a multimodalidade, há a coexistência de modos de comunicação; a partir de aspectos verbais e visuais, a multimodalidade se forma em um ato comunicativo em que imagem e texto escrito se fundem como elementos de uma orquestra.

O trabalho do revisor de texto em agências de publicidade ou em departamentos de marketing pode ser visto a partir de uma perspectiva ergológica, em que esse profissional é contratado para cumprir determinadas funções em um ambiente laboral com normas preestabelecidas, e de uma perspectiva linguística e discursiva, em que esse revisor é visto como um sujeito que se constitui na e pela linguagem (Muniz Jr., 2018).

A partir da situação comunicativa, o sujeito-revisor toma as decisões lexicais e semânticas (tanto para o texto verbal quanto para o texto imagético), visando ao entendimento do público-alvo. Há, então, um conjunto de ações gramático-textuais (tendo em vista as normas) e discursivas (escolhas subjetivas); logo, a intervenção textual não é uma atividade simples e objetiva. O revisor, então, realiza as ações de leitura, de avaliação e de interferências. Ele analisa possíveis inadequações, tendo em vista o domínio discursivo, e não apenas o domínio textual. Nessa perspectiva, considerando que textos são composições formadas também por palavras, e não apenas por elas, é fundamental que o revisor de textos, em especial do domínio publicitário, tenha atenção às questões ligadas à composição multimodal, e não somente às regras aplicadas à escrita.

Sobral e Barbosa (2019) consideram que a produção de todo texto, inclusive sua revisão, pode ocorrer sob a influência de alguns fatores, tais como:

O ambiente, ou contexto, de uso do texto; as pessoas, no sentido de papéis sociais, envolvidas; os objetivos do texto; os recursos possíveis da língua e a organização desses recursos pelos sujeitos envolvidos com a escrita para a realização de seu projeto enunciativo (Sobral; Barbosa, 2019, p. 24).

Podemos, portanto, analisar a revisão de textos a partir de outras margens e afirmar, como abordamos inicialmente nesta pesquisa:

não há uma revisão, mas várias revisões. Todo revisor tem seu traço e deve procurar realizar o melhor trabalho de acordo com o gênero textual a ser revisado. Nessa perspectiva, durante o tratamento dos textos a serem veiculados, os sujeitos envolvidos no discurso se tornam “escribas interlocutores, coescribas instituídos no trabalho sobre o texto, na sua tessitura” (Salgado, 2017, p. 16). Mesmo nesse processo de alteridade, não é imposto ao autor, aqui entendido como redator publicitário, um texto que não é seu; ele não é retirado de sua função. A partir disso, segundo Salgado (2017), é possível perceber a dinâmica do texto e de sua teia discursiva. Busca-se, então, amparar essa escritura do autor. Aqui, o revisor é, primeiramente, leitor do texto, interlocutor discursivo, que caminha com os demais envolvidos por meio de sugestões e de ponderações, a fim de tornar o texto objeto de leitura dos demais interlocutores.

Qual o objetivo desse trabalho sobre os textos? Possivelmente, segundo a autora, o foco seria garantir que as versões que vão para o público sejam consistentes. A escrita sempre conta uma história; mesmo um anúncio publicitário de apenas uma página tem uma história contada. Logo, o papel do revisor é inegavelmente importante como partícipe da enunciação, sendo também ator na constituição de um discurso, inclusive o publicitário. É um coescriba, conforme denominação de Salgado (2017), indo além dos aspectos gramaticais, entretanto utilizando a gramática a serviço da comunicação, uma vez que toda comunicação está sujeita a problemas.

Dessa forma, o revisor de textos publicitários pode propor melhorias para textos confusos, corrigir erros ortográficos e erros gramaticais, checar informações duvidosas, padronizar, conferir aspectos do leiaute, como diagramação dos elementos, verificar se a tipografia e as cores escolhidas possibilitarão uma boa leitura, analisar se o que foi solicitado no *briefing* foi atendido. Ele também deve gostar de textos, dominar a linguagem, flexibilizar segundo o contexto e realizar mais de uma leitura, se possível, claro. É preciso, também, analisar os níveis de intervenção a ser feita e manter o diálogo com os demais sujeitos envolvidos, visando a uma relação que traga contribuições para o trabalho que vai ser veiculado. Assim, o ato de revisão deve levar em conta o elemento principal do processo de elaboração do texto: o interlocutor – já que, como afirmam Sobral e Barbosa (2019,

p. 38), “vida e arte precisam encontrar-se nos textos, e cabe ao revisor promover esse encontro”.

Categorias e etapas da revisão publicitária: algumas análises

Para apresentar as atuações do revisor de textos publicitários, elaboramos, durante a pesquisa de mestrado, algumas categorias de revisão. Trabalhamos, primeiramente, com o olhar do revisor tendo em vista amplos aspectos gramaticais e linguísticos. Em seguida, abordamos análises imagéticas e, por fim, focamos a visão multimodal tendo em vista a Semiótica Social. Os textos a serem apresentados foram revisados durante minha trajetória profissional, ou retirados de *sites* ou de materiais impressos nos últimos cinco anos. Ressaltamos que as marcas das empresas foram suprimidas das imagens por solicitação das agências e dos clientes.

A revisão de textos publicitários tendo em vista amplos aspectos gramaticais e linguísticos

A presença de um revisor é importante a fim de que os textos não saiam com inadequações gramaticais; e o profissional que trabalha com revisão de textos revisa mais do que frases, revisa enunciados. Martins (2003) ressalta que não conhecer regras gramaticais básicas pode colocar em risco o investimento do cliente anunciante e a reputação da agência de comunicação, caso uma inadequação seja publicada. Nesse contexto, a presença do revisor de textos é imprescindível e fundamental: além de garantir a conferência gramatical, é ele quem vai analisar o texto tendo em vista o contexto de produção e de divulgação daquela peça. Geralmente, o fluxo em agências de publicidade ou departamentos de marketing permite que o revisor faça a revisão no texto mais de uma vez. Quando o redator escreve o texto que vai ser leiautado, o revisor faz a revisão desse texto antes de ele ir para o leiaute. Assim, o designer já trabalha com o texto revisado e, após o seu trabalho, o revisor confere se o texto foi inserido de forma correta no leiaute e se atende às expectativas previstas no

briefing. É, portanto, um trabalho de parceria criativa, de análise e de leitura atenta. Por isso, consideramos que o revisor é parte da equipe de criação, uma vez que ele acompanha a demanda que chega do cliente desde a entrada até a aprovação final e trabalha “duplando” (utilizando aqui uma linguagem amplamente difundida no meio publicitário) com o redator e com o designer.

Voltando as nossas atenções para o trabalho do revisor tendo em vista amplos aspectos gramaticais, temos aqui a imagem de uma página de um *presentation*, peça que apresenta com detalhes algum produto. Nesta página, são exibidos atributos de qualidade de um empreendimento imobiliário a fim de atrair o público. Com recursos imagéticos acompanhando o texto escrito, a informação é passada de maneira mais atrativa e didática. As imagens e os textos escritos se correspondem; no entanto, a revisão era necessária para que a palavra “descanso” não saísse com uma inadequação ortográfica, conforme apontamento realizado, na Figura 1, a seguir, usando o recurso do PDF.

Figura 1 – Revisão de página de presentation em PDF



Fonte: arquivo da autora

Segundo Machado (2018, p. 22), um dos objetivos do trabalho do revisor é “encontrar e corrigir inadequações nos mais diversos níveis de leitura para que o leitor comum não tenha sua atenção desviada por problemas de grafia, falta de coerência, saltos, repetição de ideias”. Conforme sinaliza Baptista (2015), a revisão também vai além da aplicação de regras gramaticais. O revisor, visto pela autora como um coenunciador, possui um olhar criterioso e rigoroso. Segundo a autora, esse profissional “demonstra conhecimento do assunto tratado, apresenta sugestões das mais variadas ordens, desde mudanças puramente estruturais, passando por adaptações ao gênero, a propostas de inclusões de tópicos e exclusões de partes do texto” (Baptista, 2015, p. 382).

Assim, para além dos amplos aspectos gramaticais importantes para a revisão de textos, há também a revisão tendo em vista questões linguísticas e os efeitos de sentido que o texto escrito pode trazer para o leitor. Na imagem seguinte, temos a foto de uma parte do leiaute de uma embalagem de chá. A revisão, em seu trabalho, propôs que o verbo “tomar” fosse substituído por “consumir”; ademais, a palavra “estresse” foi sugerida no lugar do termo correspondente em inglês. Ressaltamos o verbo “sugerir” utilizado, uma vez que houve, como aponta Baptista (2015), um trabalho com demonstração de respeito pelo enunciador, sem se impor ou apenas prescrever alterações.

Figura 2 – Revisão de embalagem em PDF



Fonte: arquivo da autora

Sendo o revisor um coescriba, como apresenta Salgado (2017), cabe também a ele analisar a adequação da linguagem à situação

discursiva na qual ela se insere. Conforme Ribeiro (2020), trabalhar com signos é produzir sentidos, manejar linguagens tanto para o momento de leitura quanto para o momento da escrita, em que as palavras são apresentadas com outras formas de expressão. Nesse contexto, passemos a mais uma análise aqui proposta: a revisão publicitária considerando aspectos imagéticos.

A revisão de textos publicitários tendo em vista aspectos imagéticos

O discurso publicitário, segundo Monnerat (2013), possui um caráter híbrido, uma vez que geralmente está apoiado na dupla texto verbal/texto não verbal. Para a autora, assim como o texto verbal, as imagens inseridas nas peças publicitárias também são elementos de transmissão da mensagem. De acordo com a autora, no nível linguístico, há uma mensagem literal, vista na “superfície do texto”, e há uma mensagem simbólica, interpretada a partir da leitura imagem-texto. O revisor publicitário, nesse contexto, pode verificar as possibilidades de interpretações que essa peça do discurso publicitário apresenta a fim de analisar se o público pode ser guiado para o sentido escolhido. A conferência imagética, então, é fundamental para o trabalho do revisor.

Além de textos que serão veiculados em mídias impressas, o revisor poderá revisar aqueles que irão circular nas mídias digitais, as chamadas mídias *on*, como sites e redes sociais. Com as novas tecnologias e com o público cada vez mais conectado, essa forma de anunciar tem sido muito utilizada pelas empresas. A seguir, temos um exemplo de peça publicitária criada para esse tipo de mídia. Esse post não foi revisado por esta autora, mas foi coletado para apresentarmos mais uma importante análise.

Figura 3 – Post de Instagram

QUAIS OS PRINCIPAIS SINTOMAS DO COVID-19 CORONAVÍRUS?

Os sinais e sintomas são respiratórios, semelhantes a um resfriado. Podem também causar infecção do trato respiratório inferior, como as pneumonias.

FEBRE **TOSSE** **DIFICULDADE PARA RESPIRAR**

Se tiver algum desses sintomas, evite locais públicos e entre em contato através dos telefones: **46 3213-1740** ou **46 99122-6952** (das 8h às 17h, de segunda a segunda)

Mande mensagem via WhatsApp: **46 99122-3978**

*Este número é exclusivo para assuntos relacionados ao CORONAVÍRUS e irá conduzir você para uma avaliação, notas técnicas, orientações e, atendimento, se necessário. Use esse canal com responsabilidade e evite se deslocar até a Unidade Básica de Saúde.

Fonte: arquivo da autora

Após a leitura do texto verbal, escrito, o revisor poderia fazer algumas intervenções e apresentar sugestões de melhoria à equipe de redação. Muitas vezes, as imagens são olhadas de forma superficial ou analisa-se apenas se estão dispostas no leiaute de forma a não se sobreporem ao texto. No entanto, ressaltamos aqui a necessidade de ser realizada, também, uma leitura das imagens, conferindo a integração recursos escritos + recursos imagéticos. Temos em destaque nessa figura os três principais sintomas da covid-19, quais sejam: febre, tosse e dificuldade para respirar. Para cada sintoma, foi inserida uma imagem para tornar a peça mais didática e chamativa para o público. Em uma leitura desatenta, pode não ser percebido que a imagem do terceiro sintoma – dificuldade para respirar – deveria ser a imagem dos pulmões, e não dos rins, como foi veiculado.

No exemplo da imagem a seguir, temos um texto sem inadequações gramático-textuais; no entanto, como divulgar um post falando dos benefícios do curso de Direito e, para compor a peça, trazer uma imagem que remete a cursos da área da saúde? A partir do exposto na Figura 4, mais uma vez, cabe destacar o quanto o revisor deve estar atento a aspectos além da gramática, verificando, também, a imagem inserida.

Figura 4 – Post de Instagram



Fonte: arquivo da autora

Segundo Van Leeuwen (2004), a coesão entre os elementos verbais e os visuais é geralmente reforçada pela relação entre imagem, tipografia e leiaute. Considerando essa coesão, em sua atuação com textos publicitários, o revisor não exerce um trabalho passivo ou puramente normativo, já que a verbo-visualidade possui um papel constitutivo na produção de sentidos. Assim, ao vermos essas categorias e regularidades da atuação do revisor, a partir de padrões de experiência, podemos ir além: esse profissional realiza também um trabalho semiótico, conforme analisaremos a seguir.

A revisão de textos publicitários tendo em vista a Semiótica Social e a multimodalidade

A teoria da Semiótica Social tem foco no processo de significação, sendo parte da construção social. Segundo Hodge e Kress (1988), citados por Natividade e Pimenta (2009), a Semiótica “é o estudo da semiose, dos processos e efeitos da produção, reprodução e circulação de significados em todas as formas, usados por todos os tipos de agentes da comunicação” (Hodge; Kress *apud* Natividade; Pimenta, 2009, p. 21). Na Semiótica, o foco do estudo é a noção de signo e, na Semiótica Social, o foco é no processo de produção desse signo. A escolha dessa teoria e do campo de estudos da multimodalidade visa às análises do trabalho do revisor de textos no domínio publicitário, indo além de aspectos gramaticais, mas verificando os textos como complexos multimodais que carecem de diversas camadas de leitura, além de compreensão e trabalho, entendendo que os textos publicitários vão ganhar completude nas ocasiões de seu uso e de sua confecção social, sendo objetos de discussão antes mesmo de chegar ao consumidor final.

Vejamos um exemplo de um banner a ser divulgado para alunos a fim de promover as inscrições abertas para um intercâmbio. Ao trabalhar com essa peça, a revisão solicitou, conforme Figura 5, a inserção de uma saliência, um emolduramento do texto verbal “Clique aqui”. Esse emolduramento em torno desse texto atrairia a atenção do leitor e sinalizaria que ali tem um botão clicável que levaria a uma página com mais informações.

Figura 5 – Banner para *site*



Fonte: arquivo da autora

Conforme Ribeiro (2016, p. 115), “o ‘poder semiótico’ (Kress, 2003) das pessoas se amplia, portanto, quando elas sabem que têm variados recursos para expressar algo”. O pedido da revisão

para inserir esse box expressa que essa escolha está relacionada às modulações possíveis na linguagem, buscando deixar a peça mais intuitiva para o leitor, como pode ser observado na Figura 6.

Figura 6 – Banner para site depois da revisão



Fonte: arquivo da autora

Considerando a leitura ativa do leitor/público-alvo de determinada comunicação, vale analisar, como nos apontam Kress e Van Leeuwen (2001), que o discurso afeta as escolhas na hora de se pensar no design; entretanto, o design afeta esse discurso novamente. Ademais, os significados se fazem presentes em todo momento de leitura, e não somente na leitura do texto escrito, da palavra.

Vejamos no próximo exemplo o trabalho desenvolvido pela revisão em um e-mail. O objetivo da comunicação era divulgar um projeto de acolhimento psicológico e convidar o público para preencher o formulário de participação.

Figuras 7 e 8 – E-mail antes da revisão e após a revisão



ACOLHIDA MENTE

O ACOLHIMENTO QUE VOCÊ PRECISA DURANTE SUA JORNADA ACADÊMICA.

Lembre-se: **você não está sozinho(a).**

O projeto AcolhidaMente tem como objetivo oferecer acolhimento psicológico para te ajudar em momentos desafiadores.

Para participar, é bem simples: basta acessar o formulário e preencher com as suas informações para que o nosso time entre em contato para marcar um horário. **Ah, e tem mais: você terá direito a quatro acolhimentos.**

QUERO ACESSAR O FORMULÁRIO

Estamos juntos nessa!





Alteração e-mail AcolhidaMente



ACOLHIDA MENTE

O ACOLHIMENTO QUE VOCÊ PRECISA DURANTE SUA JORNADA ACADÊMICA.

Lembre-se: **você não está sozinho(a).**

O projeto AcolhidaMente tem como objetivo oferecer acolhimento psicológico para te ajudar em momentos desafiadores.

Para participar, é bem simples: basta acessar o formulário e preencher com as suas informações para que o nosso time entre em contato para marcar um horário. **Ah, e tem mais: você terá direito a quatro acolhimentos.**

QUERO ACESSAR O FORMULÁRIO

Estamos juntos nessa!

Arte, tenho algumas sugestões:

- Será que podemos subir o “DA” do título? Como o nome do projeto é AcolhidaMente, acho melhor a quebra ser:
Acolhida
Mente

- Deixar em bold o trecho: Ah e tem mais: você terá direito a quatro acolhimentos

- E sobre a foto, estou em dúvida se será aprovada e se está condizente com a proposta, pois, como é acolhimento psicológico, não sei se do jeito que está remete à psicologia

Fonte: arquivo da autora

À esquerda, temos a primeira versão desenvolvida. A revisão, em seu trabalho, fez três ponderações, a saber: sobre a quebra silábica do título do projeto, pensando em uma melhor leitura e como esse nome chegaria ao leitor. Em vez de separar acolhidamente, a proposta foi separar acolhida-mente, já deixando a palavra “acolhida” em destaque no topo do texto. Foi pedido também um destaque em negrito em um trecho em que se julgou ser necessário chamar a atenção, referente à quantidade de acolhimentos que seriam oferecidos. Por fim, houve também uma sugestão relacionada à escolha da imagem principal que iria compor a peça.

Buscamos brevemente demonstrar aqui que o revisor de textos em seu ofício faz escolhas tendo em vista possíveis efeitos de sentido com vistas ao leitor; assim, esse profissional realiza uma leitura semiótica, em que a linguagem é percebida como um sistema de signos e a situação de comunicação é essencial para a leitura de um texto. De acordo com Gualberto e Pimenta (2019, p. 19), a Semiótica Social “defende o argumento de que todo signo é resultado do interesse do produtor do texto, o qual faz as escolhas que acredita ser mais adequadas ao seu propósito”. Kress (2015) entende que, em vez de discutirmos apenas a linguística aplicada, o ideal é estudar questões relacionadas à linguagem. Linguagens verbais, não verbais, híbridas: todas elas são multimodais e o significado se constitui em todas essas manifestações. Em um mundo social, cultural e semiótico, conforme Kress (2015), é necessário analisar como os sentidos são valorizados, promovidos e desenvolvidos em uma comunidade.

Considerações Finais

Após as breves análises apresentadas neste capítulo, podemos chegar a algumas conclusões: são vários os caminhos que o revisor de textos publicitários pode percorrer. Esse profissional, ao intervir em um texto, age primeiramente como leitor, dando sentidos tanto ao emitir suas considerações quanto na recepção desse texto. Podemos concluir que o trabalho do revisor vai além das conferências gramaticais, uma vez que é preciso considerar itens extratextuais e multimodais, analisando, dessa forma, o contexto de produção, de circulação e de recepção dos textos. Consideramos que, ao trabalhar com o discurso propagandístico,

o revisor de textos pode executar sua função considerando três etapas: a revisão de aspectos gramaticais e linguísticos; a revisão de elementos imagéticos; e a revisão multimodal à luz da Semiótica Social.

Esse profissional precisa saber gramática e precisa saber “desgramática”. Ademais, todo revisor tem seu traço e deve procurar realizar o melhor trabalho de acordo com o gênero textual a ser revisado. O revisor, inserido em um meio social, é também um sujeito atravessado pela pluralidade discursiva: temos diferentes discursos, diferentes modos de fazer sentido do mesmo aspecto da realidade, e as considerações desse profissional surgem primeiro a partir de sua percepção como sujeito-profissional tendo em vista também o sujeito-leitor/receptor da mensagem anunciada. E, como vimos, essas considerações podem ir além da gramática, já que, como afirma Freire (1989): “A leitura de mundo precede a leitura da palavra”.

Referências

- BAPTISTA, Patrícia Rodrigues Tanuri. Da interlocução à construção do ethos: a interação profissional entre autor e revisor de textos. **Scripta**, v. 19, n. 36, p. 369-385, 2015.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.
- GUALBERTO, Clarice Lage; PIMENTA, Sônia. Representações do feminino em protagonistas da Disney® sob uma ótica multimodal a partir da Semiótica Social. In: GUALBERTO, Clarice Lage; PIMENTA, Sônia (orgs.). **Semiótica social, multimodalidade, análises, discursos**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. p. 13-65.
- KRESS, Gunther. **Literacy in the new media age**. Abingdon: Routledge, 2003.
- KRESS, Gunther. Semiotic work. Applied Linguistics and a social semiotic account of Multimodality. **AILA Review** 28, 2015, p. 49-71.
- KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Multimodal discourse**. The modes and media of contemporary communication. Londres: Hodder Arnold, 2001.
- MACHADO, Carolina. **Manual de sobrevivência do revisor iniciante**. Belo Horizonte: Moinhos, 2018.
- MARTINS, Zeca. **Redação publicitária**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MONNERAT, Rosane. A imagem no discurso publicitário: texto verbal e não verbal podem estar em conflito? In: MENDES, Emilia (coord.). **Imagem e discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. p. 406-425.
- MUNIZ JÚNIOR, José de Souza. **Tinha um editor no meio do caminho**. 1. ed. Divinópolis (MG): Artigo A, 2018. 132 p. (Coleção Questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual).

NATIVIDADE, Cláudia; PIMENTA, Sônia. A Semiótica Social e a Multimodalidade. *In*: LIMA, Cássia Helena Pereira; PIMENTA, Sônia Maria de Oliveira; AZEVEDO, Adriana Maria Tenuta de (orgs.). **Incursões semióticas**: Teoria e Prática de Gramática Sistêmico Funcional, Multimodalidade, Semiótica Social e Análise Crítica do Discurso. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2009. Cap. 1 (Parte I). p. 21-29.

RIBEIRO, Ana Elisa. Multimodalidade e produção de textos: questões para o letramento na atualidade. **Signo**, Santa Cruz do Sul (RS), v. 38, n. 64, p. 21-34, jan. 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/3714>. Acesso em: 12 jan. 2023.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Textos multimodais**: leitura e produção. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

RIBEIRO, Ana Elisa. Multimodalidade e Letramento Digital: uma entrevista com Ana Elisa Ribeiro. Entrevista concedida a Geam Karlo-Gomes e Auricélia Pires de Vasconcelos Belarmino. **Texto Digital**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 281-289, jan./jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/article/view/75513/43948>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SALGADO, Luciana Salazar. **Quem mexeu no meu texto?** Divinópolis: Artigo A, 2017. (Coleção Questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual).

SOBRAL, Adail; BARBOSA, Vanessa Fonseca; Sobre tipos de revisão textual e suas redes enunciativas: uma proposta bakhtiniana. *In*: RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio; ASSIS, Juliana Alves (orgs.). **No ritmo do texto**. Divinópolis (MG): Artigo A, 2019. p. 17-39. (Coleção Questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual).

VAN LEEUWEN, Theo. Ten reasons why linguists should pay attention to visual communication. *In*: LE VINE, Philip; SCOLLON, Ron. **Discourse and technology**: multimodal discourse analysis. Washington D.C., Georgetown University Press, 2004, p. 7-19.

Intervenções realizadas no texto em processo de revisão

*Karla Geane de Oliveira*¹

*Ysabelly Campelo Lima da Cruz*²

Introdução

Neste trabalho, partimos do pressuposto de que a revisão do texto que se pretende publicar é importante para o refinamento de tudo o que foi produzido e de que esse processo, costumeiramente, ocorre em colaboração com o (a) autor (a), uma vez que este (a) entrega o texto para o (a) revisor (a), que vai fazer alterações e inserir emendas no material, podendo resultar em muitas idas e vindas, dependendo da necessidade. A partir do exposto, consideramos a revisão de textos como uma fase do processo editorial, aquela na qual um original que se pretende publicar passa por uma verificação que envolve aspectos linguísticos, que dizem respeito à estrutura interna do texto, quais sejam: gramaticais, ortográficos, semânticos e estilísticos; além do que, compreende singularidades referentes à sua normalização.

¹ Doutora em Estudos da Linguagem (UFRN). karla.oliveira@ufrn.br

² Graduada em Letras – Língua Portuguesa (UFRN). ysaclcruz@gmail.com

À vista disso, objetivamos discutir as intervenções realizadas no texto que se encontra em processo de revisão, focalizando as alterações feitas nele próprio, as marcações que o (a) autor (a) pode aceitar ou rejeitar o que foi alterado; as sugestões, já com propostas de mudança; bem como questionamentos para a reflexão do (a) autor (a) em balões de comentários. Para tanto, analisamos as respostas de um questionário aplicado com autores (as) cujas obras foram revisadas no Setor de Revisão e Diagramação do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Importa notar que o instrumento foi utilizado para trabalhos revisados nesse setor durante o período de 2015 a 2022.

Concernente aos pressupostos teóricos, este trabalho está ancorado nas conjecturas de Ribeiro (2016), de Salgado (2017) e de Martins Filho (2016). Esses estudiosos tomam o texto como objeto de estudo, a partir das muitas etapas que constituem as fases de lapidação de um material escrito até a sua publicação.

Quanto à sua organização, evidenciamos, inicialmente, o processo de revisão de textos e articulamos essa atividade de linguagem com o sujeito que a realiza, o(a) revisor(a); com as intervenções que são feitas nos originais durante a revisão, para promover a interação autor(a)/revisor(a); e com as ferramentas disponíveis para a realização desse tipo de abordagem textual. Posteriormente, apresentamos o quadro metodológico utilizado, refletindo as escolhas que contribuíram para o desenvolvimento do estudo que resultou neste artigo. Após isso, mostramos as análises das respostas recebidas, em decorrência do questionário enviado aos (às) autores (as), e promovemos o encadeamento dessas análises com os postulados teóricos já discutidos sobre o assunto. Na continuidade, destacamos as considerações finais referentes ao trabalho realizado.

Sobre o processo de revisão de textos

Escrever e revisar são práticas de uso da língua que estão presentes em diferentes atividades escolares. Isso se deve, principalmente, à aplicação de diretrizes cujo objetivo prima pelo ensino da língua portuguesa centrado no texto e em práticas sociais de leitura e de escrita. No mercado editorial, diferentemente do ambiente

escolar, a prática de revisão textual está em conformidade com o que aponta Ribeiro (2016, p. 71), “[...] tem propósitos bastante diversos daqueles que costumam se estabelecer em sala de aula, no ensino da escrita”.

No domínio editorial, é importante ressaltar que as fases de preparação de um livro para publicação são inúmeras, incluindo a revisão textual. Trata-se de uma operação necessária e que envolve a leitura atenta do material para realizar ajustes concernentes à ortografia, à gramática, à normalização e ao estilo; bem como para identificar e corrigir problemas de concordância, de regência, de sentido e de estrutura da obra, conforme postula Martins Filho (2016). Esse autor afirma ainda que “Haverá, em regra, a necessidade de realizar alguma interferência por parte de quem prepara/revisa o texto, seja para corrigir erros ortográficos, normalizar ou mesmo fazer determinadas marcações com o objetivo de esclarecer a estruturação do texto” (Martins Filho, 2016, p. 151-152).

Em cada etapa desse processo de edição de um livro estão envolvidos diferentes profissionais. Eles mobilizam conhecimentos distintos, e o que se observa é que mesmo as formas de tratamento do registro escrito remetendo a práticas antigas, “[...] as formas atuais de tratamento dos textos que se preparam para ir a público, [...] revelam o quanto o original de um autor, no longo processo que o transforma em publicação, movimenta-se, passando por diferentes olhares e cuidados” (Salgado, 2017, p. 14-15).

A esse respeito, Martins Filho (2016, p. 151) considera que “É comum alguns autores, ao entregarem seus originais, afirmarem que o seu texto está pronto e que não precisa de revisão”. Por acreditarem que têm vasta experiência com a escrita de textos, ou até mesmo com a publicação de livros, não julgam necessário submeter os seus escritos ao olhar de um indivíduo, ou a uma fase editorial, que, propositalmente, vai buscar desvios e inadequações em suas produções, muitas vezes tão caras.

Neste artigo, a revisão é tomada como uma das etapas do processo de produção editorial. Etapas que envolvem, entre outros pontos, editar, preparar e diagramar o material que será publicado. A revisão e a preparação, nesse cenário, são partes desse processo de edição e, segundo Ribeiro (2016, p. 63), “A linha que separa

preparar de revisar textos é imprecisa e, atualmente, teve sua inexatidão aumentada pelas tecnologias digitais [...]”.

Além disso, Ribeiro (2016, p. 64) situa “[...] os profissionais de edição como figuras centrais na produção das obras [...]” e declara que “Entre esses profissionais está o revisor de textos, também chamado por alguns de ‘corretor’” (Ribeiro, 2016, p. 64). Nessa direção, Salgado (2017, p. 14) afirma que o revisor de textos é um “[...] leitor profissional que dá tratamento aos textos que se destinam à publicação [...] conforme designação mais recorrente no mercado editorial”.

A intervenção de um profissional de revisão no texto alheio, visando à publicação, é uma parte imprescindível do ciclo editorial. Para Martins Filho (2016, p. 152), “[...] um original sempre apresenta alguns erros [...] além de vários tipos de incorreções: ambiguidades, problemas de concordância ou regência, frases sem sentido, saltos, cacofonias, pontuação inconsistente, redundância etc.”.

Sob essa ótica, Ribeiro (2016, p. 69-70) explica que “Os tipos de intervenção que os profissionais de revisão fazem nos textos também são objeto de discussão e pesquisa. Normalização, correção ortográfica, sintática e estrutural são aspectos formais comumente tocados pelo revisor”. Vale acrescentar que o tipo de intervenção, no trabalho de revisão textual, depende também do tipo de interação que o revisor pode ter com o autor no espaço do fluxo editorial de publicação, bem como dos propósitos da revisão. Cabe assinalar, da mesma forma, que “[...] as práticas editoriais costumam regular a atuação desses profissionais em relação aos tipos de intervenção preferíveis em cada etapa da produção” (Ribeiro, 2016, p. 71). Já quanto ao grau de interferência do revisor na obra, consoante Martins Filho (2016, p. 170), “[...] corresponde à finalidade intrínseca de cada obra e vai depender do tipo de escrito que lhe apresenta”.

A esse respeito, é mister considerar algumas estratégias para a revisão de textos no tocante aos tipos de correção propostos por Serafini (1989). Em uma perspectiva ampla, temos: a) correção indicativa – que marca os problemas encontrados no texto, indicando as alterações propostas; b) correção resolutiva – que resolve os problemas encontrados no texto, visando preencher

lacunas e solucionar problemas; c) correção classificatória – que utiliza metalinguagem para indicar os problemas, fazendo uso de determinadas classificações para destacar e diferenciar as inadequações. Para mais, Ruiz (2001) propõe outro tipo de correção – a revisão interativa, que se constitui no diálogo com o autor, ancorada em sugestões e na discussão de aspectos do texto, sendo necessária maior reflexão sobre trechos do material que precisam de mudanças para alcançar o melhor resultado.

Essas estratégias são formas tanto de intervir na produção escrita como de dialogar com o autor. De acordo com Ribeiro (2016, p. 73), “[...] a depender dos propósitos da revisão, a interação e a negociação entre autor e revisor têm muito mais implicações do que a simples ‘correção’, para a qual não haveria contra-argumentos, dado que ela estaria fundamentada na inexorável ‘gramática tradicional’”.

Convém destacar que o texto passou a ser uma atividade central para muitos profissionais e o avanço da tecnologia tem proporcionado diversas ferramentas para a edição desse objeto. Nesse decurso, os profissionais dessa área passaram a contar com programas de edição. Conforme relata Martins Filho (2016, p. 168), com o uso desses programas,

[...] as mudanças são sinalizadas por recursos gráficos próprios do programa, que indicam a supressão ou a inserção de letras, sinais, palavras ou trechos, bem como alterações no tamanho da fonte, no espaçamento entre as linhas, nos realces gráficos etc. As dúvidas dirigidas ao autor, ou mesmo ao editor, podem ser feitas por meio de comentários, inseridos via ferramenta especial do programa, ou no próprio texto entre colchetes [...].

Tomando Ribeiro (2016, p. 75), ao afirmar que “Os níveis de negociação com o autor e o debate sobre o texto são muitos [...]”, com o uso do computador, e de programas adequados de edição de textos, as intervenções realizadas nos originais em processo de revisão ganham a possibilidade de interações múltiplas: as alterações já podem ser feitas no próprio texto; também podem ser feitas marcações que o(a) autor(a) aceita ou rejeita, no próprio material, o que foi alterado; podem ser introduzidos comentários, os quais permitem enviar sugestões, já com propostas de mudança;

bem como podem ser inseridos, ainda, questionamentos para a reflexão do(a) autor(a), no processo de diálogo com o(a) revisor(a).

Metodologia

No Setor de Revisão e Diagramação do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a revisão de textos é realizada utilizando o computador, com um programa de edição de textos, o qual apresenta recursos que possibilitam a correção interativa, sem excluir, quando necessário, os demais tipos de correção já discutidos neste trabalho: indicativa, resolutive e classificatória. Segundo Martins Filho (2016, p. 168), “No computador, a preparação deve ser feita usando-se um programa de edição adequado, em que as correções possam ser vistas e avaliadas pelo editor”. Da mesma forma, é muito importante que o (a) autor(a) tenha ciência das alterações feitas na sua produção, quando esta se encontra na fase de revisão.

Para a coleta dos dados analisados, aplicamos um questionário aos autores(as) cujas obras foram revisadas nesse setor, entre 2015 e 2022. No questionário, composto de sete questões, foram utilizadas perguntas abertas e fechadas. As abertas, uma vez que são exploratórias, proporcionaram a oportunidade de obter pontos de vista relacionados à temática em questão. Já as fechadas, em que os respondentes precisaram escolher entre as opções apresentadas, evidenciaram dados quantitativos relevantes sobre o assunto.

O questionário, em formulário Google, foi enviado para os(as) autores(as) por e-mail e por WhatsApp. Os(as) autores(as), ao responderem o formulário, não precisavam se identificar. Ademais, foram informados(as) de que o instrumento fazia parte de uma pesquisa sobre revisão textual e de que os resultados seriam apresentados no V Fórum Nacional de Revisão de Textos, programado para acontecer nos dias 24 e 25 de novembro de 2022, na UFRN.

As perguntas, que integraram o questionário aplicado, focalizaram:

- a) a etapa de revisão do texto que se pretende publicar
– considerando esta como muito importante para o

refinamento de tudo o que foi produzido. Nessa direção, o questionamento foi: *quais as expectativas do(a) autor(a) em relação ao trabalho do(a) revisor(a)?*

- b) a revisão de texto como uma atividade que vai além de detectar desvios gramaticais, ortográficos, entre outros, que prejudicam a construção de sentidos – ressaltando que, ao se apropriar de um material para revisar, o profissional do texto necessita de um conjunto de informações que subsidiará as intervenções necessárias. Assim, o questionamento foi: *como o(a) autor(a), ao enviar materiais para revisão, costuma encaminhar junto informações adicionais sobre o texto?*
- c) as intervenções feitas em um texto que se encontra em processo de revisão – apontando que podem ser diversas: alterações já feitas no próprio texto, marcações que o(a) autor(a) aceita ou rejeita o que foi alterado, sugestões, já com propostas para mudança, bem como questionamentos para a reflexão do(a) autor(a). Diante desse contexto, o questionamento foi: *para que a revisão contribua de forma eficaz visando à melhoria da qualidade do texto, as alterações que implicam reescrita do texto devem ser feitas diretamente no texto ou acrescentadas como sugestões em balões de comentário, para posterior avaliação?* Para essa pergunta, foi solicitado também que os(as) respondentes justificassem a sua resposta;
- d) o processo de revisão de um texto que, costumeiramente, ocorre em colaboração com o(a) autor(a) – um processo que pode ser composto de muitas idas e vindas, dependendo da necessidade e da disponibilidade de ambos, uma vez que o(a) autor(a) entrega o texto para o(a) revisor(a), que vai fazer alterações e emendas no material, e devolvê-lo. Nesse processo, o questionamento foi: *qual a compreensão do(a) autor(a) do trabalho realizado pelo(a) revisor(a)?*
- e) a melhoria da qualidade do texto, no processo de revisão – para tanto, foram elencadas sugestões/alterações que são realizadas durante esse processo, para que os(as) respondentes escolhessem as mais significativas. Foram listadas sugestões/alterações *semânticas, estilísticas, na*

estruturação de parágrafos, gramaticais, ortográficas e de normalização;

- f) as experiências dos(as) autores(as) com trabalhos para publicação e que foram revisados – os(as) respondentes precisaram indicar situações nas quais ficaram muito satisfeitos, no tocante aos trabalhos realizados, entre as listadas a seguir: *Os textos revisados atendem às suas expectativas? Conseguiu compreender as alterações/sugestões realizadas pelo(a) revisor(a) no texto? Em que proporção as observações enviadas sobre o texto antes da revisão foram consideradas pelo(a) revisor(a)? As intervenções, alterações já realizadas diretamente no texto, feitas pelo(a) revisor(a) durante a revisão textual, foram significativas para a melhoria da qualidade do texto? Até que ponto as intervenções, sugestões do(a) revisor(a) em balões de comentários para análise do(a) autor(a) e posterior alteração no texto, feitas pelo(a) revisor(a) durante a revisão textual foram relevantes?*
- g) as principais dificuldades para ajustar o texto ao que é proposto pelo(a) revisor(a), na etapa de revisão textual – destarte, foram pontuadas questões relativas à *semântica, à estilística, à estruturação de parágrafos, à gramática, à ortografia e à normalização*, para a escolha dos(as) autores(as).

Os dados coletados com a aplicação do referido questionário estão expostos de duas maneiras diferentes: a) por meio de quadros, discutidos à luz dos referenciais sobre revisão textual que ancoram este debate; b) com o uso de gráficos, a partir dos quais são exibidos percentuais que permitem identificar informações relevantes sobre a atuação do (a) revisor (a) no texto em revisão.

Análises

o interesse deste trabalho recai sobre os tipos de intervenção no material recebido para revisão, de modo particular: as alterações feitas no próprio texto; as marcações que o(a) autor(a) pode aceitar ou rejeitar o que foi alterado; as sugestões, já com propostas de

mudança; e os questionamentos para a reflexão do(a) autor(a) que são inseridos nos textos, mediante comentários. Está ainda respaldado nos pressupostos de Martins Filho (2016, p. 170), quanto ao que designa como grau de interferência crescente no texto, que pode ir desde “[...] a normalização da escrita e das características textuais, passando por interferências no estilo, e chegar ao copidesque”.

Considerando as respostas referentes à pergunta sobre as expectativas do(a) autor(a) em relação ao trabalho do(a) revisor(a), os dados mostraram que são expectativas que abraçam as alterações já feitas no próprio texto. Essas intervenções dizem respeito às correções de problemas encontrados no material em revisão e que já são resolvidos pelo(a) revisor(a). Conforme explica Serafini (1989), essa ação diz respeito à correção do tipo resolutiva. Vejamos o Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Respostas à pergunta: quais as expectativas do(a) autor(a) em relação ao trabalho do(a) revisor(a)?

RESPOSTAS
A expectativa teve correspondência no trabalho efetuado.
Que o produto final da revisão qualifique o texto apresentado, no sentido da correção e da adequação ortográfica e gramatical.
Precisão e agilidade. Além disso, respeito à redação original, ou seja, atente-se exclusivamente aos erros gramaticais, de normalização, de digitação etc. Também dar sentido ao que não tem sentido.
Revisão de texto, indicar ausência de referência, normas da ABNT.
As expectativas são de uma revisão detalhista que busque corrigir erros e, caso não os encontre, que possa auxiliar na clareza e refinamento do texto.
Sempre tenho como expectativa que o revisor observe as questões de ordem linguística que comprometem o nível semântico, as relações textuais, discursivas e enunciativas, a fim de que enquanto autora, colabore para que o interlocutor interaja com o texto, conseguindo alcançar o máximo de informação.

Fonte: questionário aplicado com autores(as) cujas obras foram revisadas no Setor de Revisão e Diagramação do CCHLA da UFRN, entre 2015 e 2022

No Setor de Revisão e Diagramação do CCHLA, as alterações já feitas no próprio texto reparam, preferencialmente, erros

ortográficos, gramaticais e normalizam, tanto estabelecendo critérios para que casos semelhantes recebam soluções semelhantes quanto atendendo a critérios técnicos já estabelecidos previamente em fases anteriores do processo de editoração. Essas alterações são realizadas no texto, por meio de marcações, para que o autor tenha ciência do que foi alterado. Isso pode ser feito com o uso de ferramentas de revisão textual do programa de edição de textos utilizado ou com marcação em cores diferentes do texto do autor para destacar as exclusões e as inserções feitas.

Levando em conta as respostas referentes à pergunta sobre se, como autor(a), ao enviar materiais para revisão, costuma encaminhar junto informações adicionais sobre o texto, verificamos que esse tipo de informação não costuma ser encaminhada ao(a) revisor(a) sem prévia solicitação. O encaminhamento dessas orientações, concomitantemente ao material a ser revisado, auxilia o trabalho de revisão no que diz respeito às marcações que o(a) autor(a) pode aceitar ou rejeitar o que foi alterado pelo(a) revisor(a). Essas marcações se referem, por exemplo, a problemas de padronização identificados por revisores no texto e que são marcados para serem visualizados e avaliados pelo(a) autor(a). Nesse sentido, conecta-se à revisão do tipo indicativa, segundo Serafini (1989). Vejamos o Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Respostas à pergunta: como autor(a), ao enviar materiais para revisão, costuma encaminhar junto informações adicionais sobre o texto?

RESPOSTAS
O diálogo vai rolando e as coisas tomando forma.
Não. Contudo, não hesito em apresentá-las quando solicitado.
Não. Apenas se perguntado ou solicitado.
Envio o nome do periódico em que o artigo vai ser publicado para ter as normas a serem seguidas.
Não costumo encaminhar junto informações sobre o texto.
Não.

Fonte: questionário aplicado com autores(as) cujas obras foram revisadas no Setor de Revisão e Diagramação do CCHLA da UFRN, entre 2015 e 2022

O grau de interferência dessas marcações corresponde às especificidades, bem como à finalidade, da obra em revisão, objetivando identificar pontos da estrutura interna do próprio texto. São marcações que podem ser feitas com o uso de recursos do programa de edição de textos utilizado, em que o(a) autor(a) já pode aceitar ou rejeitar, com as ferramentas do próprio programa. Ademais, é imprescindível para o(a) revisor(a) conhecer as especificidades do texto que vai revisar e é o(a) autor (a) quem deve, a priori, encaminhar esse conteúdo, visando à melhoria da qualidade das interferências realizadas no texto.

Tendo em vista as respostas referentes à pergunta sobre se as alterações que implicam reescrita do texto devem ser feitas diretamente no texto ou acrescidas como sugestões em balões de comentário, para posterior avaliação, a predominância foi para que essas alterações sejam encaminhadas para o(a) autor(a) em balões de comentários, para posterior avaliação da sugestão de modificação encaminhada. As sugestões, já com propostas de mudança, correspondem às alterações que resultam no diálogo que é estabelecido com o(a) autor(a) durante a etapa de revisão do texto, envolvendo as sugestões do que se pretende modificar – com vista à melhoria da qualidade do que está sendo trabalhado –, e as propostas para as mudanças sinalizadas. Em relação aos tipos de revisão, sugestões de mudança textual se relacionam com a revisão interativa, pelo que apresenta Ruiz (2001). Vejamos o Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 – Respostas à pergunta: as alterações que implicam reescrita do texto devem ser feitas diretamente no texto ou acrescidas como sugestões em balões de comentário?

RESPOSTAS
Balões é uma boa, visualização legal e aceite ou não é decisão do autor.
No texto, como sugestão, pois agiliza o trabalho e oferece melhor avaliação da procedência da alteração proposta.
Tanto faz.
Como sugestão porque é importante saber o que será alterado
Acredito que as alterações que implicam reescrita do texto devem ser acrescidas como sugestões em balões de comentário. Isso porque, a partir da sugestão do revisor, o autor consegue expressar melhor aquilo que desenvolve em seu texto. No caso em que o(a) revisor(a) faz as alterações diretamente no texto, pode ser que ele(a) não consiga expressar aquilo que o autor gostaria que seu texto transparecesse a partir da modificação.
Acrescidas como sugestão, a autoria é de quem produziu o texto. Cabe à/ ao autor(a) decidir.

Fonte: questionário aplicado com autores(as) cujas obras foram revisadas no Setor de Revisão e Diagramação do CCHLA da UFRN, entre 2015 e 2022

Trata-se de inserções que podem ser feitas com o uso de recursos do programa de edição de textos utilizado, sempre respeitando o conteúdo e a autonomia do(a) autor(a) e primando pela qualidade do que vai ser publicado. Além disso, oportunizam boa visualização tanto das partes do texto que estão sendo apontadas como das que precisam de mudanças quanto às sugestões já apresentadas.

No tocante às respostas concernentes à pergunta sobre qual a compreensão do(a) autor(a) do trabalho realizado pelo(a) revisor(a), o entendimento foi de que o trabalho de revisão se trata de uma parceria entre autor(a) e revisor(a), estabelecida mediante o diálogo que ocorre nessa fase de produção editorial, além de visar à melhoria da qualidade da publicação. No diálogo que se estabelece entre autor(a) e revisor(a), durante a fase de revisão, os questionamentos para a reflexão do(a) autor(a), em comentários no texto, desencadeiam uma revisão interativa, segundo o que preconiza Ruiz (2001) sobre o assunto. São interações muito importantes, uma vez que correspondem a questões que o(a) autor(a) precisa refletir sobre elas e avaliá-las. Vejamos o Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Respostas à pergunta: qual a compreensão do(a) autor(a) do trabalho realizado pelo(a) revisor(a)?

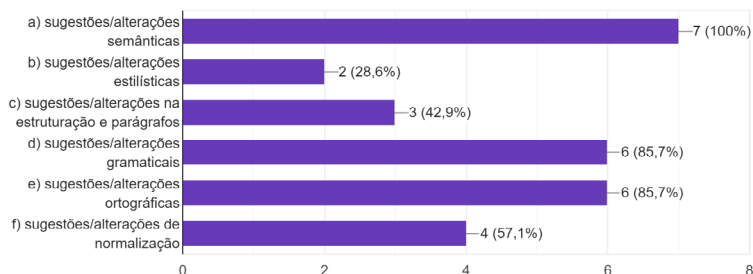
RESPOSTAS
Excelente, tudo flui de maneira legal.
A de que as idas e vindas têm em vista a excelência do trabalho sob revisão.
Excelente, sempre gentil e cuidadosa.
De parceria. O revisor assume papel de excelência na etapa final do artigo.
A compreensão do trabalho realizado pelo revisor foi ótima. Estava tudo marcado em cores e explicado, muito claro para o entendimento.
Não posso falar, além de mim, mas entendo que o trabalho do revisor é cooperativo, conforme descrevi na resposta anterior.

Fonte: questionário aplicado com autores(as) cujas obras foram revisadas no Setor de Revisão e Diagramação do CCHLA da UFRN, entre 2015 e 2022

Trata-se de inserções que podem ser feitas com o uso de recursos do programa de edição de textos utilizado, e que são capazes de iniciar o diálogo com quem publica e quem revisa, com o intuito de fazer pensar e repensar questões que serão dadas à leitura da sociedade. Nessa fase, é necessário que se chegue a consensos para que os problemas identificados no texto sejam abordados, refletidos e, posteriormente, possa ser encontrada a melhor solução para resolvê-los.

Recorrendo ao questionário utilizado, também foi possível apurar outras questões relacionadas ao processo de revisão textual, entre elas, quais sugestões/alterações realizadas no texto, no meio das abordadas neste estudo – semânticas, estilísticas, na estruturação de parágrafos, gramaticais, ortográficas e de normalização –, os(as) autores(as) consideram mais significativas. Das opções de sugestões/alterações disponibilizadas, as da ordem da semântica foram unanimidade entre os(as) respondentes (ver Figura 1, a seguir).

Figura 1 – Respostas à pergunta: quais sugestões/alterações realizadas no texto, entre as abordadas neste estudo (semânticas, estilísticas, na estruturação de parágrafos, gramaticais, ortográficas e de normalização) considera mais significativas?

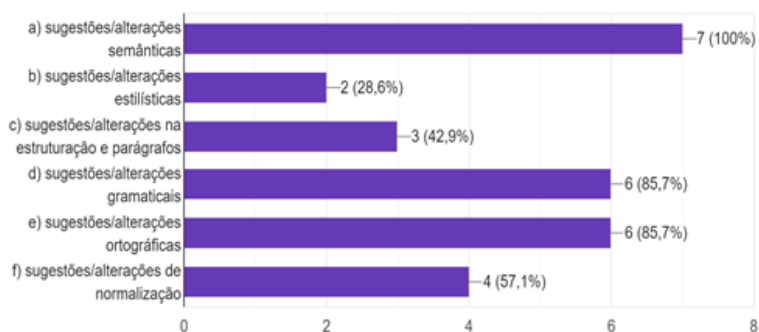


Fonte: questionário aplicado com autores(as) cujas obras foram revisadas no Setor de Revisão e Diagramação do CCHLA da UFRN, entre 2015 e 2022

A compreensão do que está sendo posto para publicação é muito importante. No decorrer disso, o(a) revisor(a), como leitor profissional responsável pelo tratamento do texto, bem como o(a) autor(a), deve sempre priorizar a clareza da obra. A relevância da construção de sentidos no texto reside na resolução de vários tipos de incorreções, entre elas, as ambiguidades, as frases de sentido duvidoso, as redundâncias, as quais prejudicam tanto a qualidade da compreensão do que vai ser lido, como a qualidade da publicação.

O questionário também focalizou o nível de satisfação do(a) autor(a) diante das intervenções feitas nos textos revisados. Nesse caso, as sugestões em balões de comentários foram apontadas como as que mais atendem aos anseios desses sujeitos. É um tipo de intervenção que abre o diálogo para o trabalho com o texto (ver Figura 2, a seguir).

Figura 2 – Respostas à pergunta: em quais situações ficou muito satisfeito, no tocante ao trabalho de revisão realizado?

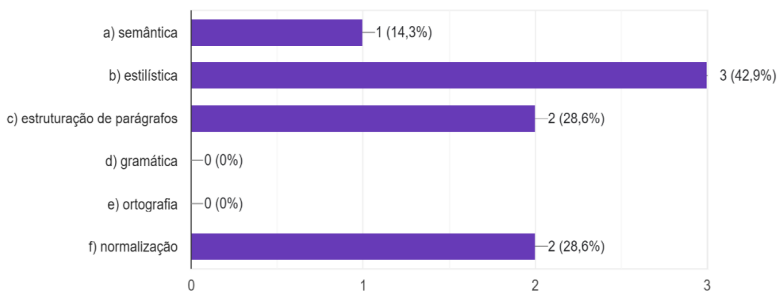


Fonte: questionário aplicado com autores(as) cujas obras foram revisadas no Setor de Revisão e Diagramação do CCHLA da UFRN, entre 2015 e 2022

As intervenções/sugestões do(a) revisor(a) que são sinalizadas por intermédio de balões de comentários no material escrito que está sendo analisado são as que requerem mais reflexão sobre trechos desse texto em revisão. Via de regra, elas ocorrem quando o fica com o sentido comprometido ou precisa ser aprimorado de acordo com a visão de um leitor profissional, o(a) revisor(a).

Uma nova inquietação relacionada à temática abordada e que foi trazida pelas respostas do questionário usado tratou das dificuldades encontradas pelos(as) autores(as) para ajustar o seu texto com o que é proposto pelo(a) revisor(a). Nessa situação, as questões referentes à estilística predominaram. São questões que requerem determinado cuidado, tanto pela qualidade da produção quanto pelo manuseio do idioma na sua modalidade escrita (ver Figura 3, a seguir).

Figura 3 – Respostas à pergunta: quais as principais dificuldades para ajustar o texto com o que é proposto pelo(a) revisor(a)?



Fonte: questionário aplicado com autores(as) cujas obras foram revisadas no Setor de Revisão e Diagramação do CCHLA da UFRN, entre 2015 e 2022

Esse ajuste de que trata a pergunta da Figura 3 é um momento da revisão que pressupõe normalizações, atenção ao léxico, à sintaxe, sem desprender-se de correções de informações disponibilizadas no texto. Carece de um trabalho com muitas pesquisas e interação entre autor (a) e revisor (a), uma vez que nem tudo o que se pretende corrigir está ancorado didaticamente nos pressupostos gramaticais já estabelecidos e utilizados. Trata-se de uma importante fase de tomada de decisões para melhorar a qualidade do texto e evitar erros e problemas que venham a comprometer a qualidade da obra.

Notamos, portanto, que as práticas de revisão de textos que abrem opções para que o (a) autor (a) também esteja participando ativamente do processo são as que repercutem mais positivamente, frente ao trabalho de aperfeiçoamento do texto, alusivo aos princípios editoriais, para publicação. Observamos, nesse contexto, a preocupação do (a) autor (a) com o tipo de interferência que vai ser realizada na ocasião da revisão. Consideramos uma preocupação relevante e que suscita uma questão sobremaneira pertinente, que diz respeito a como se dá o primeiro contato do (a) revisor (a) com o material a ser revisado, da mesma forma, como acontece a contextualização desse material para o (a) revisor (a), seja pelo (a) autor (a) ou por outro (a) profissional do processo editorial ao qual o original está submetido.

Verificamos, além do mais, na Figura 3, outras preocupações, da parte de quem envia um texto para revisão: as questões referentes à semântica e ao estilo. A semântica, partindo do princípio da construção de sentidos, se refere a intervenções no texto sempre necessárias, quando o objetivo é desfazer possíveis obstáculos para a compreensão da informação dada. Já o estilo é uma preocupação que envolve elementos mais pontuais, tal como adentrar as particularidades linguístico-textuais do (a) autor (a) e as implicações disso para as reflexões acerca da autoria.

Considerações Finais

Todas as intervenções realizadas no texto em processo de revisão desempenham um papel importante na melhoria da qualidade da publicação. Elas dependem da finalidade do texto, seja alterações já feitas no próprio texto; seja marcações que o (a) autor (a) pode aceitar ou rejeitar o que foi alterado; seja sugestões, já com propostas de mudança; seja questionamentos para a reflexão do (a) autor (a) em comentários.

Os resultados deste estudo indicam que a interação autor/revisor é imprescindível para a melhoria da qualidade do texto. Ademais, revelam que as intervenções que advêm desse diálogo são bem aceitas pelo (a) autor (a) e vistas como uma colaboração para a qualificação do texto, para que o interlocutor estabeleça com este uma interação satisfatória e para que retire dele o máximo de conhecimento.

Referências

MARTINS FILHO, Plínio. **Manual de editoração e estilo**. São Paulo: Edusp, 2016.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Em busca do texto perfeito**: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. Divinópolis: Artigo A, 2016.

RUIZ, Eliana Donaio. **Como corrigir redações na escola**: uma proposta textual-interativa. São Paulo: Contexto, 2010.

SALGADO, Luciana Salazar. **Quem mexeu no meu texto**: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. Divinópolis: Artigo A, 2019.

SERAFINI, Maria Teresa. **Como escrever textos**. Tradução de Maria Augusta Bastos de Mattos. São Paulo: Globo, 1989.

Revisão e Acessibilidade: estudo de caso

Licia Rebelo de Oliveira Matos¹

Mariana Caser da Costa²

Em janeiro de 2021, servidores do setor de Material Didático da Fundação Cecierj foram convocados para trabalhar na produção do e-book *Acessibilidade em museus e centros de ciências: experiências, estudos e desafios*. Organizado pela divulgadora científica Jessica Norberto Rocha, em parceria com o Grupo Museus e Centros de Ciências Acessíveis (MCCAC), o projeto reuniu 32 artigos de pesquisadores do Brasil inteiro sobre exposições e espaços acessíveis em museus dedicados à ciência. Naquele momento, o mundo vivia com intensidade a pandemia de covid-19, a vacinação no Brasil estava começando a passos lentos e ainda passaríamos pelos piores dias dessa doença em número

¹ Licia Rebelo de Oliveira Matos é revisora do quadro permanente de servidores da Fundação Cecierj desde 2014. Atua no setor de Material Didático Impresso preparando originais e revisando materiais elaborados, sobretudo, no âmbito do Consórcio Cederj. É doutora e mestre em Literatura Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4537614671584911>. Contato: liciamatos@gmail.com.

² Mariana Caser da Costa é revisora do quadro permanente de servidores da Fundação Cecierj desde 2014. Atua no setor de Material Didático Impresso preparando originais e revisando materiais elaborados, sobretudo, no âmbito do Consórcio Cederj. É doutora em Literatura Comparada e mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal Fluminense. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9457833698345378>. Contato: caser.mariana@gmail.com.

de mortes e em ausência de leitos hospitalares, de oxigênio e de deferência às orientações dos cientistas para o combate ao vírus.

Nesse contexto, o corpo de servidores da Fundação Cecierj, dada a natureza de suas funções e graças ao intenso diálogo travado entre a categoria e a presidência da instituição, foi um dos poucos a trabalhar em regime remoto durante todo o período crítico da pandemia, como ocorreu nas universidades, cujas comunidades também gozaram desse direito. Assim, o projeto do e-book foi levado à frente em meio a muitas reuniões por videoconferência, intensa troca de e-mails e de mensagens no WhatsApp. Foi nessa conjuntura que se deu a urgente produção dessa obra, para a qual se dedicaram todas as então cinco revisoras do setor, além de designers gráficos e ilustradores.

A Fundação Cecierj é um órgão ligado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado do Rio de Janeiro que desenvolve vários projetos relacionados à educação e à ciência, que listamos na sequência. O Consórcio Cederj oferece cursos de graduação a distância, em parceria com as universidades públicas fluminenses. Já a divulgação científica conta com feiras de ciências fixas e itinerantes, publicações e o Museu Ciência e Vida, um dos quatro museus existentes na Baixada Fluminense (Lugares, [20-?]). Por sua vez, a Rede CEJA (Centros de Educação de Jovens e Adultos) é um projeto de ensino básico ligado à Secretaria de Educação. A extensão oferece cursos de formação continuada para professores da rede pública e, finalmente, o PVC é o pré-vestibular social da Cecierj.

Em razão da falta de concursos públicos na instituição – o último foi em 2013 – da grande evasão de servidores ocorrida nos últimos anos, especialmente durante a crise do estado do Rio de Janeiro, em 2016/2017, e da não existência de um planejamento estratégico do órgão, há poucos profissionais de preparação e revisão disponíveis para dar conta dos inúmeros materiais textuais veiculados pela Cecierj. A equipe lotada no setor de Material Didático é a maior delas: em janeiro de 2023, somos três profissionais. Assim, no âmbito da Fundação, quando se considera a necessidade de revisar quaisquer publicações, mesmo que não configurem material didático, é para o nosso setor que vêm as principais demandas.

Neste capítulo, propomos um estudo da experiência que tivemos – especificamente entre o corpo de revisoras de material didático em exercício de sua função no primeiro semestre de 2021 – com o *e-book* *Acessibilidade em museus e centros de ciências*. Relataremos o processo de preparação de originais dos artigos que o compõem, as trocas de informações com os autores e as discussões geradas, na ocasião, dentro da própria equipe.

Ciente da importância do projeto que desenvolvia, a organizadora Jessica Norberto Rocha solicitou à chefia do setor de Material Didático que o *e-book* tivesse um tratamento editorial completo, sendo a primeira etapa a preparação dos originais. Foi, então, organizada uma planilha no setor para indicar a distribuição dos artigos entre as profissionais – que foi feita de forma aleatória, à medida que chegavam – e a fase em que cada um estava.

Figura 1 – Planilha de organização das tarefas de editoração do livro *Acessibilidade em museus e centros de ciências: preparação de originais, diagramação, revisão e fechamento do arquivo*

Arquivo	Rev_1	Diagramação	Rev_diagramado	Finalizado por
Abreu_Norberto Rocha	Beatriz		Rosane	
Aidar	Beatriz		Licia	
Assis	Beatriz		Rosane	
Barral_Giraud_Rumjanek	Beatriz		Licia	
Bastos et al.	Beatriz		Rosane	
Castro et al.	Beatriz		Rosane	
Chalhub_Gomes	Beatriz		Mariana	
Correia_Campos_Rocha	Beatriz		Mariana	
Costa_Lameirão_Gitsin	Licia		Rosane	
Fernandes_Norberto Rocha	Licia		Rosane	
Gomes	Licia		Yana	
Gomes_Reis	Licia		Beatriz	
Heck_Ferraro	Licia	Duplicado	Mariana/ Rosane	
Lopes et al.	Licia		Yana	
Machado_Modesto_Roitberg	Mariana			
Machado_Pedrosa	Mariana		Licia	
Machado	Mariana		Rosane	
Mendonça_Siqueira	Mariana		Licia	
Monteiro	Mariana		Beatriz	
Nogueira_Silva_Enne	Mariana		Beatriz	
Oliveira_Farias	Rosane		Yana	
Oliveira	Rosane		Beatriz	
Passos dos Santos et al.	Rosane		Licia	
Passos dos Santos_Norberto Rocha	Rosane		Yana	
Pereira_Zanete	Rosane		Yana	
Romero	Rosane		Beatriz	
Sarraf	Yana		Beatriz	
Savelli	Yana		Mariana	
Schuindt_Silveira	Yana		Beatriz	
Souza	Yana		Licia	
Toledo- Quiroga_Gonzales_Siqueira	Yana	Disponível para revisão		
Tomaz Silva_Norberto Rocha	Yana		Licia	
Lista de autores	Licia		-----	
Créditos e apresentação	Licia		-----	
Audiodescrições	Mariana		-----	

Fonte: elaboração da equipe de preparação e revisão de textos do setor de Material Didático da Fundação Cecierj (2021).

Logo no início do trabalho de preparação, o contato com os textos gerou a necessidade de algumas diretrizes: as profissionais

envolvidas pediram, então, à responsável pelo livro, orientação sobre eventuais questões linguísticas e de formatação que deveriam ser respeitadas na obra. Tendo em vista que a acessibilidade deveria ser garantida tanto em seu tema quanto em sua forma, esse guia era essencial e contribuiria também para o estabelecimento mais eficaz de um padrão no material, uma vez que, em razão da urgência do projeto, havia muitas revisoras atuando juntas, ou seja, muitas cabeças e formas de pensar e trabalhar.

A lista de diretrizes então encaminhada à equipe dizia respeito, especialmente, à terminologia mais atualizada e adequada para se referir aos diversos tipos de deficiências abordados nos artigos. Além de indicar para consulta a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI/ 2015), legislação mais recente no que diz respeito a esse assunto, a organizadora do projeto também fez orientações referentes ao uso político de alguns termos:

Há diferença entre pessoa com deficiência visual e cego – então deixar como o autor colocou ou se tiver dúvida, sinalizar.

Há diferença entre pessoa com deficiência auditiva e Surdo – geralmente se usa Surdo com letra maiúscula para o sentido de comunidade, ou seja, além daquela pessoa ter deficiência auditiva/ surdez ela se identifica como tal e está inserida em uma comunidade, que tem sua língua própria (Libras), sua cultura etc. Então é preciso tentar entender se se fala de surdos em geral ou pessoas com deficiência auditiva ou Surdo como parte de uma comunidade, sim? – então deixar como o autor colocou ou se tiver dúvida, sinalizar (Rocha, 2021b).

Ficou evidente, especificamente a partir da leitura de tais instruções, a importância de colocar em prática alguns dos mandamentos dos ofícios de preparador e revisor: interpretar, desconfiar, perguntar, respeitar. À medida que o trabalho ia avançando, foi-se mostrando necessário também estabelecer regras de normalização para o livro como um todo, pois, conforme preconiza Ana Elisa Ribeiro (2016, p. 19), “não basta que um texto se torne livro em relação ao formato ou à beleza. É necessário que ele seja tratado também em relação à sua harmonia linguística, ao gênero, aos efeitos comunicativos, à correção do texto que será

lido”. Portanto, além de questões estéticas e, claro, da pertinência da linguagem, uma preocupação da equipe foi normalizar aspectos relativos às especificidades do campo semântico da acessibilidade. Nesse sentido, duas situações foram fundamentais: a relação de horizontalidade entre o corpo de revisoras no trabalho diário, que vem sendo tecida ao longo dos anos de serviço público, e a manutenção desse diálogo constante, apesar da distância física, possibilitada pelo WhatsApp. Uma vez que a produção do *e-book* estava sendo feita toda remotamente, o aplicativo de troca de mensagens funcionou como um mural em que, a um só tempo, iam-se tirando dúvidas, questionando padrões a serem usados e alimentando uma lista com os padrões então estabelecidos, conforme as discussões geradas e a anuência de todas.

Uma dessas decisões tomadas pelo grupo foi herdada da experiência com o trabalho de preparação e revisão de textos nos materiais didáticos de graduação a distância da Fundação Cecierj. Em 2015, a equipe de revisoras percebeu que os professores conteudistas nem sempre entendiam a diferença entre a etapa de preparação do texto e a fase anterior, de design instrucional (DI), que constitui um elemento-chave no desenvolvimento de material de ensino a distância propriamente dito – não o ensino remoto emergencial ocasionado pela pandemia de covid-19, que, erroneamente, confunde-se com EaD. Foi então que se decidiu elaborar um texto de apresentação da revisão para o autor das aulas, explicando resumidamente no que consiste a preparação de originais e esclarecendo a diferença entre essa etapa e o DI. Esse texto segue, até hoje, no início de cada aula preparada e devolvida com dúvidas ao conteudista.

Para o livro *Acessibilidade em museus e centros de ciências*, fizemos uma adaptação do texto de apresentação da equipe. A ideia era estabelecer, já de início, um diálogo sincero entre preparadora e autor, para que nossas intervenções e dúvidas fossem recebidas com clareza, evitando mal-entendidos:

Olá, tudo bem?

A partir de agora, após seu texto ter passado pela organização do livro *Acessibilidade em museus*, ele entra no processo de editoração, cuja primeira etapa é a revisão de língua portuguesa. Nela, será feita uma leitura integral do texto, com o olhar atento para tudo o que

envolve língua e linguagem, como questões gramaticais (ortografia, regência, concordância etc.); clareza textual (coesão e coerência); padronização estilística (uso de maiúsculas e minúsculas, grifos etc.); normas de referências bibliográficas e citações segundo a ABNT. Após esse primeiro passo, o texto será enviado para você, com comentários e, talvez, com algumas marcações. Ficaremos no aguardo de suas considerações.

Após termos seu retorno, consideraremos finalizada essa etapa de preparação do texto, que passará às mãos da equipe de diagramadores. Então, o material será novamente lido por nós, que, desta vez, verificaremos se tudo está em conformidade com o projeto gráfico estabelecido.

É importante dizer que nossas intervenções não visam modificar o conteúdo do texto, no entanto, caso tenhamos dúvidas, as sinalizaremos por meio de comentários na margem da página.

Caso você sinta a necessidade de fazer alguma alteração, pedimos a gentileza de que ela seja explicitamente indicada para a equipe de revisão. Depois do texto diagramado e do livro fechado, qualquer mudança pode comprometer toda a produção do volume.

Um abraço,

Equipe de revisão da Fundação Cecierj³.

O texto de apresentação da equipe tem se mostrado uma ferramenta importante de aproximação com os autores, e com a experiência relatada neste capítulo não foi diferente. Em nosso modo de trabalhar, privilegamos o que Maria Teresa Serafini e Eliana Ruiz (*apud* Ribeiro, 2016, p. 70) denominam revisão interativa: “quando o revisor dialoga com o autor, dando sugestões e discutindo aspectos do texto”, tipo de correção que “subsidiaria [...] a construção da autoria e aprendizagem da escrita” (Ribeiro, 2016, p. 71). Portanto, partindo do texto de apresentação citado, iniciamos a leitura propriamente dita dos artigos, com base no entendimento de que fora fechado um acordo e de que, por isso, podíamos ficar à vontade para expor dúvidas como em uma

³ Texto elaborado pela equipe de revisão do setor de Material Didático da Fundação Cecierj.

conversa franca, explicando-as, indagando se faziam sentido e sugerindo alternativas para melhorar a experiência do leitor.

Ressaltamos, neste ponto, um detalhe importante da revisão feita no âmbito do funcionalismo público, que é o fato de que não temos uma relação contratual com nossos “clientes”, visto que trabalhamos não apenas para os autores mas também para um público virtualmente representado, no nosso caso, pela população fluminense, a quem, em última instância, atendemos. O livro apresentado neste estudo foi o primeiro trabalho em que se mostrou necessário termos em mente a acessibilidade em relação ao seu público: os que dela fazem uso, os que se interessam pelo tema ou ambas as situações. Estabelecer uma relação de confiança e diálogo é importante em qualquer contrato de preparação e revisão. Nesse caso, entendemos esse texto de apresentação como um trunfo para a organização de um trabalho escrito e produzido por tantas mãos e em curto prazo.

Em algumas das manifestações de dúvidas para os autores, surgiram questões importantes que nos levaram a refletir sobre o ofício que estávamos desenvolvendo com tamanha urgência. Por exemplo, na preparação do artigo *Rios em movimento: fomentando a acessibilidade no Museu da Vida*, de Felipe Vieira Monteiro, diante do aviso feito pela preparadora ao autor de que a grafia convencionada da palavra braille, para o livro, seria em caixa-baixa e com dois l, ele insistiu para que, em seu texto, fosse mantida a inicial em caixa-alta. Ciente de sua proposta na escrita de tal texto e se apropriando da linguagem e de recursos gráficos para exprimir ideias, o autor em questão argumentou que, mantendo Braille com b maiúsculo, ficaria mais claro o caráter de homenagem ao criador de tal sistema de leitura tão importante para a comunidade cega, o que lhe era uma condição inegociável. Na altura, o comentário do autor foi exposto à equipe de revisoras, de onde saiu o entendimento de que sua vontade era soberana e, por isso, a grafia da palavra em tal artigo ficaria como uma exceção em relação aos outros textos que a continham, cujos autores concordaram com o padrão proposto pela equipe.

Mas o exemplo mais marcante da riqueza de trabalhar com o e-book em questão se deu em seguida, na preparação desse mesmo artigo. Em nossa equipe, é praxe redigir as perguntas para os autores nos comentários laterais da página, no arquivo em

Word. No entanto, ao longo da leitura, a preparadora desconfiou de que o autor seria alguém com deficiência visual e decidiu consultar a organizadora do livro para saber a melhor forma de se comunicar com ele. A troca, feita informalmente, via WhatsApp, foi a seguinte:

Oi, Jéssica. Aqui é a Mariana. Tudo bem? Tô revisando o texto do Felipe Monteiro e tô bem emocionada pq descobri, lendo o texto, que ele tem deficiência visual. Ele coloca isso no texto de forma muito sutil e sem importância, que máximo! Tô escrevendo pra saber se existe alguma restrição com relação à marcação com cores. Usei uns highlights pra destacar palavras, mas tô com medo de isso não ser acessível pra ele e acabar causando algum constrangimento. Você pode me ajudar? Bjo (Costa, 2021).

Legal que vc teve essa experiência!

Como já conheço ele antes do texto, não foi possível

Sim, o Word tem algumas limitações e possivelmente não lê os highlights

Assim como a ferramenta de comentários não é acessível, acredita?

Ele mesmo que me ensinou isso

Da última vez ele pediu pra colocar os comentários no próprio texto

Sinalizando com um @ antes (Rocha, 2021c).

Após ter se comprometido a perguntar ao autor, que também é consultor de audiodescrição do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Fundação Cecierj, sobre o meio mais adequado e acessível de comunicação entre eles, Jessica encaminhou à preparadora a indicação dada por ele em áudio, que transcrevemos a seguir:

Oi, Jessica! Boa tarde! Tudo bem? Por aqui tá tudo ótimo, tudo tranquilo, tá bom? Todo mundo com saúde. É... sobre essa questão, ainda mais que são poucas coisas, eu continuo dizendo que o melhor caminho é o arroba. Por que que eu sugiro colocar o arroba? O arroba é só um exemplo, poderia ser outro símbolo, tipo o asterisco

ou uma barra... Por que que a gente... eu sugiro esse símbolo? Por que aí quando você manda o texto pra mim, eu vou na busca do Word, né, o CTRL + L, e digito, por exemplo, @, que aí ele já me joga lá pra parte do texto onde você colocou o arroba, entende? E aí eu encontro com facilidade. É... é mais ou menos o mesmo sistema [de] quando você troca a cor para quem enxerga. A pessoa, ela desce o texto correndo, quando ela vê o trecho em outra cor ela sabe que ali tem alguma coisa que ela tem que... se atentar. Se você não colocar o símbolo, o arroba, o asterisco ou qualquer coisa que seja, eu tenho que fazer a leitura do texto todo, até entender onde tá o ponto que foi revisado, entende? Então isso aí demanda um tempo maior. E nesse caso, por exemplo, de palavra repetida, né, tá poluindo aí a frase porque tá repetindo a mesma palavra, eu sugiro que dê um ENTER, na linha de baixo coloca o @ e diga: repetição da palavra tal. Pronto, já é o suficiente pra saber que ali naquela linha de cima tem alguma coisa que precisa ser revista. Entende? Acho que o melhor caminho é esse. Tá bom? (Monteiro, 2021a).

Acerca dessa orientação, destacamos a ineficiência dos recursos do Word em atender plenamente ao público com deficiência visual. Apesar da existência de softwares específicos de leitura de tela e da ferramenta de leitura em voz alta do Word, esse público carece de recursos que supram suas necessidades em ambiente editorial/acadêmico e convém que o preparador de texto adote uma postura não capacitista diante desse autor. De acordo com Abel Passos, técnico administrativo do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFMG,

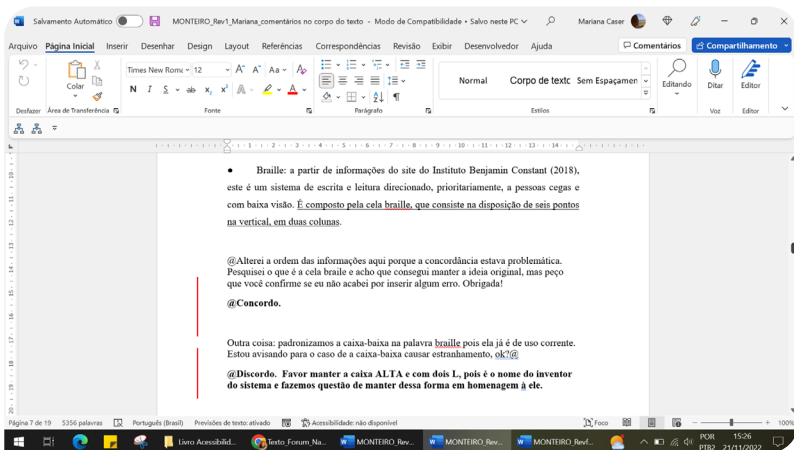
é muito fácil interpretar a pessoa com deficiência como uma pessoa incapaz e às vezes você desqualifica o potencial da pessoa, por exemplo quando não permite que ela faça aquilo que tem capacidade de fazer, faz coisas por ela por achar que ela não vai dar conta, e isso não deixa de ser uma forma de discriminação velada (Acessibilidade em periódicos..., [20-?]).

Ainda que não devesse, a descoberta da deficiência do autor em questão gerou surpresa na profissional e na equipe, que precisou rever alguns aspectos de seu ofício para não construir

barreiras atitudinais e, conseqüentemente, comunicacionais⁴. Em meio à prática diária do trabalho, em razão de um dado referente ao suporte por meio do qual aquela revisão acontecia – e não ao conteúdo da escrita, como na situação relativa ao registro do termo braille/Braille –, demo-nos conta de que estávamos participando de um projeto no qual a inclusão não era apenas uma proposta, mas também uma realidade. Descobrimos, então, que, do conjunto de mais de 60 autores e coautores do livro, dois eram pessoas com deficiência visual, e imediatamente atualizamos a forma de abordagem por escrito com eles. Em termos de acessibilidade, revimos nossa atitude de comunicação com os autores que necessitavam desse ajuste. Já em termos de revisão, é interessante ressaltar a singularidade do papel da preparação de originais nos processos de editoração, pois foi a partir da leitura metódica do texto que a profissional identificou que um formato impróprio de comunicação, em vez de contribuir, poderia privar os autores com deficiência visual de terem as mesmas condições de tratamento do texto que os demais.

⁴ “Nós pensamos em quatro categorias de barreiras: as barreiras arquitetônicas, as barreiras comunicacionais, as barreiras pedagógicas – de ensino e aprendizagem – e as barreiras atitudinais, que se referem às atitudes em relação às pessoas com deficiência. Dessas quatro barreiras [...], a principal é a atitudinal. Dela irão decorrer todas as outras: uma pessoa com dificuldade no acesso a um prédio ou de sentar numa carteira da sala de aula necessita de um apoio externo, então promover o acesso daquela pessoa aos espaços, por exemplo, passa pela atitude de quem não tem deficiência em perceber a dificuldade de uma pessoa com deficiência e projetar as coisas pensando nela” (Acessibilidade Em periódicos..., [20-?]).

Figura 2 – Captura de tela do arquivo de preparação de originais do artigo de um autor com deficiência visual. Na imagem, vemos a metodologia adaptada de inserção de comentários para o autor e seu posicionamento sobre a grafia da palavra braille/Braille



Fonte: Preparação do original do artigo Rios em movimento: fomentando a acessibilidade no Museu da Vida, de Felipe Vieira Monteiro, para o e-book *Acessibilidade em museus e centros de ciências: experiências, estudos e desafios* (2021).

Um último exemplo do aprendizado que tivemos para nosso ofício a partir desse projeto diz respeito à revisão dos roteiros de audiodescrição das imagens do e-book, feitos pelo NAI em parceria com profissionais externos. Segundo Eliana Franco (UFBA),

A audiodescrição é um recurso de tecnologia assistiva que permite a inclusão de pessoas com deficiência visual junto ao público de produtos audiovisuais. O recurso consiste na tradução de imagens em palavras. É, portanto, também definido como um modo de tradução audiovisual intersemiótico, onde o signo visual é transposto para o signo verbal. Essa transposição caracteriza-se pela descrição objetiva de imagens que, paralelamente e em conjunto com as falas originais, permite a compreensão integral da narrativa audiovisual. Como o próprio nome diz, um conteúdo audiovisual é formado pelo som e pela imagem, que se completam. A audiodescrição vem então

preencher uma lacuna para o público deficiente visual (Franco, [20-?]).

No contato com esses textos, foi-nos de extrema importância entender que nosso papel deveria ser ainda mais restrito. Devido ao rigor com que uma audiodescrição é elaborada, visando à maior precisão possível na visualização da imagem, a autonomia do revisor nesse tipo de material deve recair apenas sobre questões gramaticais vazias de semântica, sendo imprescindível questionar o audiodescritor sobre ocorrências de outra natureza. No caso dos roteiros, aprendemos, com essa experiência, que é preciso ter extrema cautela para não incorrerem em hipercorreções e fazermos alterações mínimas. Assim, por exemplo, repetições e redundâncias, que tenderíamos a eliminar ou substituir em textos de outros gêneros, devem ser ponderadas e debatidas com o roteirista responsável pelas audiodescrições. Além disso, a redação de uma audiodescrição deve, evidentemente, remeter a uma imagem presente em determinado texto, sendo, entretanto, diferente da legenda: enquanto esta é parte acessória do texto, aquela, apesar de ser um elemento mais fluido, possui um caráter de tradução intersemiótica indispensável à acessibilidade dos materiais ao público com deficiência visual. Quanto à prática da preparação desses originais, foi interessante fazê-la sem ter acesso prévio à imagem audiodescrita, de modo que a profissional pôde criar uma imagem mental da cena retratada.

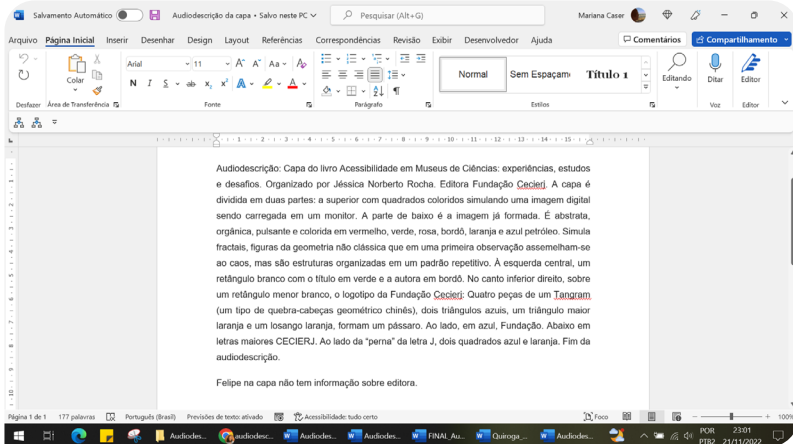
Nesse processo, duas situações chamaram a atenção. A primeira foi uma audiodescrição que continha a palavra teclado, mas não estava claro, na leitura às cegas, se se tratava de um instrumento musical ou de um teclado de computador. Foi preciso recorrer ao texto original para checar se antes da imagem havia alguma menção a tal objeto, mas as duas únicas referências a ele, no texto, estavam localizadas na legenda e na audiodescrição. Assim, foi necessário especificar que se tratava de um teclado musical em ambas as situações, de modo a garantir a acessibilidade do trecho em questão. A segunda foi a ocorrência da expressão “verticalmente, uma sobre a outra”. Essa redundância, que, no entanto, carece de revisão, atenta-nos para uma questão técnica desse tipo de texto, que diz respeito a duas informações, a saber: a direção das figuras (horizontal ou vertical) e a disposição delas na página (uma sobre a outra, uma ao lado da outra). Na

explicação do consultor cego Felipe Monteiro, “acontece de ter duas imagens verticais uma ao lado da outra, em vez de estarem uma sobre a outra. Elas são verticais e estão uma sobre a outra” (Monteiro, 2021b).

Convém ressaltar que o trabalho de audiodescrição de imagens estáticas⁵ difere de sua mera descrição. Ele exige técnica e deve seguir um roteiro em que sejam informadas: a) a categoria da imagem descrita (fotografia, ilustração, pintura, cartaz, charge, gráfico, tabela etc.) e b) as características dessa imagem (formato, linhas, cores etc.). Desse modo, um roteiro de audiodescrição de imagens estáticas, como as de um livro, deve seguir rígidos princípios didáticos, que dizem respeito à objetividade do que se vê, à confiança na capacidade de compreensão por parte do usuário, à ética e à perspectiva do remetente. Nesse sentido, acreditamos que a atuação de um preparador de originais, ciente não apenas da importância desses princípios, mas também dos limites de seu trabalho, é fundamental para a qualidade dos roteiros de audiodescrição. Como exemplo, apresentamos o roteiro audiodescrito da capa do livro *Acessibilidade em museus e centros de ciências* em três tempos: o original (Figura 3), as idas e vindas com a equipe responsável pela elaboração dos roteiros de audiodescrição (Figuras 4 e 5) e a versão final do texto (Figura 6):

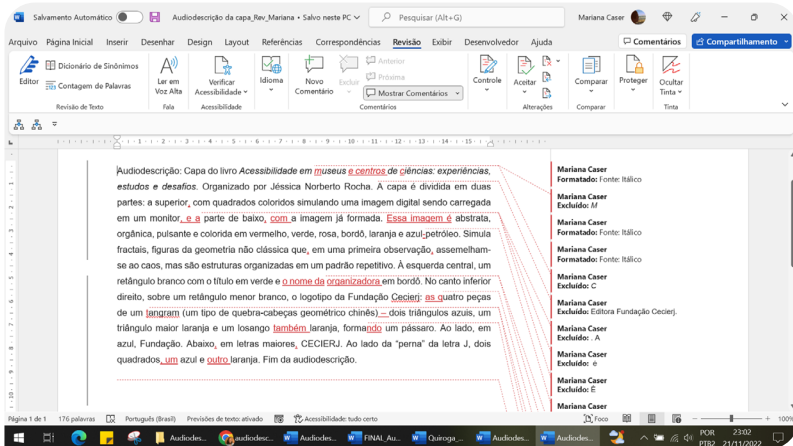
⁵ Não mencionaremos as imagens dinâmicas, que são filmes, comerciais, cliques, desenhos animados etc.

Figura 3 – Texto original do roteiro de audiodescrição da capa do livro



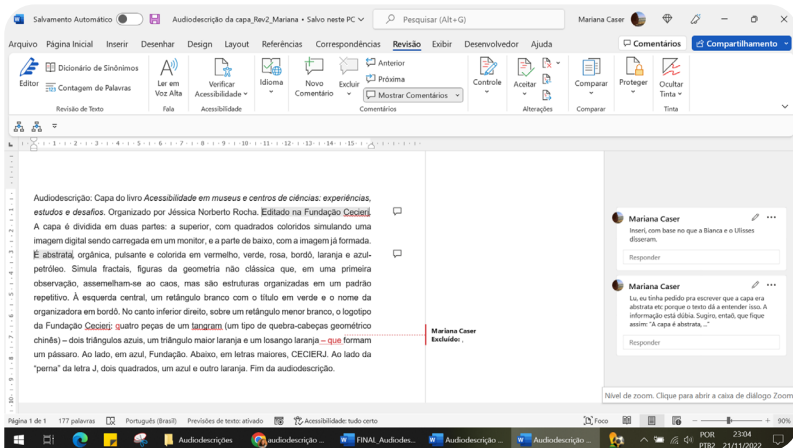
Fonte: Roteiro de audiodescrição elaborado por Luciana Perdigão, servidora da Fundação Cecierj e chefe do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da instituição (2021)

Figura 4 – Primeira fase da preparação de originais do roteiro de audiodescrição da capa do livro



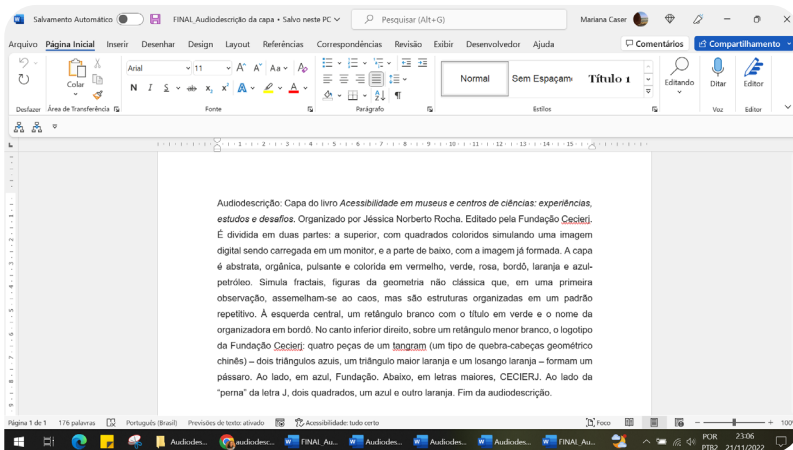
Fonte: Diretoria de Material Didático da Fundação Cecierj (2021).

Figura 5 – Segunda fase da preparação de originais do roteiro de audiodescrição da capa do livro



Fonte: Diretoria de Material Didático da Fundação Cecierj (2021).

Figura 6 – Versão final do roteiro de audiodescrição da capa do livro



Fonte: Rocha (2021a).

Com este estudo de caso, pretendemos apresentar de maneira abreviada parte do trabalho de uma equipe multidisciplinar,

lotada em um órgão público do estado do Rio de Janeiro, levado a cabo em um período crítico como foi o da pandemia de covid-19, a revisão e a acessibilidade de um e-book. Como servidoras públicas, pretendemos atestar a qualidade do trabalho desempenhado pela equipe de revisão do setor de Material Didático da Fundação Cecierj, que não poupa esforços para garantir a produção de um material de alto padrão. Quanto ao caso ora apresentado, orgulhamo-nos de poder percebê-lo como resultado do empenho de toda a equipe envolvida. Ressaltamos ainda que esse livro acessível sobre acessibilidade pode ser baixado gratuitamente a partir de uma simples busca na internet. Com ele, reforçamos a certeza de que o ofício da revisão, dada a sua natureza desconfiada, dialógica e respeitadora, tem a contribuir não apenas com textos bem escritos, mas também com a construção de um mundo mais acessível e mais livre de preconceitos. No mais, esperamos, com este relato de experiência, contribuir para que outras e outros preparadores, ao depararem-se com situações semelhantes a essa, possam ter algum norte, uma vez que nosso mercado carece de estudos e de profissionais especializados na revisão de materiais acessíveis.

Referências

ACESSIBILIDADE EM PERIÓDICOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL. **Periódicos de Minas** (Blog). Minas Gerais, [20-?]. Disponível em: <https://www.periodicosdeminas.ufmg.br/acesibilidade-em-periodicos-para-pessoas-com-deficiencia-visual/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

COSTA, Mariana Caser da. Destinatário: Jessica Norberto Rocha. [S.l.], 28 jan. 2021. 1 mensagem de WhatsApp.

FRANCO, Eliana. Definições. **Ver com palavras**. [20-?]. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: 21 nov. 2022.

LUGARES. **Site da Baixada**. Rio de Janeiro, [20-?]. Disponível em: <https://sitedabaixada.com.br/locais/?tipo=museu>. Acesso em: 18 nov. 2022.

MONTEIRO, Felipe Vieira. Destinatário: Jessica Norberto Rocha. [S. l.], 28 jan. 2021a. 1 mensagem de WhatsApp.

MONTEIRO, Felipe Vieira. Destinatário: Luciana Tavares Perdigão. [S. l.], 26 fev. 2021b. 1 mensagem de WhatsApp.

RIBEIRO, Ana Elisa Ferreira. **Em busca do texto perfeito**: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. Divinópolis: Artigo A, 2016.

ROCHA, Jessica Norberto (org.). **Acessibilidade em museus e centros de ciências**: experiências, estudos e desafios. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj; Grupo Museus e Centros de Ciências Acessíveis (MCCAC), 2021a. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/recurso/17436>. Acesso em: 21 nov. 2022.

ROCHA, Jessica Norberto. [Livro *Acessibilidade em Museus - pontos revisão*]. Destinatário: Bianca Giacomelli e Ulisses Cunha, 22 jan. 2021b. 1 mensagem de e-mail.

ROCHA, Jessica Norberto. Destinatário: Mariana Caser da Costa. [S.l.], 28 jan. 2021c. 1 mensagem de WhatsApp.

A revisão de textos em uma Instituição Pública de Ensino

Lidiane das Graças Bernardo Alencar¹

Introdução

A revisão de textos em uma instituição pública de ensino exige do profissional o conhecimento de diversas normas e padrões de acordo com o gênero textual em questão, visto que os textos transitam entre documentos acadêmicos e institucionais. Como órgão público, seus textos oficiais devem seguir determinadas regras para que haja padronização dos documentos; além disso, por serem de instituições de ensino, textos acadêmicos também fazem parte do escopo do trabalho do revisor de textos, que busca em outras fontes normas e padrões para a revisão. Como se observa, não são somente questões de morfologia, sintaxe e semântica que fazem parte da *checklist* do revisor em seu trabalho. Com base na experiência com a revisão de textos em uma instituição pública de ensino, este trabalho pretende apresentar a prática da atividade de revisão nessa instituição, com os diversos gêneros de textos comumente revisados, cujas formatações e cujos conteúdos demandam conhecimentos plurais do revisor e diferentes níveis de intervenção.

¹ Revisora de textos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) desde 2013. Graduada em Letras pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA). Mestra em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Desenvolvimento

Nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, criados por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o cargo de revisor de texto integra seu quadro de pessoal conforme estabelece a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Em 2018, por meio do Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018, foi vedada a abertura de concurso público para esse cargo. Este trabalho apresentará a prática da atividade de revisão de textos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), onde há dois servidores concursados ocupantes desse cargo.

No Instituto, o serviço de revisão de textos inclui revisão ortográfica e gramatical, análise de aspectos de coesão e coerência, verificação de linguagem adequada, alteração estilística, sugestão de reescrita e adequação para homogeneização terminológica e padronização. Todos esses serviços contribuem para a fluidez do texto e para aprimorar sua estrutura, a fim de dar à obra uma apresentação uniforme, observando-se sempre o gênero do texto. As atividades podem incluir revisão de ofícios, portarias, instruções normativas, resoluções, editais, despachos, artigos, relatórios, livros, cartilhas, entre outros, e todos esses documentos possuem orientações e regras específicas para serem observadas.

Por ser órgão público, a Redação Oficial é o primeiro passo para entender os textos produzidos pela instituição. A Redação Oficial é o modo pelo qual a Administração Pública redige atos normativos e comunicações oficiais, e o destinatário é o conjunto de cidadãos ou o próprio Instituto ou outro órgão ou entidade pública. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (2018), os atributos da Redação Oficial são: clareza e precisão, objetividade, concisão, coesão e coerência, impessoalidade, formalidade e padronização e uso da norma-padrão. A partir dessas características, os textos produzidos pela instituição são revisados a fim de dar-lhes compreensibilidade e uniformidade.

Ao cuidar do feito dos textos emitidos em documentos oficiais ou publicados em página institucional, a gestão

privilegia a boa imagem do órgão, haja vista que os textos, ainda que assinados, são expedidos e publicados em nome do IFTO, que, por tratar-se de instituição de ensino, justifica por si só o esmero na linguagem de suas comunicações na modalidade escrita (Lopes; Alencar; Melo, 2017, p. 6).

Com o intuito de apresentar, de uma forma geral, os gêneros textuais que podem passar pelo profissional de revisão e os conhecimentos demandados do revisor ao trabalhar com esses textos, eles serão categorizados em comunicações oficiais e documentos institucionais, atos normativos e textos acadêmicos para, em seguida, verificar-se o processo de intervenção nos textos, mostrando como atua o revisor na instituição a partir dos documentos produzidos.

Comunicações oficiais e documentos institucionais

Por comunicações oficiais compreendem-se todos aqueles documentos que estão conforme o padrão-ofício definido no Manual de Redação da Presidência da República (2018): o ofício e suas variações e o *e-mail*; mas também são documentos institucionais os que não constam desse Manual ou de legislações: despacho, portaria de pessoal, ata, relatório e edital, por exemplo. Todos esses documentos são gêneros textuais rotineiramente utilizados pela instituição e devem, no que couber, seguir as mesmas regras aplicadas ao ofício ou ao *e-mail*.

Nesses textos, a revisão tem o Manual de Redação da Presidência da República (2018) como sua fonte principal. Sua primeira edição foi publicada em 1991 e hoje já está na terceira edição; apesar disso, já precisa passar por modificações, dadas as legislações expedidas posteriormente. O Decreto nº 9.758, de 11 de abril de 2019, é uma dessas legislações, que alterou a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal. Além disso, temos ainda como documento orientador o próprio Manual do Instituto: o Guia de Documentos Institucionais do IFTO (2017), o qual também necessita de uma nova edição. Apesar das necessárias atualizações nesses documentos, eles ainda servem para

uniformizar aqueles emitidos pela instituição. Com esse objetivo, essa obra foi elaborada por servidores do Instituto, incluindo os dois revisores de textos concursados nesse cargo, conforme explicam Lopes, Alencar e Mello (2017):

Dado o elevado número de textos destinados aos públicos interno e externo do Instituto Federal do Tocantins – IFTO –, e tendo em vista a pluralidade de gêneros e suportes por meio dos quais esses textos se materializam, faz-se mister obra que sistematize a sua confecção, fornecendo subsídios para que os responsáveis pelas redações cuidem que a mensagem seja coesa e coerente, observando-se, ainda, a impessoalidade e a norma-padrão da língua escrita, apanágios da redação oficial (Lopes; Alencar; Mello, 2017, p. 6).

Martins Filho (2016, p. 15), ao citar as normas de preparação de textos de editoras, oficializadas em seus manuais de estilo, observa que essas regras visam a

[...] orientar a edição dos originais segundo determinados critérios que imprimam unidade e coerência ao texto, conferindo-lhe ainda uniformidade global, mediante padrões formadores e informadores da obra, e não a ensinar ao preparador ou editor como se deve escrever.

Documentos institucionais, assim como outros documentos revisados, devem, portanto, seguir um padrão próprio, a fim de dar-lhes a identidade da instituição pela qual foram expedidos. Além de terem como documentos orientadores o Manual da Presidência e o Guia de Documentos Institucionais do IFTO, alguns, por serem gêneros textuais com características formais próprias, são também revisados a partir das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Atos normativos

Os atos normativos são as portarias normativas, as instruções normativas e as resoluções, conforme estabelecido no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão

e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto. Esse documento foi expedido com a finalidade de estabelecer regras e periodicidade para que os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional realizem procedimentos de revisão e consolidação de seus atos normativos.

Os atos de caráter normativo estabelecem regras para a conduta dos servidores ou regulam o funcionamento do órgão, resultado alcançado se for utilizada linguagem adequada em sua elaboração (Brasil, 2018). A redação do ato normativo deve estar clara e objetiva a fim de que a mensagem seja entendida e as normas cumpridas adequadamente, e a linguagem empregada condizente com a norma-padrão da língua; isso não implica, contudo, linguagem rebuscada e de difícil compreensão; pelo contrário, a linguagem requerida é simples e direta. Da mesma forma que ocorre com as comunicações oficiais, os atos normativos precisam observar, como já informado, os atributos da Redação Oficial: clareza e precisão, objetividade, concisão, coesão e coerência, impessoalidade, formalidade, padronização e uso da norma-padrão (BRASIL, 2018).

Além do Decreto nº 10.139, de 2019, e do Manual de Redação da Presidência da República (2018), é necessário ainda que o revisor tenha como base, para revisar textos normativos, as seguintes legislações: Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona; a Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, que altera a Lei Complementar nº 95, de 1998; e o Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado.

Textos acadêmicos

Os textos acadêmicos com os quais os revisores do IFTO lidam são os trabalhos submetidos à editora ou à revista institucional. Diferentemente dos anteriores, os artigos e livros a ser

revisados, por suas próprias características, precisam se pautar por outras normas, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Para facilitar, há *templates* que determinam como deve ser esse trabalho. Além disso, há as regras de estilo da instituição a ser observadas.

Como atua o revisor de textos no IFTO

O trabalho do revisor deve ser o de analisar o texto, observando-se seu gênero, e adequá-lo quanto às regras estabelecidas pelos documentos normatizadores e quanto a aspectos linguísticos. Como visto, são vários os documentos que precisam ser consultados a fim de se revisar um texto institucional.

Os textos expedidos pelo Instituto Federal do Tocantins, apesar de assinados, são documentos que representam a instituição e, como tal, devem ser cuidadosamente trabalhados pelo revisor de textos. Nas comunicações oficiais e nos documentos institucionais, é necessário que a intervenção do revisor vá além da questão autoral, pois, a depender da linguagem ou dos aspectos formais empregados, modificações mais significativas podem ser realizadas a fim de que o documento se coadune com suas características próprias, descritas no Manual da Presidência e nas legislações específicas. O revisor deve, além de observar aspectos gramaticais, fazer uma leitura crítica e atenta de modo a verificar a mensagem a ser transmitida ao leitor. Em documentos institucionais, a linguagem precisa ser a mais clara possível para evitar ambiguidades (Soares; Ribeiro, 2021); em comunicações e documentos oficiais, a clareza, a precisão e a impessoalidade são características primordiais.

Essas características são diferentes dos textos de diversos autores enviados para a editora ou para a revista institucional: nestes, a intervenção do revisor deve ser somente a necessária para que o texto esteja em consonância com a norma-padrão da língua e com as normas de formatação e estilo, de forma que as escolhas linguísticas do autor sejam respeitadas, ou seja, se não há erros nem inadequações, não há no que intervir. Como afirma Rodrigues (2018, p. 48-49), “saber revisar textos é muito mais que compreender o funcionamento da linguagem, pois implica também saber intervir de forma adequada nos textos em que se trabalha”.

Em virtude das diferentes formas de se trabalhar com o texto, cabe fazer uma analogia em relação a papéis comumente desempenhados em uma editora: editor, preparador e revisor de textos. O trabalho do preparador de textos, segundo Pinto (1993, p. 10), corresponde às “atividades relativas à adequação do texto que dizem respeito à organização, normalização e revisão dos originais”. Para a autora, o preparador deve entender o texto, sua natureza, o tipo de publicação, para que possa regrar seu campo de intervenção. Há textos em que se pode intervir mais ou menos, a depender da avaliação do preparador.

De acordo com Pinto (1993), o revisor de textos é o revisor de provas, o profissional que faz o cotejo da prova com o original, observando erros ortográficos e gramaticais, além de erros tipográficos. O revisor deve estar atento também a possíveis erros ou inadequações não visualizadas pelo preparador.

Já o editor é aquele que finaliza o processo, que aprova o texto, após passar pelo preparador e pelo revisor, para que seja impresso. É ele quem pode fazer as alterações mais substanciais no texto de acordo com sua avaliação. Ribeiro (2016), ao falar de um editor de jornais, explica:

O editor de jornais pode, quando cabível, preencher lacunas de texto, dar novos enfoques, corrigir e dinamizar frases e parágrafos, esclarecer e desenvolver explicações, dar títulos ou alterá-los, redefinir tamanhos de texto em função dos espaços fixados pela diagramação, lidar com o projeto gráfico (único) do jornal e até modificar a edição na última hora, se for o caso (Ribeiro, 2016, p. 265).

Ao tratar dos textos produzidos pelo IFTO, o trabalho do profissional que ocupa o cargo de revisor de textos, apropriando-se das semelhanças e observando com cautela as diferenças, encaixa-se em cada uma dessas três atribuições dos profissionais do texto: o editor, o preparador e o revisor.

O preparador faz adequações linguísticas e verifica questões estruturais do texto. É o preparador que vai tratar o texto a respeito de ortografia, pontuação, vocabulário, sintaxe, semântica.

Como editor, pode haver intervenções mais profundas, tanto de texto quanto de forma, em comunicações oficiais e em atos normativos. No entanto, o profissional dispõe, muitas vezes, de pouco tempo para realizá-las, devendo ater-se a questões linguísticas e formais a fim de que o texto cumpra seu papel de comunicar com clareza, precisão e objetividade a mensagem ou a norma nele contida. São textos que, embora elaborados e assinados por servidores, são expedidos em nome da instituição.

Por fim, como revisor, assim caracterizado, a realização de conferências, a busca pela uniformidade e a diagramação são procedimentos rotineiros do servidor que trabalha com os textos da instituição, aplicados a todos os documentos.

Conclusão

No IFTO, a intervenção no texto feita pelo revisor pode, então, variar de acordo com o gênero do texto. “As tarefas do profissional do texto podem variar em relação à profundidade da intervenção que é solicitado a fazer nos textos indicados para publicação ou produção” (Ribeiro, 2016, p. 296).

O revisor atua como editor, ao fazer intervenções tanto de texto quanto de forma; como preparador, ao fazer adequações linguísticas e trabalhar questões estruturais do texto; e como revisor, ao fazer conferências, garantir a uniformidade e cuidar da formatação do texto. Como vimos, “[o] trabalho do/a revisor/a, então, é múltiplo, exigindo diálogos e análises discursivas durante os processos de elaboração e de revisão” (Soares; Ribeiro, 2021, p. 168).

Importante ressaltar que, quando há necessidade de mais intervenção no texto, ainda que este seja publicado pela instituição, quem o produziu é, quando possível, consultado a fim de se verificar a proposta de intervenção mais adequada àquele problema encontrado. “Respeitar o texto do outro também é fundamental. A intervenção textual não é uma atividade simples e objetiva” (Soares; Ribeiro, 2021, p. 168).

Com isso, defendemos que o trabalho de revisão textual no Instituto Federal do Tocantins possui nuances próprias, pois são diversos os gêneros textuais produzidos que demandam

conhecimentos plurais do revisor, cabendo a ele estabelecer o nível de intervenção a ser aplicada.

É importante que o especialista em tratamento de textos saiba intervir adequadamente, de acordo com a demanda, e possa se enquadrar em tipos distintos de prestação de serviços, a despeito de certas fusões atuais das tarefas, causadas principalmente por mudanças tecnológicas (Ribeiro, 2016, p. 304).

Por isso, cabe aos profissionais de revisão promover reflexões sobre seu papel diante do texto a partir do seu local de trabalho, observando todas as tarefas que lhe são delegadas e buscando os conhecimentos necessários para realizá-las.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017.**

Estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9191.htm. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018.** Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9262.htm. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.758, de 11 de abril de 2019.** Dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9758.htm. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.** Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10139.htm. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp95.htm. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.** Altera a Lei Complementar no 95, de 26 de fevereiro de 1998. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp107.htm. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de redação da Presidência da República.** 3. ed., rev., atual. e ampl. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. 189 p. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LOPES, Quenízia V.; ALENCAR, Lidiane G. B.; MELLO, Marco Aurélio P. **Guia de Documentos Institucionais.** Palmas: IFTO, 2017.

MARTINS FILHO, Plínio. **Manual de Editoração e Estilo.** Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

PINTO, Ildete Oliveira. **O livro:** manual de preparação e revisão. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Em busca do texto perfeito.** Questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. Divinópolis: Artigo A, 2016. Edição do Kindle.

RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio. Saberes necessários à prática de revisão de textos. *In:* SALGADO, Luciana Salazar; PENTEADO, Ana Elisa de Arruda (org.). **Mediação editorial:** o que é? quem faz? Revisão de textos, ofícios correlatos e materialidades editáveis. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2018. p. 47-58. Disponível em: https://forumnacionaldorevisor.files.wordpress.com/2018/12/Mediacao-Editorial_ebook-interativo_11.12.2018.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

SOARES, Jessica Camila; RIBEIRO, Ana Elisa. Formação e Prática Profissional do/a Revisor/a de Textos. **Informação em Pauta,** Fortaleza, v. 6, n. especial, p. 159-175, maio 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/62583/196886>. Acesso em: 24 jan. 2023.

Agradecimentos

O V Fórum Nacional de Revisão de Textos foi sediado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tanto o Fórum quanto o e-book estão disponíveis devido à colaboração de diversas unidades. Por isso, agradecemos ao reitor, professor José Daniel Diniz Melo, que nos deu todo apoio.

A Carmem Rêgo, da Secretaria de Educação a Distância da UFRN (Sedis), e a Penha Casado e Helton Rubiano, da Editora Universitária (EDUFRN), que foram os primeiros apoiadores do evento, quando nos candidatamos a sediá-lo. Este e-book também foi construído devido a essas unidades.

A Ricardo Valentim, do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (Lais), que disponibilizou sua equipe para desenvolver o site.

Ao Instituto Ágora, que cedeu o espaço para o evento, na pessoa de Samuel Lima, coordenador da comissão científica do V Fórum, em nome de quem também agradecemos aos componentes.

Aos diretores do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Graça Soares e Josenildo Lacerda, pelo apoio logístico e financeiro.

A José de Paiva Rebouças, da Comunica, pelo apoio na divulgação do evento.

Um agradecimento especial a Rafael Sordi Campos (EDUFRN), designer gráfico, pela criação da identidade visual visual do V Fórum; a Maurício Oliveira Junior, Carol Mayer e Ana Beatriz Câmara (SEDIS/LAIS), responsáveis pelo desenvolvimento do site;

e a Bruno Cássio (LAIS), pelos primeiros passos para a divulgação do evento.

Ao IFRN, ao Sicoob, à Cauru, à Athens, que se fizeram presentes no apoio ao evento.

Ficha Técnica

Revisores do e-book

Fabíola Barreto Gonçalves
Francisco Wildson Confessor
Êmili Adami Rosseti
Karla Geane de Oliveira

Comissão Científica

Samuel Anderson de Oliveira Lima (UFRN)
Ana Elisa Ferreira Ribeiro (CEFET-MG)
Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues (PUC Minas)
José de Souza Muniz Junior (CEFET-MG)
Luciana Salazar Salgado (UFSCar)
Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo (UFRN)
Maria da Penha Casado Alves (UFRN)
Risleide Rosa Freire de Oliveira (UERN)
Tatyana Mabel Nobre Barbosa (UFRN)

UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE


SEDISUFRN
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA


edufrn
Editora da UFRN

INSTITUTO
ágora

 **LAIS**

CCHLA  **UFRN**

 **INSTITUTO FEDERAL**
Rio Grande do Norte